

ANEXO IV

Você Sabia

1º- "Que o Reitor – convoca e – preside o Conselho Universitário, o Conselho Técnico: Administrativo, o Conselho de Ensino e de Pesquisa, o Conselho Administrativo do Funduspe, teoricamente, porque nunca houve na nossa História, a Assembléia Universitária".

2º- "Que é dessa mesma forma que é enviado ao Conselho e aprovado sem maiores possibilidades de crítica e alteração o orçamento anual da USP".

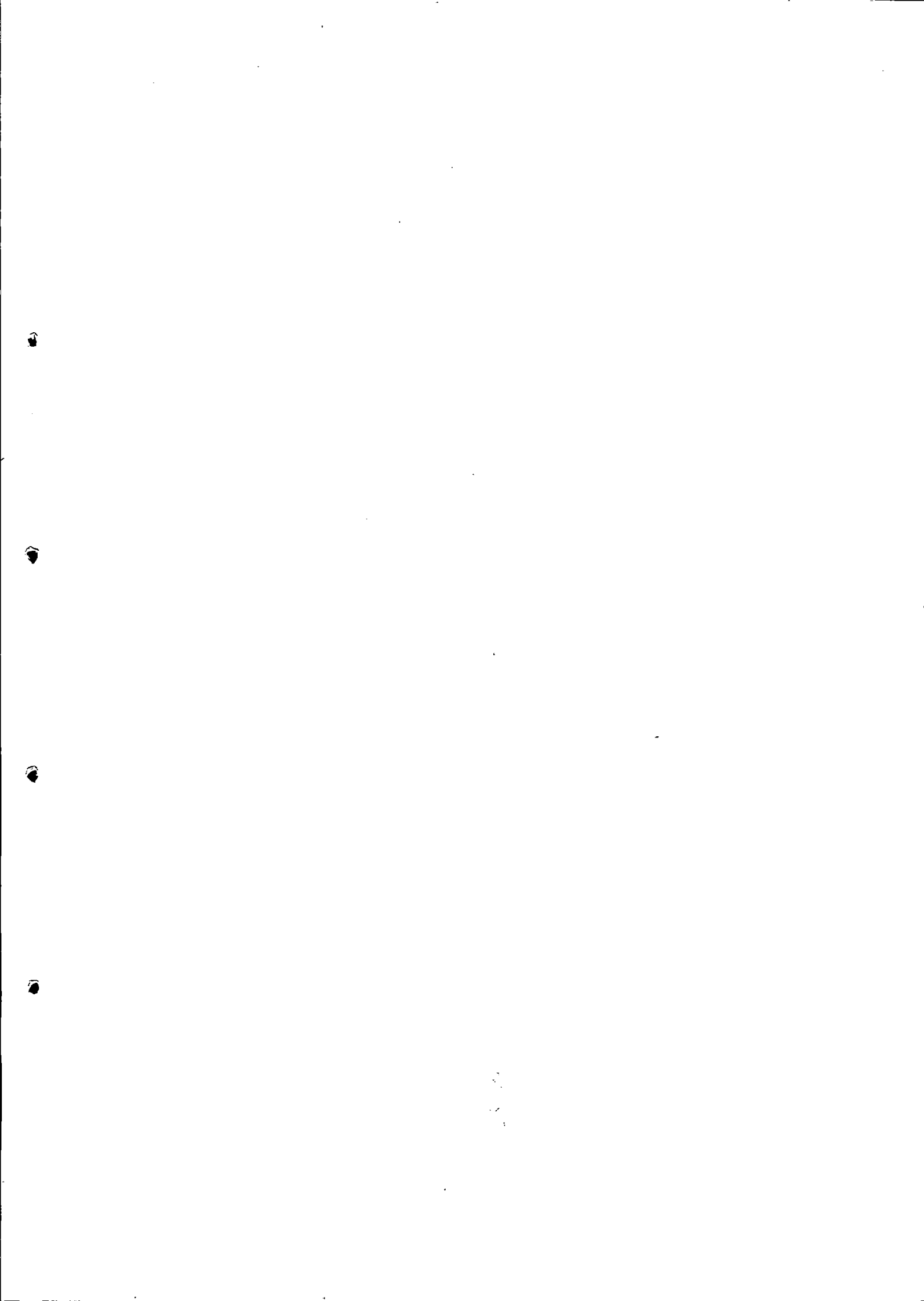
3º- "Que o Conselho Universitário é composto de uma maioria absoluta de titulares comprometidos com o Reitor porque por ele escolhidos (os diretores de Unidades), ou porque escolhidos pelas (e - nas) Congregações, com forte influência dos diretores que as presidem e que são diretamente escolhidos do Reitor, a partir de uma lista enviadas pelas Congregações, sempre respeitando o critério do mais titulado."

4º- "que, portanto, a maior parte das decisões importantes na USP está nas mãos do - Reitor ou dos seus escolhidos."

5º- "Que os Estatutos e Regimentos da maior universidade brasileira carregam uma cláusula vergonhosa como a de admissão dos docentes não-remunerados, os chamados (VOLUNTÁRIOS)".

6º- "Que o Reitor envia a pauta pronta ao CO (Conselho Universitário), em geral em um longo conjunto de processos que não deixam espaço para outras discussões julgadas prioritárias pela Comunidade Universitária. Que essa pauta é enviada aos membros do Conselho na última hora, sem deixar-lhes tempo sequer de lê-la inteira, quanto mais de refletir e se informar para poder discutir e votar eficazmente na reunião do órgão Colegiado Máximo da USP."

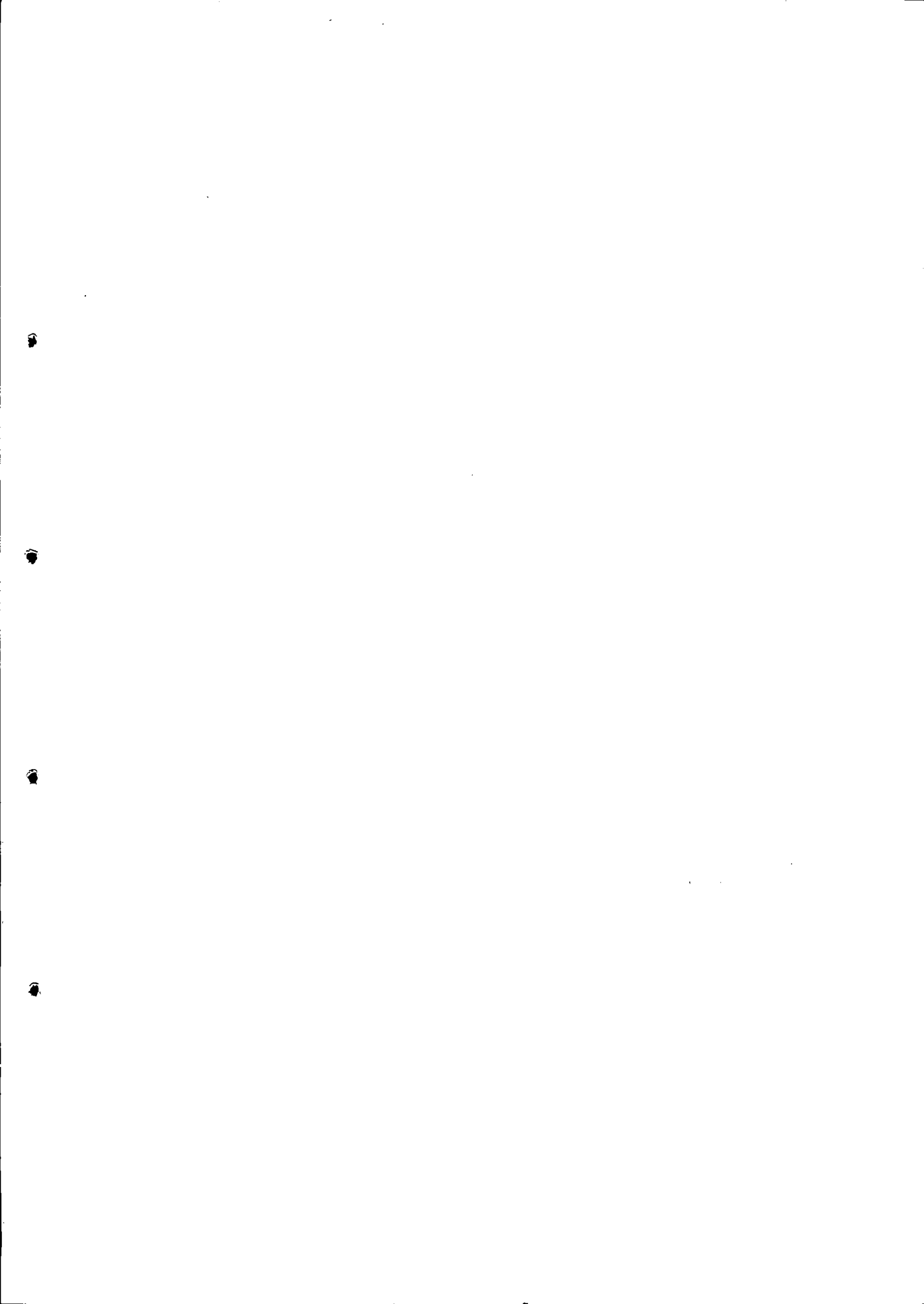
7º- Que é desse Conselho, pouco representativo da Comunidade Universitária e da Sociedade Paulista, que saem os principais subconselhos que deliberam sobre a vida universitária: o CTA (Conselho Técnico-administrativo) e o CPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), ambos presididos pelo Reitor, membro nato, e dos quais derivam as Câmaras de Graduação e Pós-Graduação, a Câmara de Pesquisa e a Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade.



fundamental desta transformação – condição sine qua nom para a existência humana e social, pré-requisito da possibilidade de cidadania. Portanto, nenhuma proposta, quando se fala em mudanças em qualquer âmbito da sociedade e ex-nihilo.

2- Quais os projetos na área educacional que você conhece e qual sua opinião sobre eles?

Projeto Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva. Pois, às portas deste novo século e mediante as multiplicidades das diferenças humanas que provoca o tecido social contemporânea, a palavra de ordem de todas as instituições civis, e particularmente da educação, é uma só: inclusão sem a qual todas as legitimidades dos princípios democráticas estariam irremediavelmente ameaçadas tendo em vista que, mudanças sociais exigem outra forma de organização da vida social e profissional; onde, sem projeto não há realização e viver é antes de mais nada projetar. Afinal, o ser humano não é apenas um projeto em construção, mas, a própria vida deve se tornar um projeto.



Tenho 09 netos e todos os 08 estão estudando, somente uma que ainda não; pois essa é muito pequena apenas 02 anos de idade. Se eu tivesse a orientação que os pais tem hoje teria colocado os meus filhos para levar mais a sério os estudos; só tenho uma filha que está terminando o curso superior na (FACER) Faculdade de Ciências em Educação de Rubiataba, mais, os outros tem o 2º grau; e quem não tem está incorporado a pulfícia militar.

Quanto as minhas netas vejo nelas futuro muito bom, portanto, a educação hoje não é a mesma de (1950), que nós tenhamos vergonha de ir para a escola e encontrar pessoas de níveis mais elevado no poder econômico. Essas pessoas se mostrava ser melhor do que aquelas que não tinha as mesma quadições de ter materiais de boa qualidade. Hoje, essa diversidade já é respeitada, por todos e os professores tem vários cursos que faz de cada profissional ser mais humano.

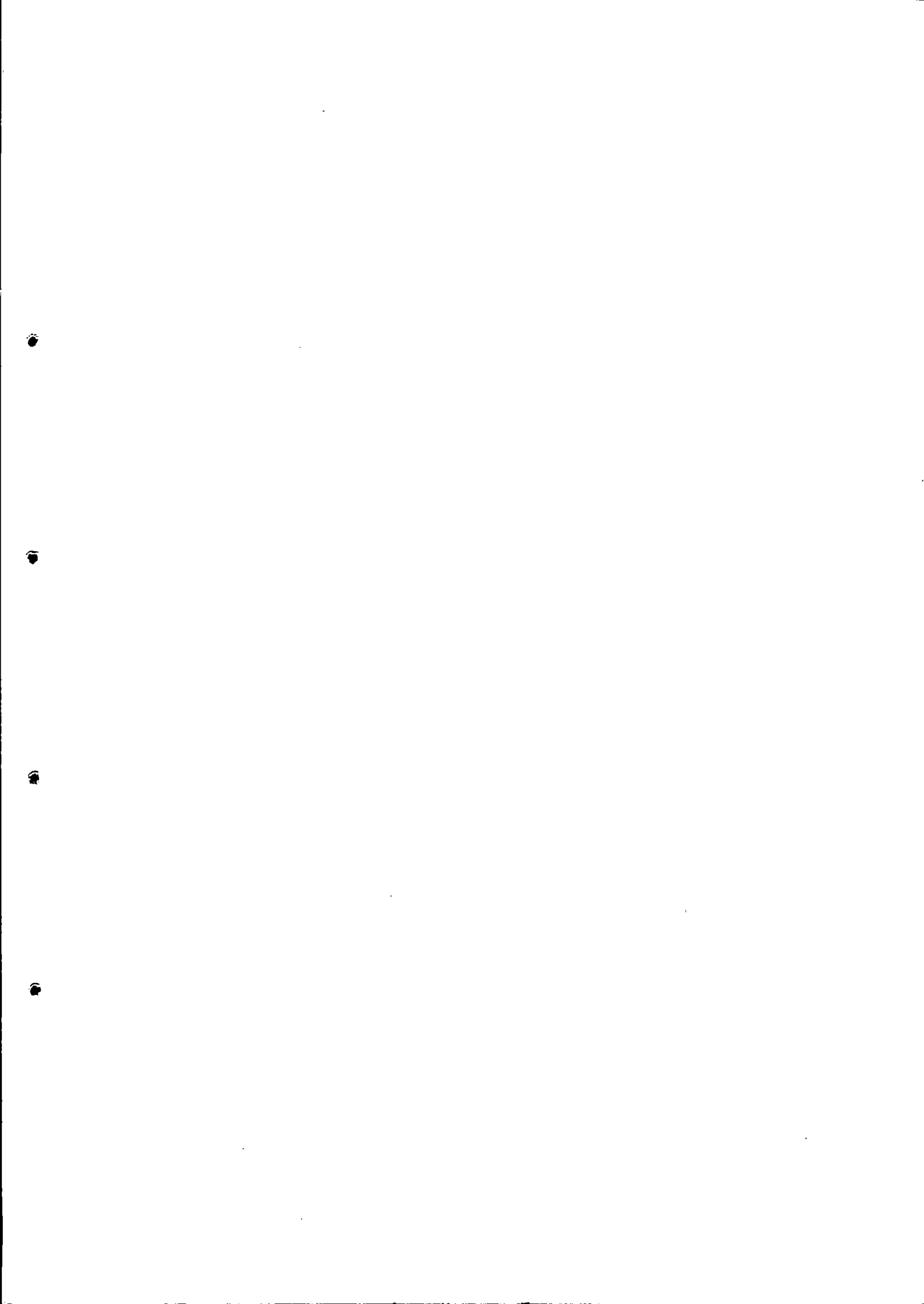
Sempre pergunto a minha filha o que está acontecendo de que ela e minha neta fala, pois é por meio dos comentários delas que entendo o que quer dizer vários outros cursos que estão aparecendo na área educacional.

2- Quais os projetos da área educacional que você conhece e qual a sua opinião sobre eles?

- *O Projeto para 3ª idade;*
- *O Projeto de Inclusão; para mim é o mais importante que fez e faz com que as pessoas respeito mais uma com as outras. Pode ter vários outros projetos, como as danças, fultibool de salão e diversos jogos que não sei citar nomes deles.*

1- A educação hoje em dia está em constante mudanças. Como você vê estas mudanças?

As mudanças ocorrentes na educação é uma questão lógica, atualmente temos um contexto social, econômico e político que estão em contante adequação a desenvolvimento sócio-tecnológico e a educação é um dos eixos



Essas mudanças são feitas sem o conhecimento da nossa realidade, é o pior de nós professores que estamos bem perto dessa realidade.

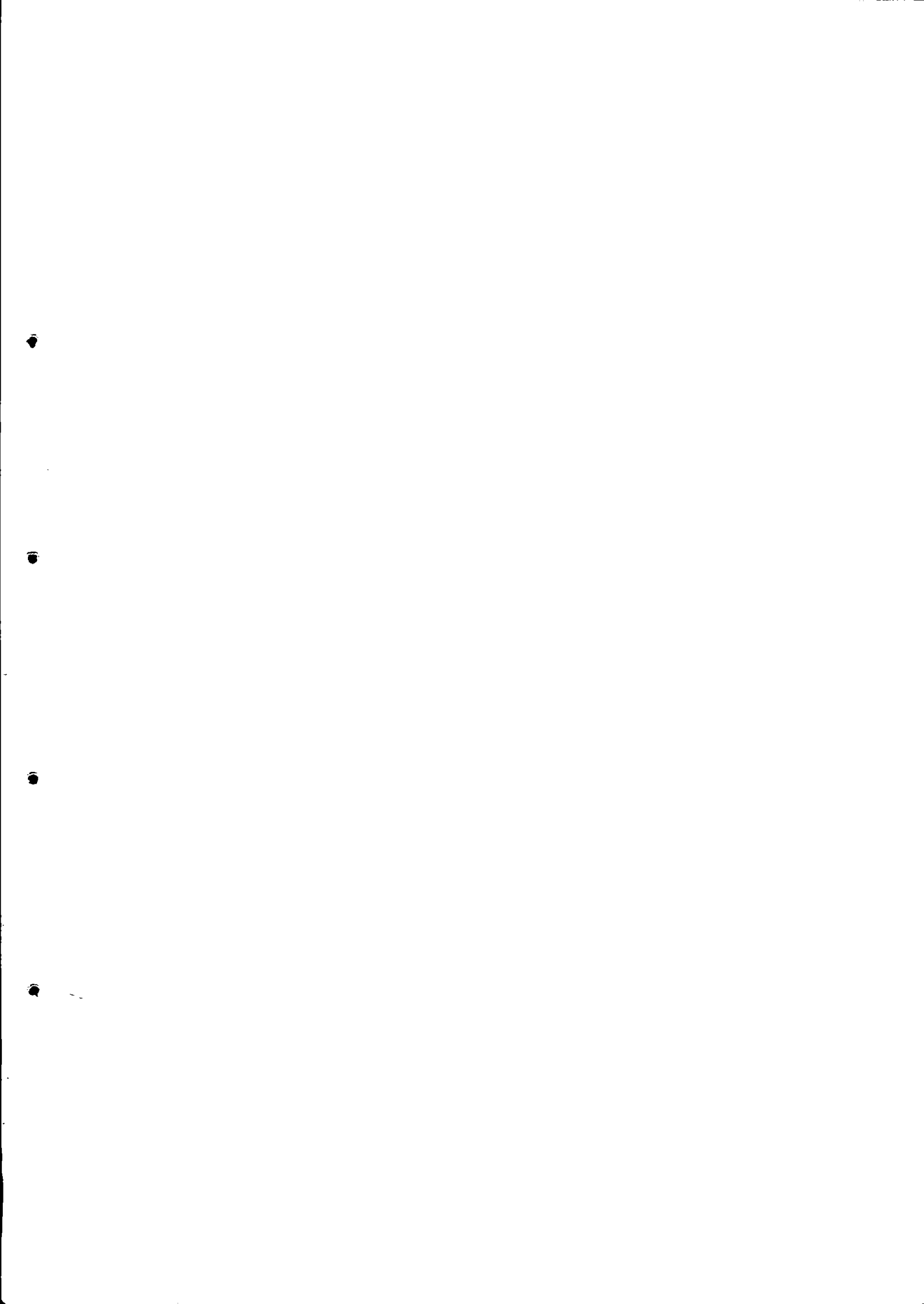
2- Quais os projetos que você conhece e qual a sua opinião sobre eles?

- *Projeto Córrego da Serra*
- *Projeto de Dança;*
- *Projeto de Reforço;*
- *Projeto de Música;*
- *Projeto Fauna e Flora e este projetos são muitos válidos, e, muito importante no desenvolvimento social e principalmente na apreendizagem dos nossos alunos. (Lilian Lopis Ariel dos Santos) professora e estudante de Matemática.*

1- A Educação hoje em dia está em constante mudança. Como você vê essas mudanças?

As mudanças vêm acontecendo, gradativamente e quando olho nos tempos ou nos dias que eu podia estudar vi que tinha que trabalhar porque meus pais já tinham falecidos e eu tinha que ser criada por outras pessoas que nem pensava em meus estudos e hoje quando minhas filhas e netas falam de Conselho Tutelar vejo que isto só veio beneficiar as crianças forçando que os pais ou responsáveis tomem atitude de deixar e de colocar a criança na escola.

Tudo está mudado principalmente quando se trata de Educação Escolar. Hoje eu também, estou sendo beneficiada; pois com 64 anos de idade vou para a escola todos os dias e fico parecendo uma adolescente de tanta alegria de ter uma escola para mim. Faço 3º ano do Ensino Fundamental e tenho mais 15 colegas com a minha idade e outras mais nova; na Escola Municipal João de Paula Teixeira, em Goiânia.



falhando na prática; os alunos perdeu o respeito por nós e nós não conseguimos falar a mesma linguagem que o colega está falando. Tudo, leva a uma educação desordenada. Em todo o país a várias pessoas tensõ mudar esta açãõ que chamamos de educaçãõ. Portanto os planos só é para ser positivo; mais vimos que não podemos executá-los, quando chega até a nós todo já foi modificado.

2- Quais os projetos na área educacional que você conhece e qual a sua opinião sobre eles?

- *Projeto de Dança;*
- *Projeto de Reforço;*
- *Projeto de Música;*
- *Projeto Horta na Escola;*
- *Projeto de Fauna e Flora Viva; e, o Projeto da Semana Cultural.*

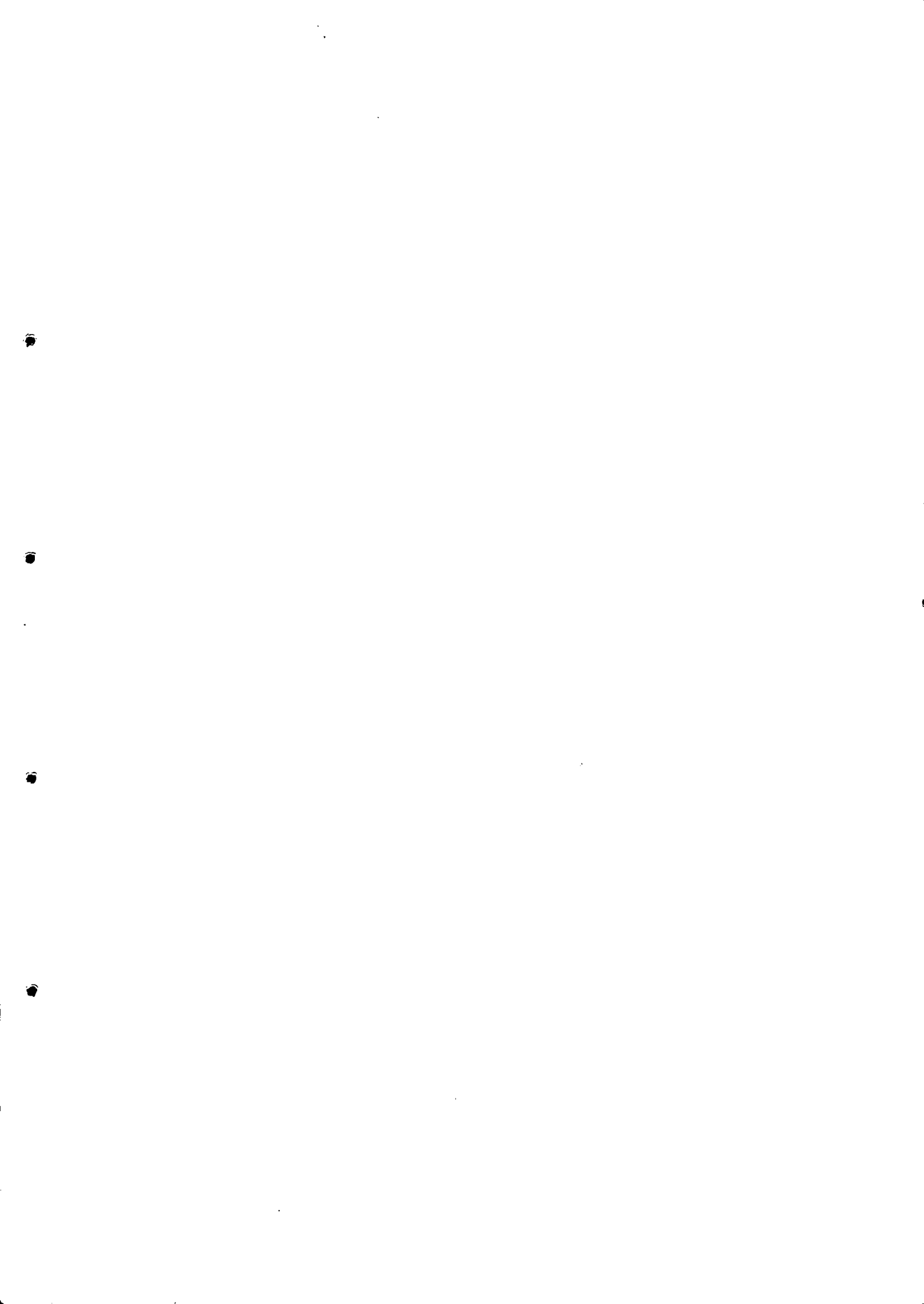
Além destes Projetos poderemos citar vários outros, pois a educação tenta melhorar a cada momento preenchendo os espaços vagos dos alunos e estes serve para despertar o interesse da comunidade escolar e a sociedade a que pertenci, inclusive o resgate do meio ambiente.

(Geruza Helena Fernandes) Professora do EJA.

1- A Educação hoje em dia está em constante mudança. Como você vê essas mudanças?

Infelizmente todas as mudanças que estão acontecendo na Educação não estão contribuindo para a melhoria da mesma.

A cada dia enfrentamos dificuldades e não temos a quem recorrer, porque, temos normas a seguir e mesmo não estando de acordo, temos que segui-los.



ANEXO III

PESQUISA DE CAMPO

Questões para reflexão

1- A Educação hoje em dia está em constante mudança. Como você ver essas mudanças?

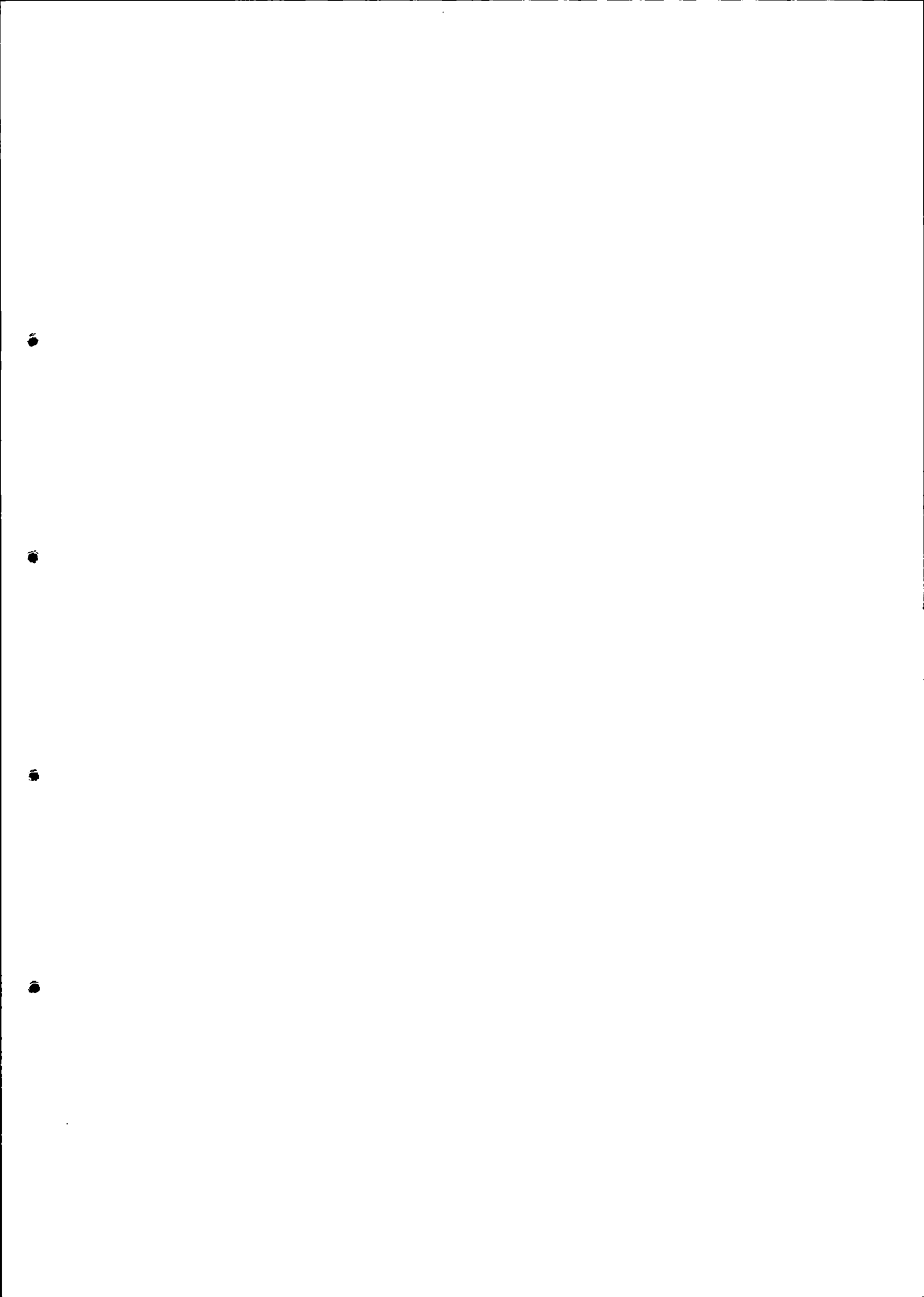
Vejo como um processo em constantes mudanças e é, realmente muito importante para que a educação não fique defasada. Pois o mundo está se globalizando e se a educação não sofrer mudanças, não conseguirá acompanhar o mundo moderno. Tudo se transforma, e a educação tem que se atualizar, pois dela depende o sucesso de toda uma nação.

2- Quais os projetos, da área educacional que você conhece e qual a sua opinião sobre eles?

- *O Projeto de Informática, aplicada à Educação; tem como finalidade ampliar os conhecimentos adquiridos em salas de aulas.]*
- *O Projeto de Educação Inclusiva, visa socializar os educandos com necessidades educacionais especiais. E outros que a escola pelo o meu modo de ver está trabalhando para que futuramente temos formado na sociedade com bons cidadãos. (Denilza Araújo de Oliveira), professora de recurso da Escola Inclusiva.*

1- A Educação hoje em dia, está em constante mudança. Como você essas mudanças?

Em parte esta sendo muito bom, pois, ainda continua a desejar. Pois, todas as normas e leis que são criadas, ou seja, elaborada em nosso país é total mente estorcida de maneira que nós professores percebemos o quanto a educação está

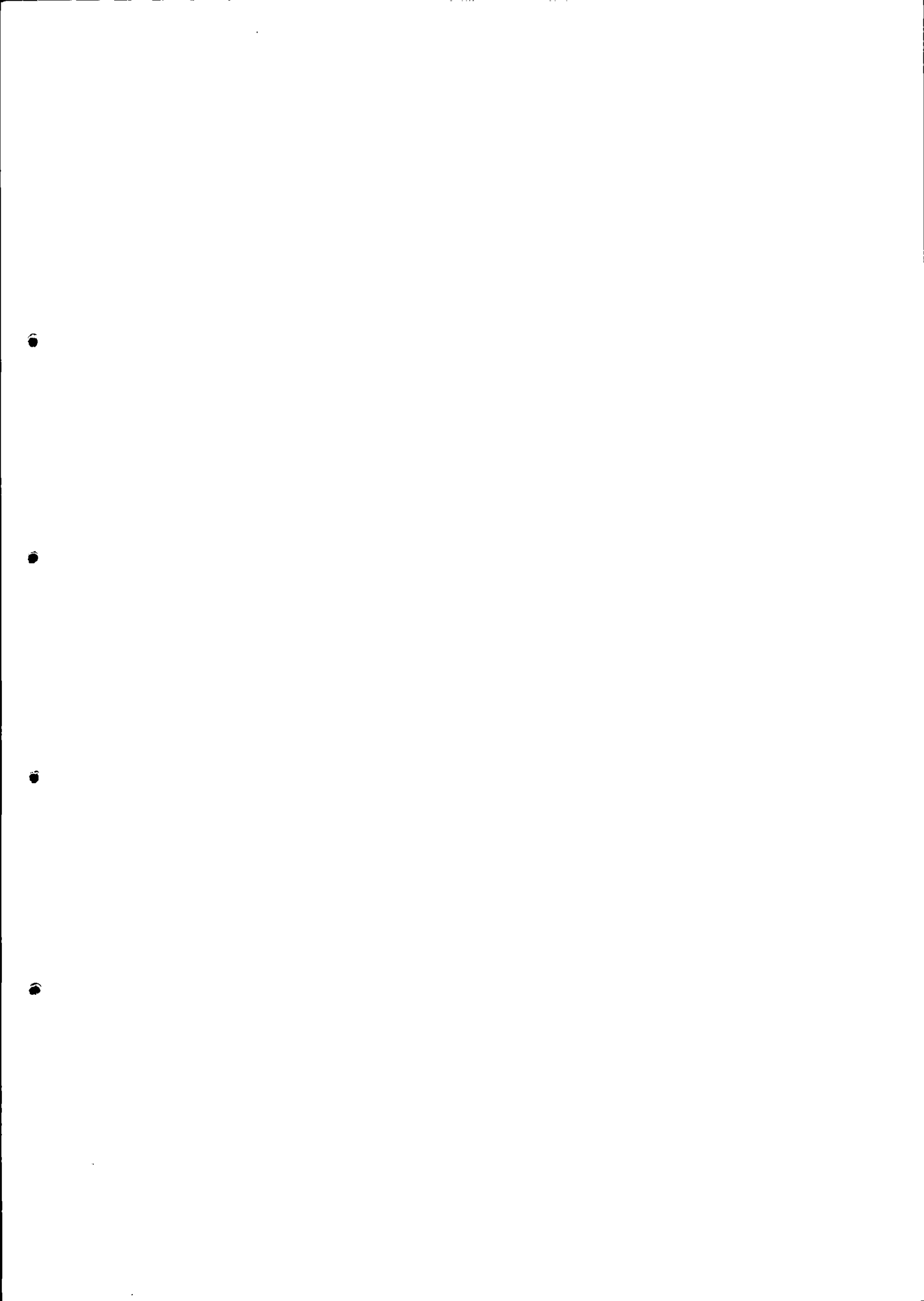


ANEXO II

PADRE MANUEL DA NÓBREGA

Em 1517-1570, jesuíta nascido em Portugal e veio para o Brasil com o governo Tomé de Sousa em 1549, permanecendo durante 21 anos. Prestando os mais relevantes serviços na obra de colonização do Brasil. Amigo e conselheiro de Tomé de Sousa, colaborou na construção da cidade de Salvador e de São Sebastião do Rio de Janeiro, sua obra de maior vulto foi a iniciativa e a escolha do local para a fundação do colégio de São Paulo, do Campo de Piratininga, realizada em 1554, pelo Padre Manuel de Paiva e concretizada por José de Anchieta: (centro de todo o movimento de catequese do Sul. Hábito político e Diplomata, selebrizou-se com Anchieta no episódio da intervenção junto com os Tamoios, em Iperóig.

Podemos verificar que foi o 1º provincial da Companhia de Jesus e superior no Brasil, faleceu no Rio de Janeiro, no dia que completava 53 anos de idade em (1570/18/10).



ANEXO I

Vida e obra Dos Padres: José de Anchieta e Manuel da Nóbrega.

JOSÉ DE ANCHIETA

Nascido em Laguna de Tenerife, em 19-03-1534 na Ilhas Canárias, e morto em Curitiba, em 9/06/1597.

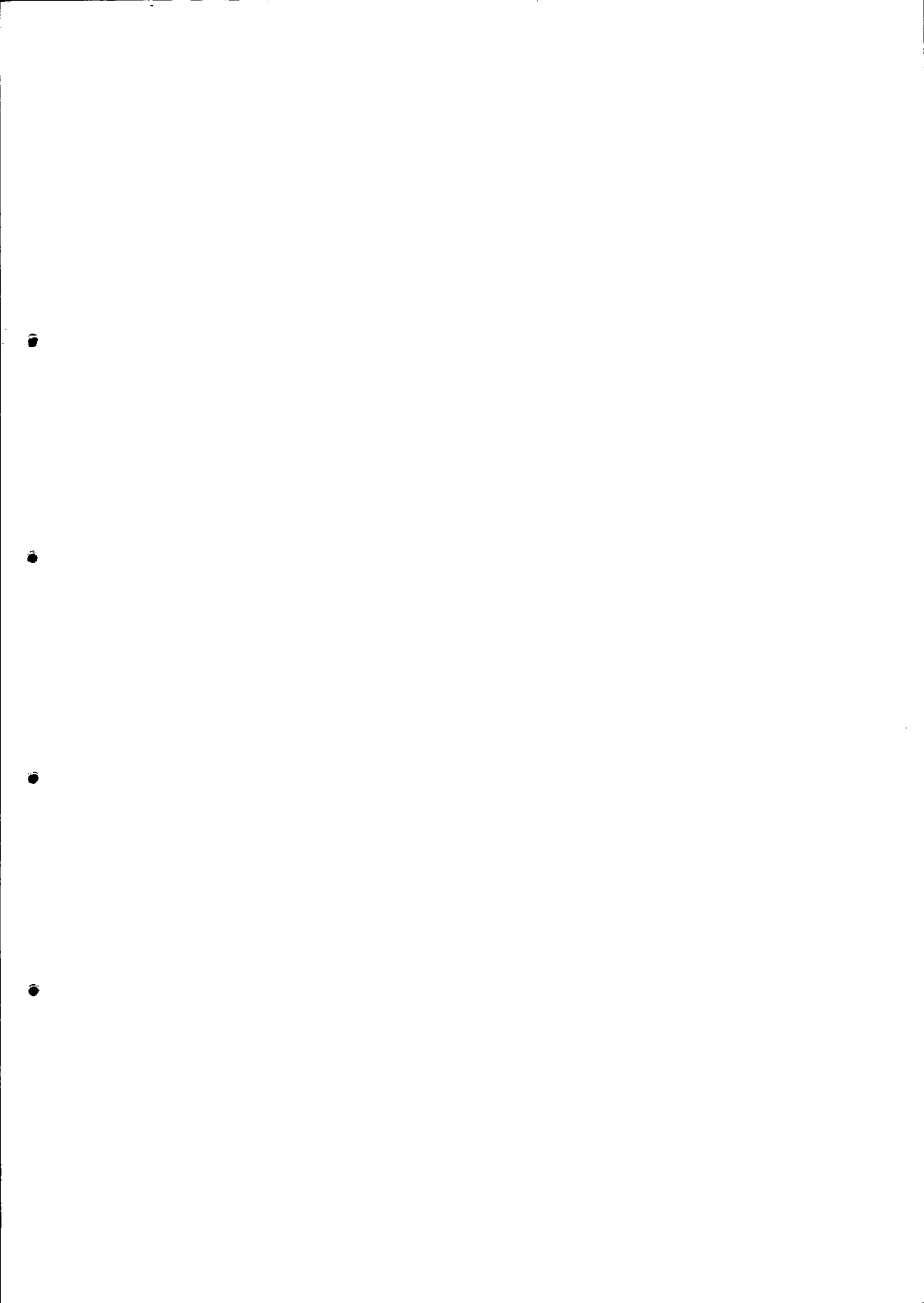
Sacerdote Jesuíta e Missionário, veio para o Brasil em 1553, integrando a comitiva do segundo governo-geral, Dom Duart da Costa.

Chegando à Bahia, e depois de algum tempo foi para São Vicente, onde Martim Afonso de Sousa fundou a vila da Colônia sendo a 1ª e onde já se encontrava o Padre Manuel da Nóbrega. Este, empenhado na edificação ou seja, na construção de colégios, no planalto de Piratiniga, e para lá levou o Padre Anchieta.

Em 1554, foi escolhido um local, por Nóbrega e com o auxílio do Padre Manuel de Paiva e dos índios Tibiriçá e dos Caiubi, que fundou o 3º colégio regular do Brasil, consagrando a São Paulo, porque a celebração da primeira missa inaugural foi no dia 25 de janeiro, data em que a Igreja Católica comemora a Conversão do apóstolo deste nome.

Anchieta aprendeu logo e rapidamente a língua dos nativos, iniciando e destacando logo junto da catequese indígena ao tempo que ensinava as 1º letras aos filhos dos colonos; além, da catequese, prestou outras inúmeros serviços, entre os quais o da missa parificadora junto aos Taciois, que se tinham aliados aos invasores Francesis que planejavam um ataque às posições portuguesa.

Em Iperoig, reunidos no município de Ubatuba, São Paulo, os indígenas retivera Anchieta como refém, enquanto Nóbrega dava andamento às conversações de parificação. Foi nesta ocasião que Anchieta escreveu seu poema em louvor a Virgem Nossa Senhora, reitor do Colégio São Vicente em 1569, e provincial do Brasil em 1578; fundou na Bahia, o Colégio dos Jesuítas e no Rio de Janeiro a Igreja e o Hospital da Misericórdia; fundador da literatura brasileira e 1º professor do Brasil, também cognominado o apóstolo do NOVO MUNDO em 1980 com abeatificação autorizada pelo PAPA João Paulo II.



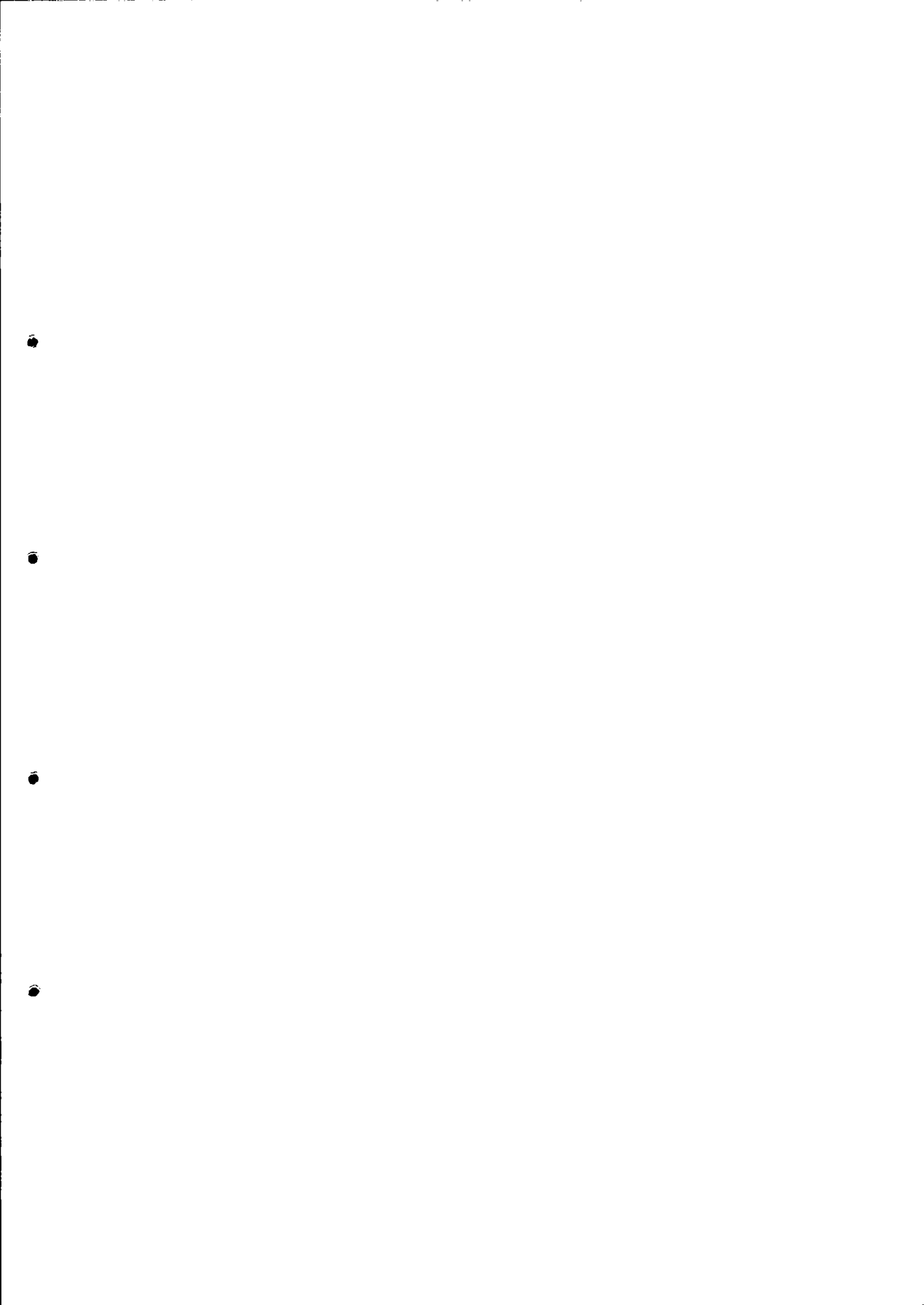
ANEXOS

ANEXO I – JOSÉ DE ANCHIETA

ANEXO II – MANUEL DA NÓBREGA

ANEXO III – PESQUISA DE CAMPO

ANEXO IV – VOCÊ SABIA



BIBLIOGRAFIA

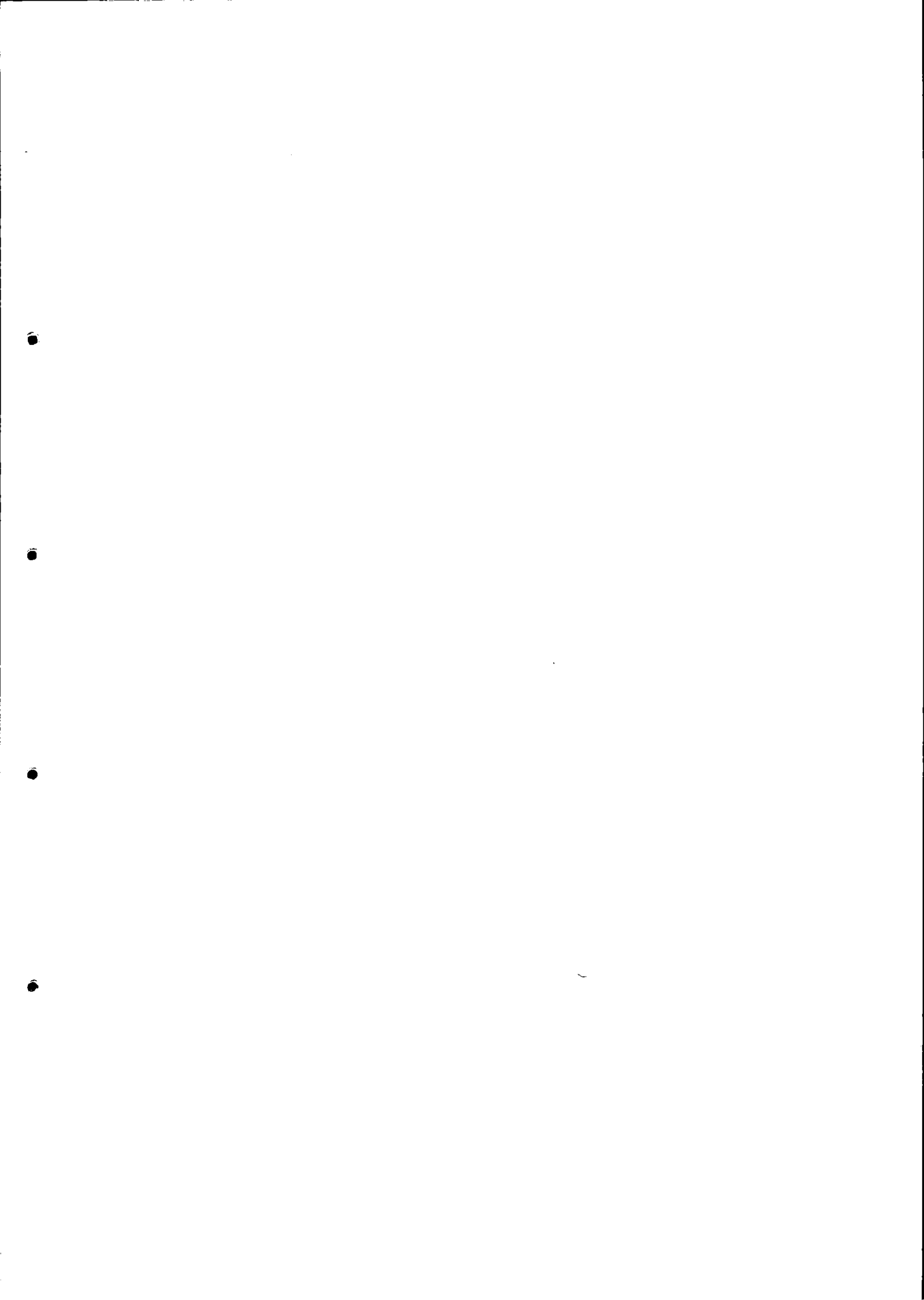
ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. WEREDE. Maria José Garcia. 30 anos Depois Grandeza e Miséria do Ensino no Brasil.

FEDERAL, Senado. Mesa Biênio 1997/1998. Presidente Antonio Carlos Magalhães. 1º Vice-Presidente Geraldo Melo. LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

INDÍGINA, Conselho. *História e Consciência no Brasil*. São Paulo. Saraiva. 1994. p. 247. (ibid).

MONTHRE, Paulo. *História da Educação*. 7 ed. Nacional. 1994.

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. *Filosofia e História da Educação*. 5 ed. Ática. 1987.



CONCLUSÃO

Concluimos este trabalho com um conhecimento mais elevado dentro do contexto histórico filosófico da educação, quando adentramos a partir de 1483, com o avanço do protestantismo de Martinho Lutero, os jesuítas com o movimento para deter o avanço do protestantismo e o trabalho exercido durante 200 anos no Brasil, criado este em 1534, por Inácio de Loyola e só chegou ao Brasil em 1549.

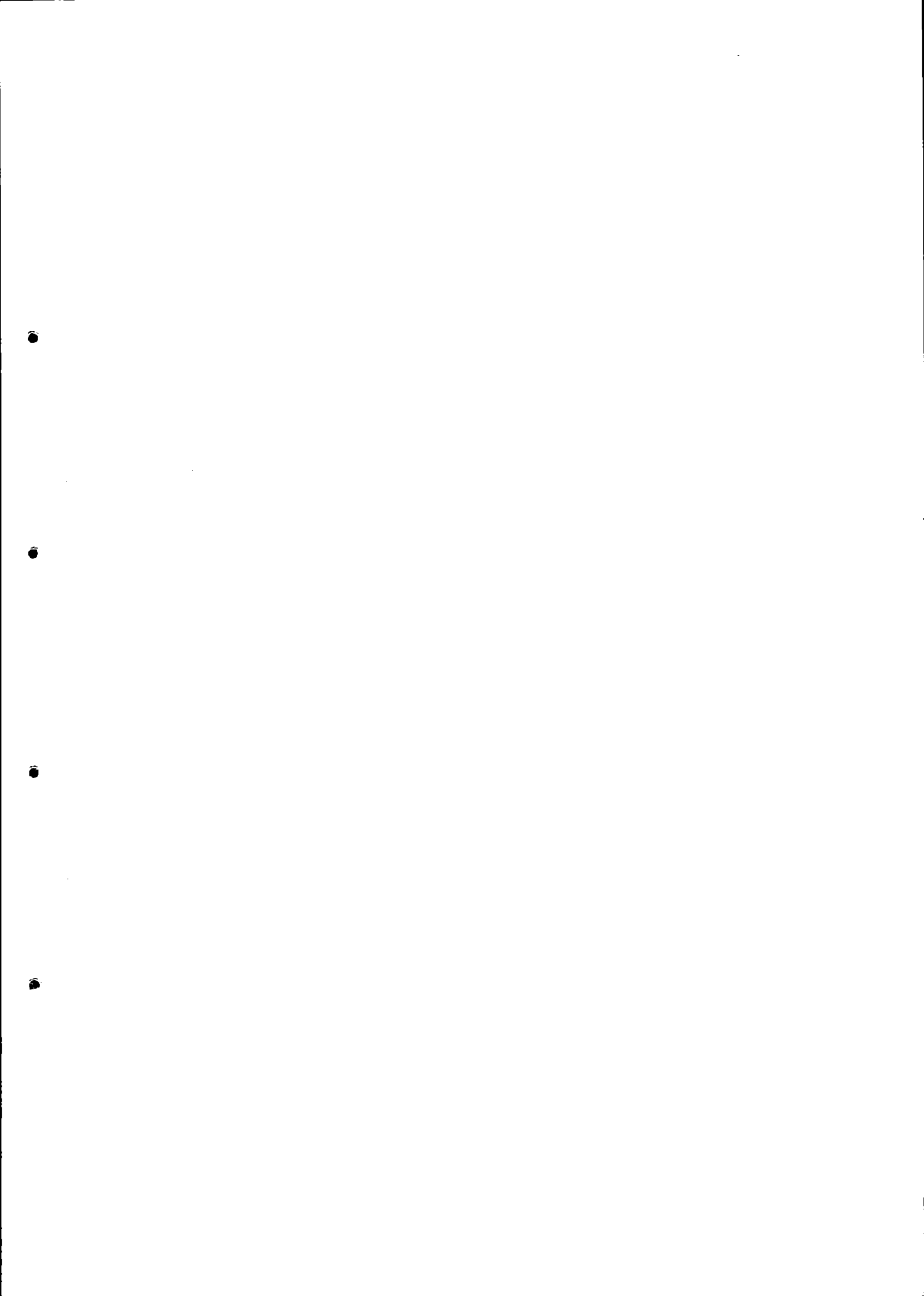
Visualizarmos, os fatos, que mostrou no decorrer de todo trabalho da Ordem dos Jesuítas com os índios, com os filhos dos Senhores de Engenhos, com a construção de um mundo novo sobre os comandos do Governo de Portugal, que não durou muito tempo; pois o Governo de Portugal expulsou-os.

Em 1808, a Família Real centralizava todo o trabalho na região da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e outras regionais.

Verificamos a diferença que teve na educação no período monárquico, o ensino técnico sem total valorização, a educação na República Velha, que foi o início do movimento da educação com o 1º Ministro da educação Francisco Campos, que abrilhantou o Estado de Minas Gerais quando trabalhava como administrador.

Passando por várias transformações a educação, teve vários avanços e Quanto a Lei de Diretrizes

Bases da Educação, concluo ressaltando que desde 1934, a Constituição do Brasil, colocava com grande desafio a educação, que até hoje vimos que os alunos não conseguem chegar no fim do ensino fundamental e menos no curso superior; portanto, larga seus estudos para trabalhar e ter o que comer. Porém, o processo do put e de imput já existe muitos e muitos anos.



5.1- Comunidades indígenas

Parágrafo 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

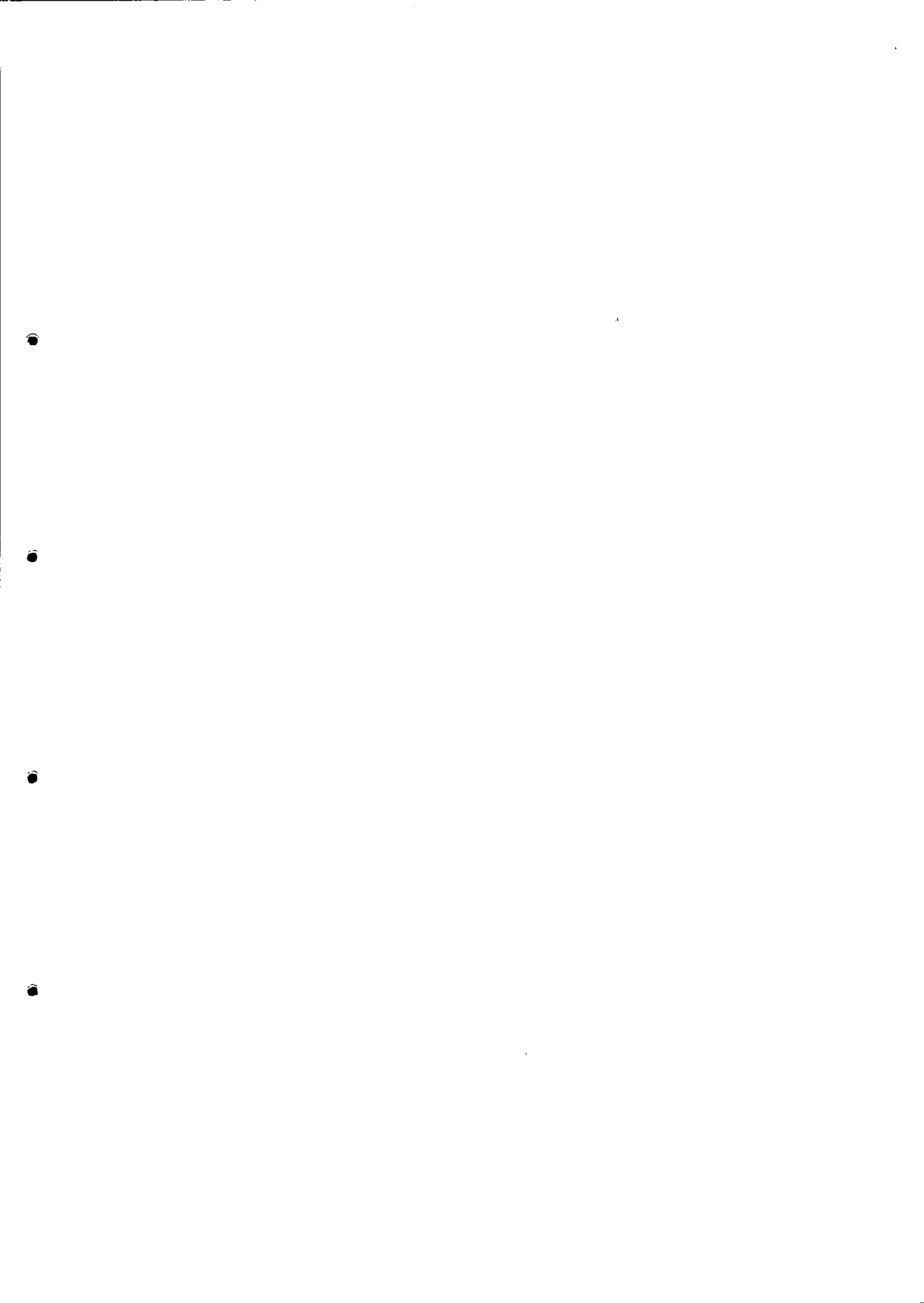
I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena.

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas.

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades.

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Além destes dois artigos temos o de nº 80, que fala sobre o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada.



órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular. (Art. 30) Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

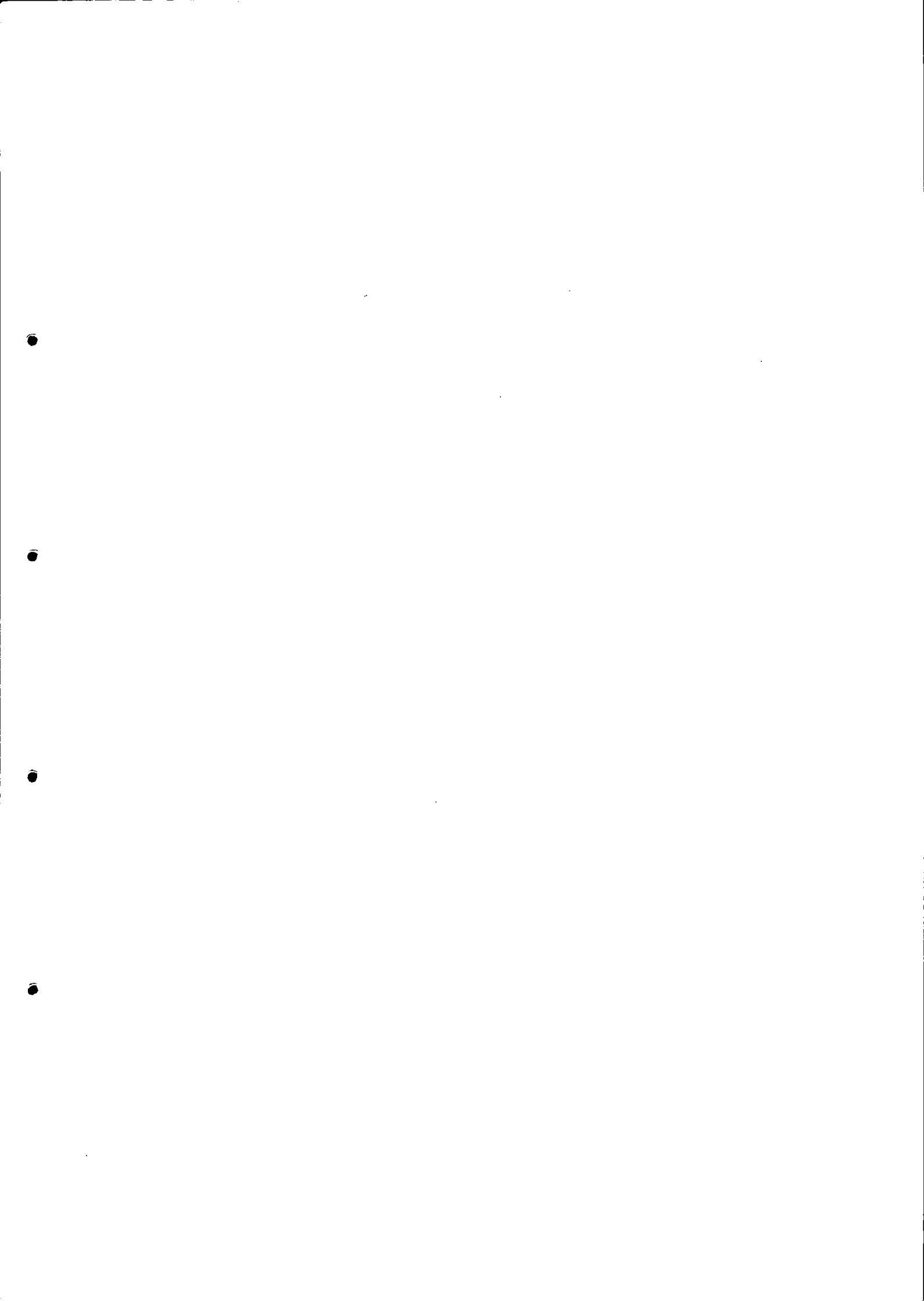
O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio as instituições previstas neste artigo.

Verificamos, que no decorrer da História da Educação muita mudanças aconteceram. Começamos a falar sobre os jesuítas com a influência em ensinar os índios e hoje na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reforça o direito daqueles povos:

No Art. 78, da Lei o sistema de ensino da União com a colaboração das agências federais de à cultura e de assistências aos índios desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe intercultural aos povos indígenas com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades únicas a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, os acessos às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedade indígenas e não-índias. (Art. 79). (20) “A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural à comunidades indígenas, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa.



VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais, prestar serviços à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológicas geradas na instituição.”

O capítulo V da Educação Especial entende-se que para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais

Ss1º Haverá quando necessários serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Ss2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Ss3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

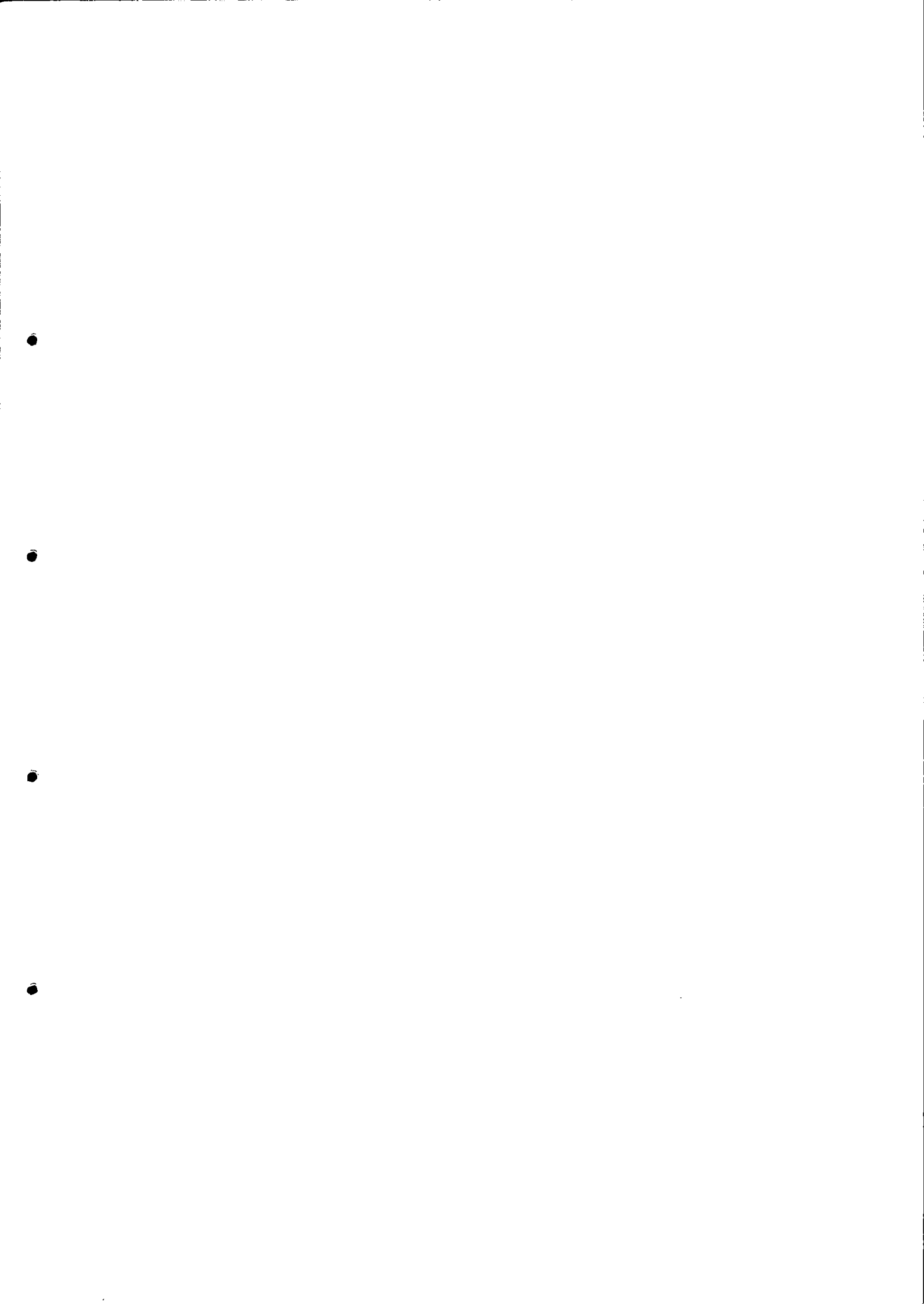
No Art. 59. (18) Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os



O Capítulo III - Apresenta A Educação: Profissionais integradas às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

"Parágrafo único. O aluno matriculado ou regresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. (Art. 40). A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Art. 41) O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos".

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional. (Art.42). As escolas, técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade."

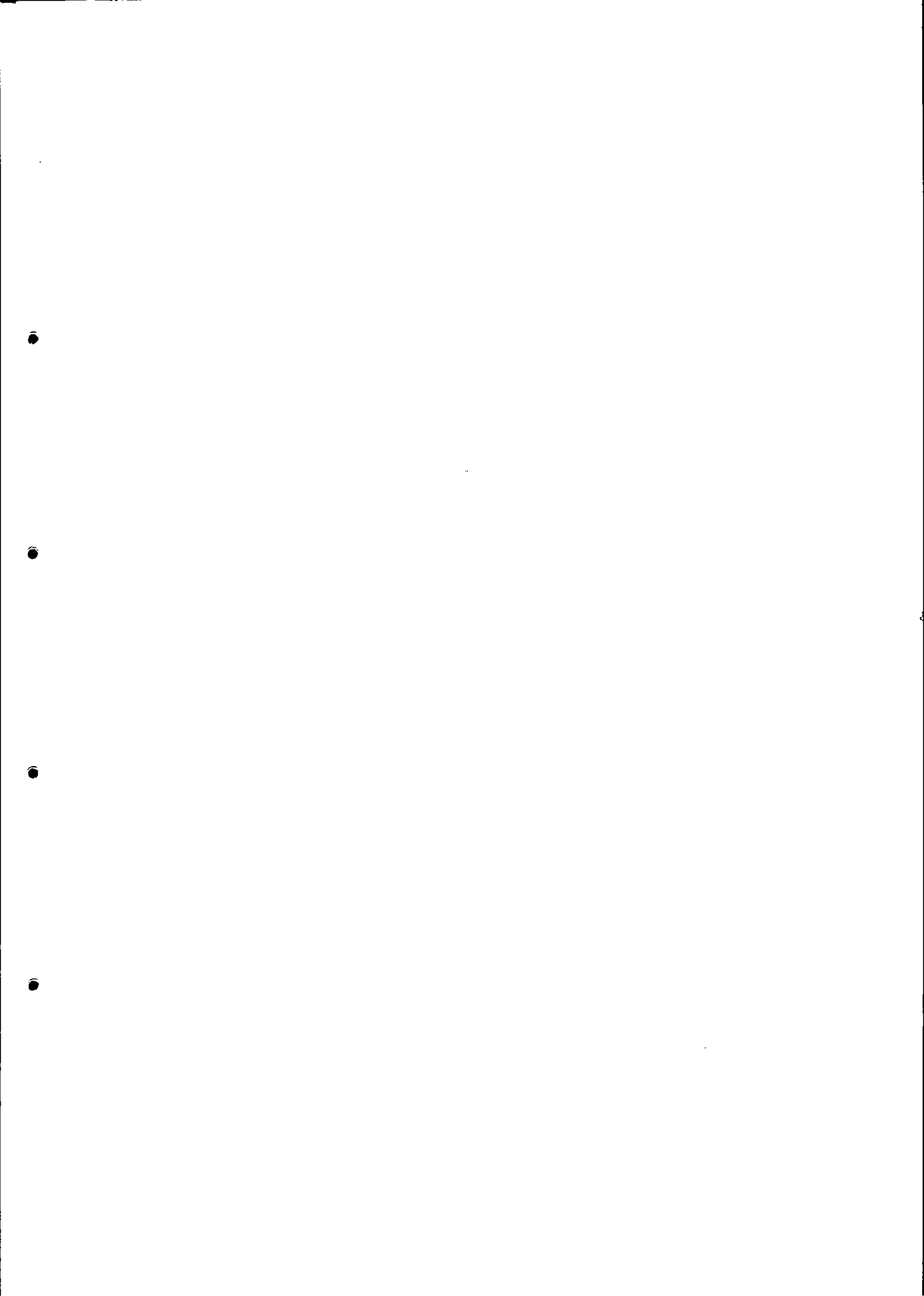
O Capítulo IV -Da Educação Superior te por Finalidade: Estimular a criação cultural e o desenvolvimento espiritual científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação contínua;

III – incentivo o trabalho de pesquisas e de investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;



O ensino médio, sendo etapa final do ensino baseado, tendo a duração mínima de três anos terá como finalidade:

I- “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridas no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”;

II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV—a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a ‘prática, no ensino de cada disciplina.”
(Art. 34)

No capítulo II, seção V, contribui com a Educação de Jovens e Adultos, que será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Ss1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames.

Ss2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. O Art. 48, fala que “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao caráter regular.”

Ss1º Os exames a que se refere este artigo realizarão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.”

•

•

•

•

Educação e do Dever de Educar Art.4º a 7º, d Organização da Educação Nacional Art. 8º a20º, dos Níveis e das Modalidades de Educação e ensino.”

Mostraremos em nossa pesquisa alguns capítulos da Lei que assegura todos os cidadãos dentro do contexto educacional: “Da Composição dos Níveis Escolares Art. 21;da Educação Básica; da Educação Profissional Art. 39 a 42; da Educação Superior Art. 43 a 57;da Educação Especial Art. 58 a60;” e outras.

O capítulo II, da Educação Básica, seção II, mostra-nos, o direito da Educação para as crianças que tenha de três a seis anos de idade. Vejamos alguns Art. Que será oferecida a Educação infantil:

Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade:

II – Pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade;

No Art. 31 a Educação infantil a avaliação far-se-á” mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

FEDERAL, Senado. Mesa Bial 1997/1998.Presidente Magalhães Antônio Carlos e outros. LDB. P.38

Do ensino Fundamental, o Art. 34, tem a duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, e trás como objetivo a formação básica do cidadão dentro do processo:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios baseados o pleno do mínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade, humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”



- Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física sendo disciplinas obrigatórias indicadas pelo Conselho Federal de Educação.
- Pelo Conselho de Educação dos Estados também obrigatória fixadas abrangendo disciplinas sobre a responsabilidade de uma regional.
- Pelos Conselhos de Educação as disciplinas seriam escolhidas pelas as escolas a partir de uma lista elaborada no estabelecimento de ensino.

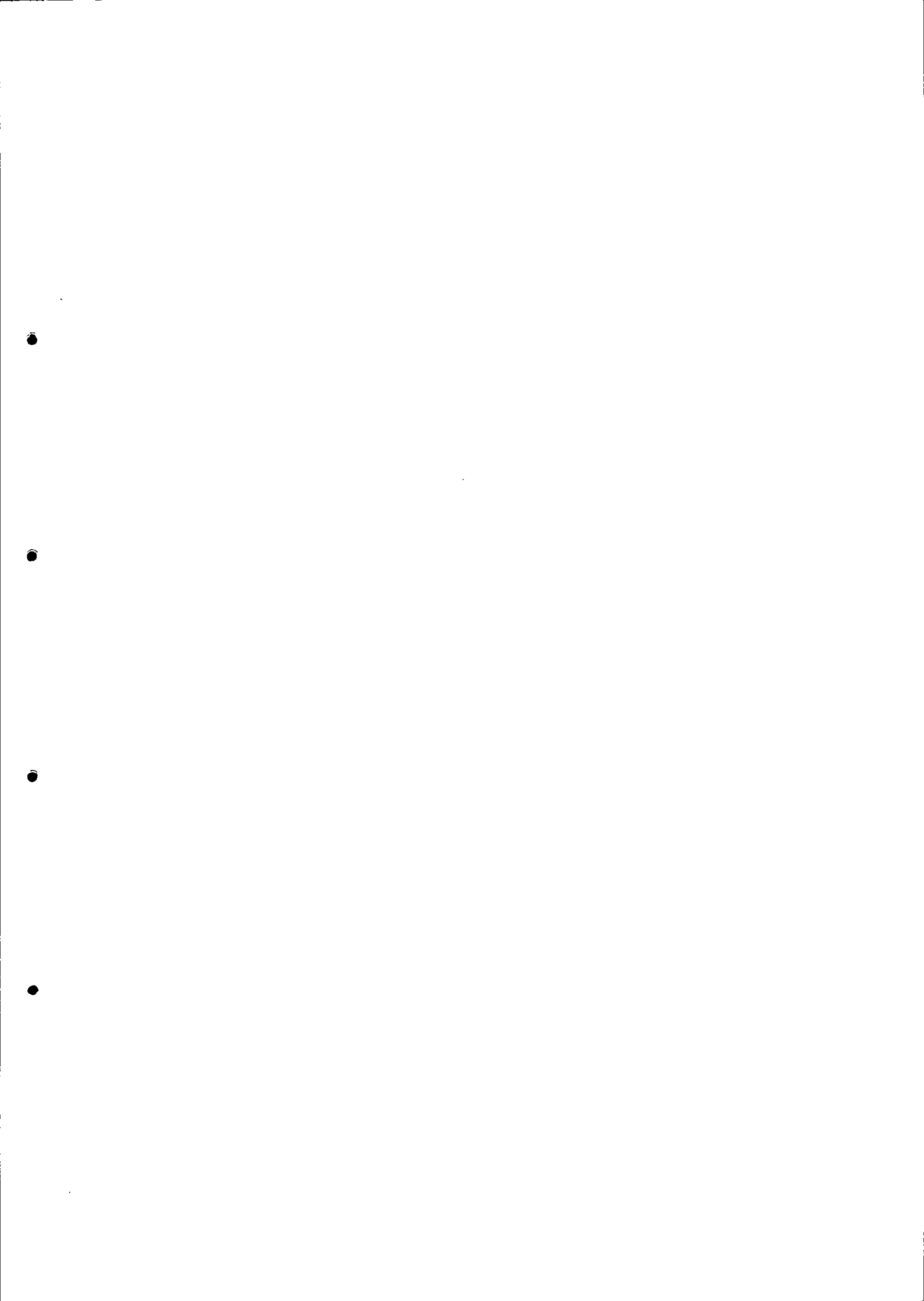
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional de 1996:

“Art. 2º A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais solidariedade humana, tem por finalidade o pleno dos envolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.”

Além destes princípios podemos verificar outros pontos relevante em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação: “Da Educação, Art. 1º, do Direito à



“O ensino superior tem objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes e a formação de profissionais de nível universitário.” (Art. 66)

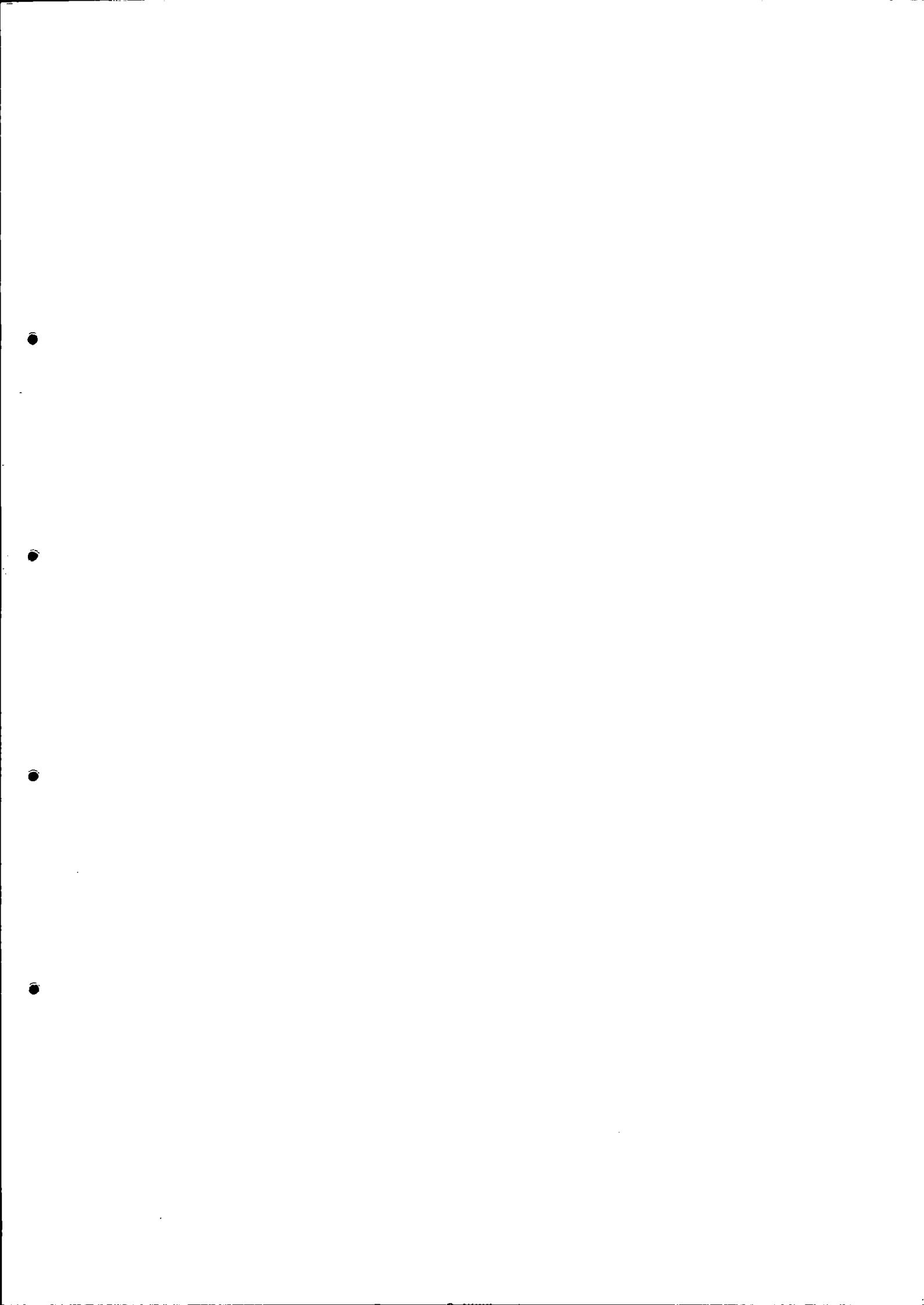
Estrutura

- Educação pré-primária: ministrada em escolas maternas ou jardins de infância para menores até sete anos.
- Ensino primário: até seis anos pelos sistemas de ensinos de mínimo de quatro séries anuais, a duração poderia ser ampliada.
- Ensino médio: “dois ciclo ginásial, de quatro anos, e colegial, de três anos; modalidade: tanto no ginásial quanto no colegial, o ensino médio abrangia o curso secundário, o curso técnico (industrial, agrícola comercial e outros que fossem regulamentados) e o curso de formação de professores para o primário e o pré-primário ensino normal.”
- Ensino superior: Agrupados ou não em universidades, ministrado em estabelecimentos com a cooperação de institutos de pesquisas e centros de treinamentos profissional; curso: “graduação (para candidatos que concluíram o curso de graduação) e de especialização, aperfeiçoamento e extensão (requisitos a serem exigidos).”

Conteúdos Curriculares

Deixaram de ser rígidos, padronizados es currículos com a Lei n.o 4.024/61, admitindo-se uma certa variedade, segundo as indicações dos estabelecimentos em relação às matérias optativas. A3ª série do colegial, o currículo passou a ser diferenciado, dando oportunidade dos alunos irem para um curso superior.

Compunham três partes os currículos:



Verificamos agora os objetivos, a estrutura e os conteúdos curriculares da educação nacional, elaborada e sendo a Lei, n.o 4.024/61:

Objetivos

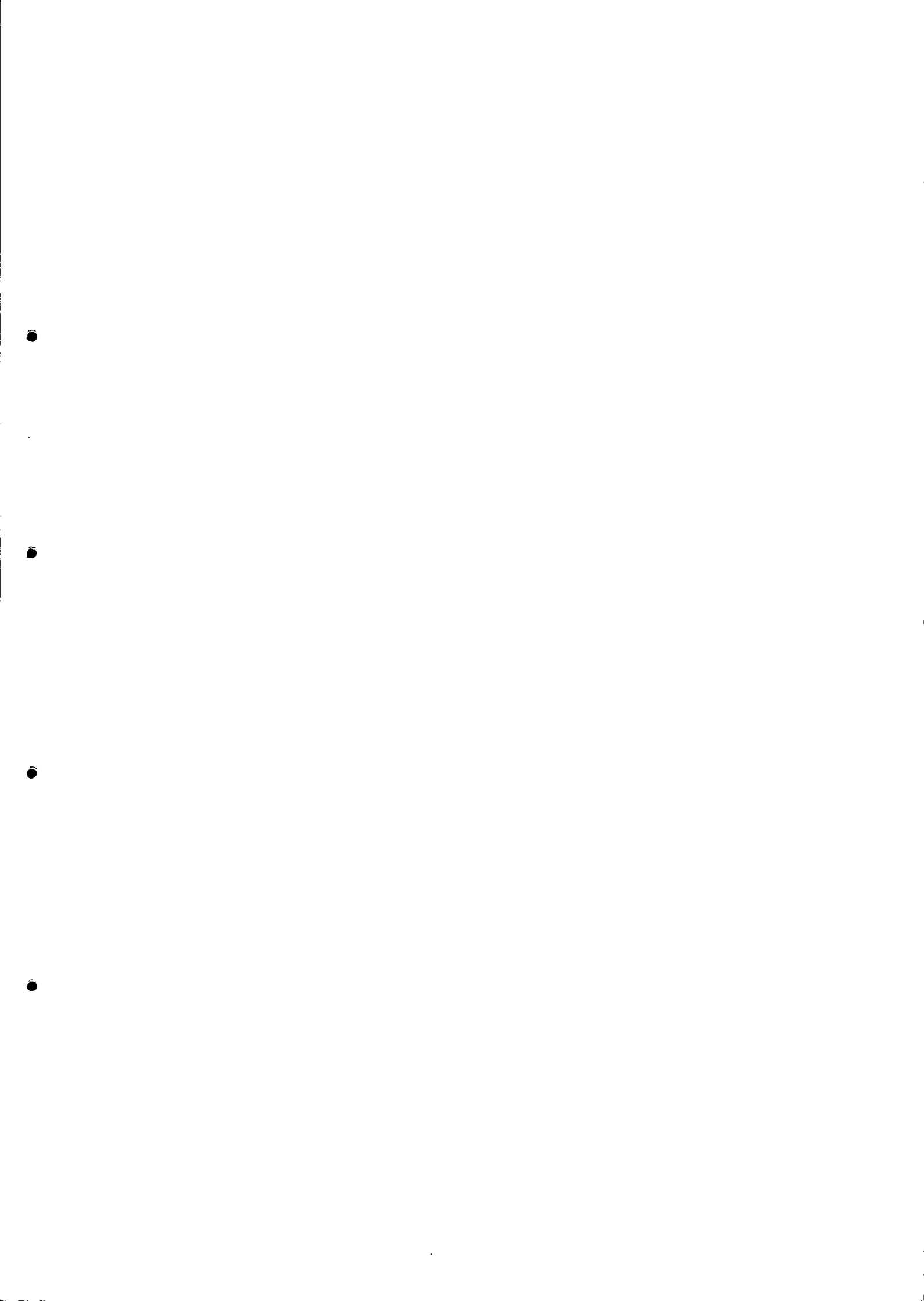
Foi estabelecido pela Lei n.o 4.024/61 os fins da educação que foram mantidos pela Reforma de 1971 e continuam em pleno exercício.

Art. 1º - a educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a- Compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade.
- b- O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c- O fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d- o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e- O preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar a possibilidades e vencerem as dificuldades do meio;
- f- A preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g- A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

Por fim o ensino primário tinha o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social. (Art. 25)

A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária destina-se à formação do adolescente. (Art. 33) Desde este momento não se falava em ensino superior.



CAPÍTULO V

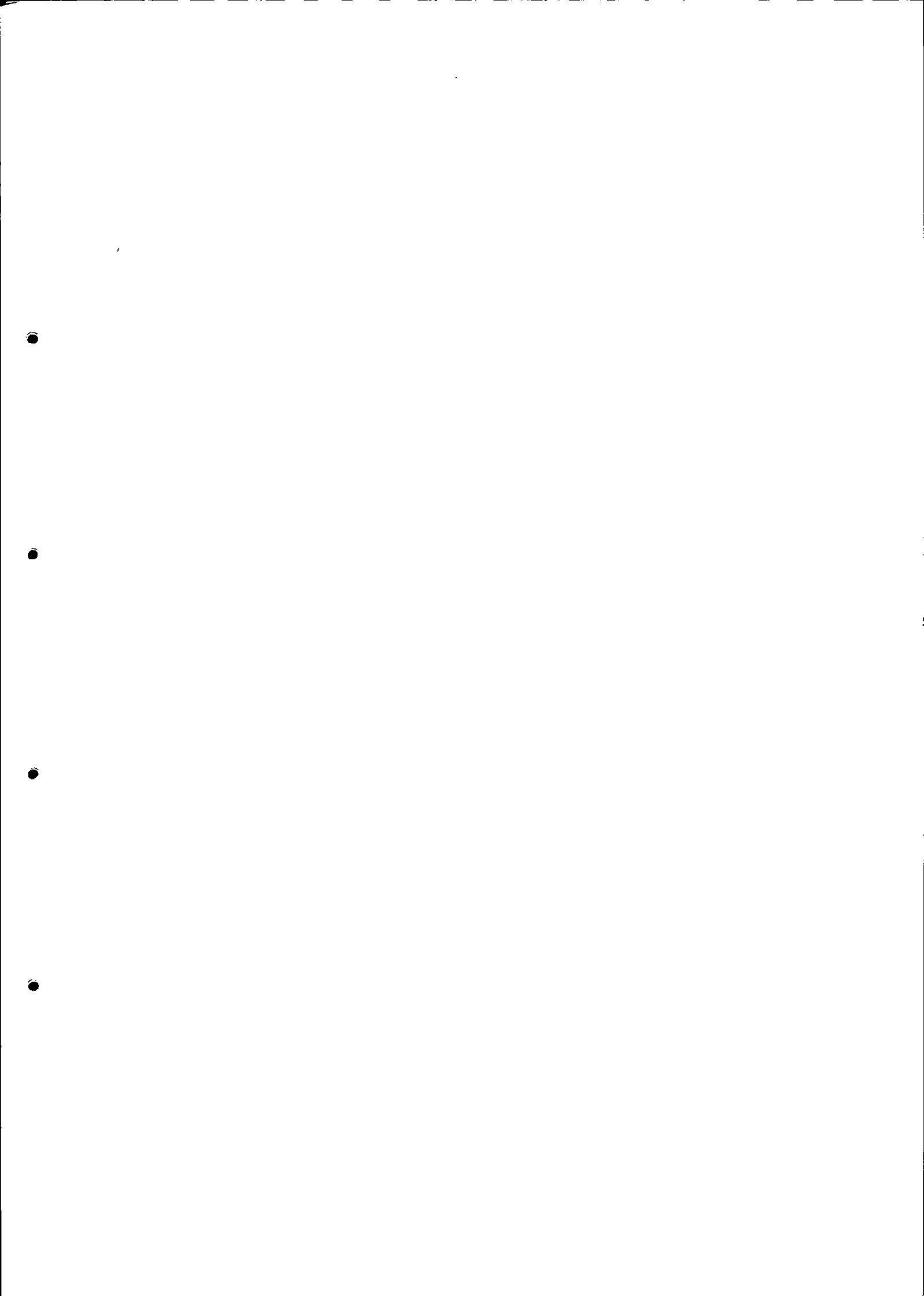
A DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A primeira Lei brasileira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em todos os níveis. Do pré-primário ao superior foi a Lei n.º 4.024, de 20/12/1961. E esse projeto desde de 1948, já encontrava elaborado e chegara no Congresso Nacional neste mesmo ano, onde foi discutido durante treze anos.

*Todo se discutiu ou pôs em dúvidas, quase sempre acaloradamente: a intervenção do Estado na Educação, a preservação ou o restabelecimento das autonomias locais; a unidade da educação na diversidade das condições regionais; o conceito de "diretrizes e bases", seu caráter genérico ou específico; e a acepção estrita ou ampla de "sistema de ensino", cifrando-se este a um conjunto de escola ou alcançando também a sua orientação; a obrigatoriedade da escola primária; a separação da escola secundária da profissional"*¹³

Passamos agora a entender que quando houve a grande movimentação no Congresso Nacional, pelos os educadores, que mais agitou a opinião pública e especialmente nas últimas décadas da discussão, que foi a liberdade de ensino. Havia duas posições radicalmente seja duas correntes: a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privadas, ligados aos meios católicos.

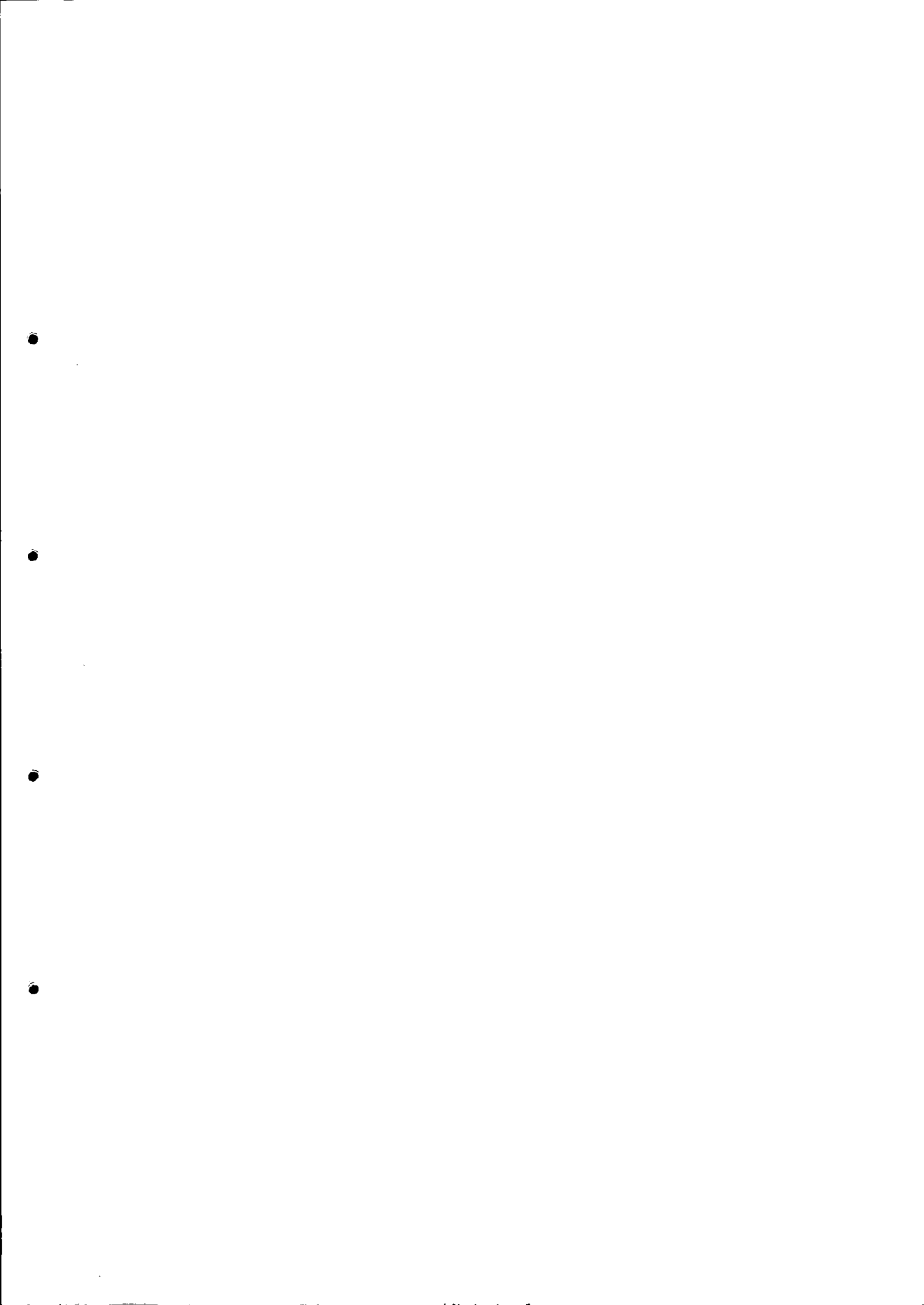
13 LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, p.58.



Conteúdos

O nº de matéria obrigatória aumentou a partir da Reforma de 1971, em todo o território brasileiro. Tirando o ensino religioso e sendo, obrigatória de dez conteúdos específicos: “um de Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa); três de Estudos Sociais, (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil); dois de Ciências (Matemáticas e Ciências Físicas e Biológicas); e quatro Práticas Educativas (Educação Física, Educação Artística, Educação e Moral e Cívica e programa de saúde)”.

Deixaram de ser ministradas no ensino de 2º grau, os que podem favorecer a discussão crítica como: FILOSOFIA, SOCIOLOGIA, e PSICOLOGIA.



Estrutura

A Reforma de 1971, transformou a estrutura que encontrava, em pleno exercício no ensino. O curso primário que era de quatro a seis anos e o ginásio que era também; foram unidos e o cursos de 1º graus passou para a duração de (oito anos).

As habilidades profissionais existentes no antigo ginásio normal, agrícola, comercial e industrial; estes todos desapareceram.

Visualizando a educação de um modo geral, podemos dizer que o 1º grau, sendo de oito anos não oferecia nenhum tipo de profissionalização ficou como obstáculo, pois, nem todos conseguem chegar ao 2º grau. Deixando a escola sem nenhum preparo, profissional e descumprindo um dos objetivos legais do ensino.

O ensino de 2º grau, pela reforma de 1971, tornou-se profissionalizante. Através de um Decreto o aluno passou a ter direito a um diploma de auxiliar técnico de três anos ou de técnico de quatro anos, o aluno podia sentir considerar habilitado. Porém o Conselho Federal de Educação, mais de duzentas habilitações profissionais foram regulamentadas. Para entrar no ensino superior o aluno teria que concluir o 3º ano e ter a classificação no concurso do vestibular.

A Lei n.º, 7.044 de 18/10/1982 por força desta, em 1983, os estabelecimentos que ficaram livres para oferecer, ou, não, a habilitação profissional. Pois, podemos observar que a Lei de 1971, estabeleceu um caos no antigo sistema pertencente ao ciclo colegial e atual ensino de 2º grau os estabelecimentos sem estrutura e sem as mínimas condições para executar qualquer curso de habilitação profissional que foram obrigados a implantações.

E grande parte dos estabelecimentos burlou a Lei e executou de maneira mais fácil: elaboração de currículos e habilitação barata.



quatro deputados na sessão conjunta do Congresso Nacional. Menos nos termos legais o ensino do 1º e 2º graus, foi reformado na qualidade de um raio e sem a participação do povo.

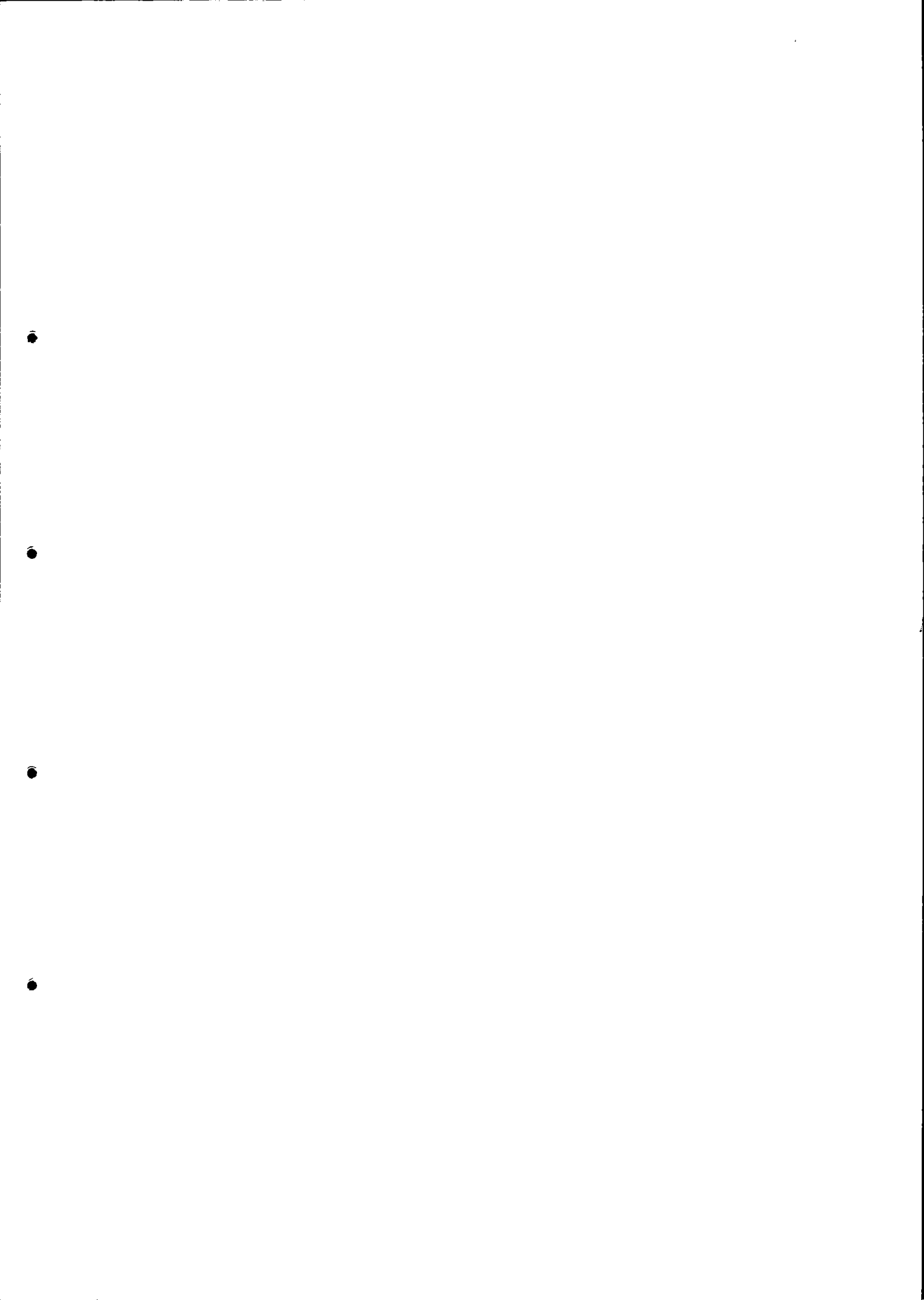
Verificamos ligeiramente o que estabeleceu a reforma de 1971. Quanto aos objetivos, e a estrutura e aos conteúdos do ensino de 1º e 2º graus:

Objetivos

1º- Manter a Lei de nº 4.024-61;

2º- A modificação da Lei nº 5.692-71 pela Lei nº 7044-82, que determina o ensino de 1º e 2º graus que tem como objetivo geral: Proporcionar o educando *instrução necessária a medrar de suas capacidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício da conscientização da cidadania;*

3º- Um objetivo perfeitamente adequado às responsabilidades que esteja à educação escolar, tanto na preparação do indivíduo para a vida na sociedade quanto na vida pessoal. Podemos observar que em 1988, é que a Lei estava longe de ser posta em prática. Mas, hoje nota-se que uma pequena luz já brilha e nem por isto no Brasil de modo geral, inicia-se com muita dificuldade e não termina ou, até mesmo não conseguem iniciar, e desenvolver suas capacidades, não conseguem se auto-realizar-se, não conseguem preparar-se para o trabalho e para o exercício da cidadania. Para entrar em um mercado de trabalho está difícil e mal remunerado, o envolvimento político consciente não é autorizada à maioria dos cidadãos



- 3º- Tendo a iniciativa, do sistema de créditos os cursos parcelados semestrais e currículos flexíveis.
- 4º- Dos ciclos básicos e dos e dos exames dos vestibulares unificados as iniciativas comuns a estudantes de diversos cursos;
- 5º- A criação regular dos cursos de Pós-Graduação, mestrado e doutorado.

Os professores e estudantes viram que as suas reivindicações não foram atendidas e que não era a reforma que reivindicavam: "Abrir vagas, ampliar o corpo docente, aumentar verbas e recursos, criar cursos básicos para a integração de toda universidade, pôr um fim na tirania da cátedra, instaurar os departamentos com seus colegiados". Fora com a universidade de elitista e de classe Universidade crítica. Livre, aberta. Essa a Reforma que apaixonadamente, se discute dia e noite¹².

Da criação dos departamentos e da extinção da cátedra a Reformas Universitária promovida pelo Governo possibilitou a extensão do domínio da burocracia e do poder centralizado em um movimento interno que sobrava pouco espaço para a participação da comunidade universitária. Deixaremos em anexo as atividades de um reitor que foi pesquisado no ano de 1984.

O Ensino de 1º e 2º graus, também esteve na Lei quando tratava do ensino universitário. Sendo a Lei de nº 5,692, de 11/08/1971, que reformulou o ensino do 1º e do 2º graus e está imposta pelo o governador sem a participação dos estudantes na elaboração da Lei, o mesmo aconteceu com o seguimento que faz parte como a comunidade em geral.

Foi submetido o projeto de Lei ao Congresso nos termos do artigo 51, 3º e 2º parágrafos da Constituição de 1969: O Congresso Nacional teria o prazo de quarenta dias para aprovar o documento elaborado, e que era diferente da Lei nº 4.024/61.

Pois, foi aprovado no prazo previsto a Lei, que a maioria dos congressistas pertencia à Arena (Aliança Renovadora Nacional) que era o partido do governo. Aprovação da Reforma durou apenas duas horas e meia, debateram somente

¹² CHAUÍ, Marilena. Folha - de - São, Aput.



CAPÍTULO IV

REFORMAS NO ENSINO DE 1964

Por meio de reivindicações, os estudantes brasileiros conseguiram a duplicação dos números de vagas nas Universidades Brasileiras, Sendo, assim, a primeira Universidade a ser implantada foi a do Rio de Janeiro em 1964, que era a única Universidade Federal. Mas, com a criação do regime militar, em 1º de abril de 1964, os estudantes prosseguiram com as reivindicações. Porém, estes eram vistos como (subversivos), ou seja, agitadores, e suas manifestações foram severamente compreendida.

Outro aspecto importante lembrar, que devemos apontar é que muitos estudantes passavam no vestibular e obtenham a nota mínima exigida. Portanto não podia, ingressar na Universidade por falta de vagas.

O Governo Federal, invés de acolher as reivindicações dos estudantes por mais vagas nas Universidades Públicas, tomou a revolução de proceder à Reforma Universitária através da Lei nº 5,540, de 28/11/1968.

As inovações iniciais e principais da Reforma Universitária, de 1964, foram:

- 1º- Extinção substituição da cátedra e a instituição da Carreira Universitária livre;
- 2º- Extinção da Faculdade de Filosofia e a criação de Institutos para pesquisas e ensino básico à formação profissional, Faculdades e escolas;



O artigo 129, da Constituição de 1937, embora tivesse dedicado ao ensino Técnico-Comercial, às classes menos favorecidas e em 1942, esse ramo de ensino a iniciou com a legislação Nacional. Mas, somente em 1942, foi regulamentado o ensino industrial com o Decreto-Lei n.º 4,073, de 31/01, já no ano de 1943 o ensino comercial no Decreto-Lei n.º 6,141, de 28/02 ; e o outro, Decreto-Lei de 1946 que determinava o ensino normal Decreto-Lei n.º 9,613, de 28/08. Medrava-se, em dois ciclos, a mesma formação que o secundário, sendo, esses quatro ramos do ensino (25) industrial, agrícola comercial e normal.

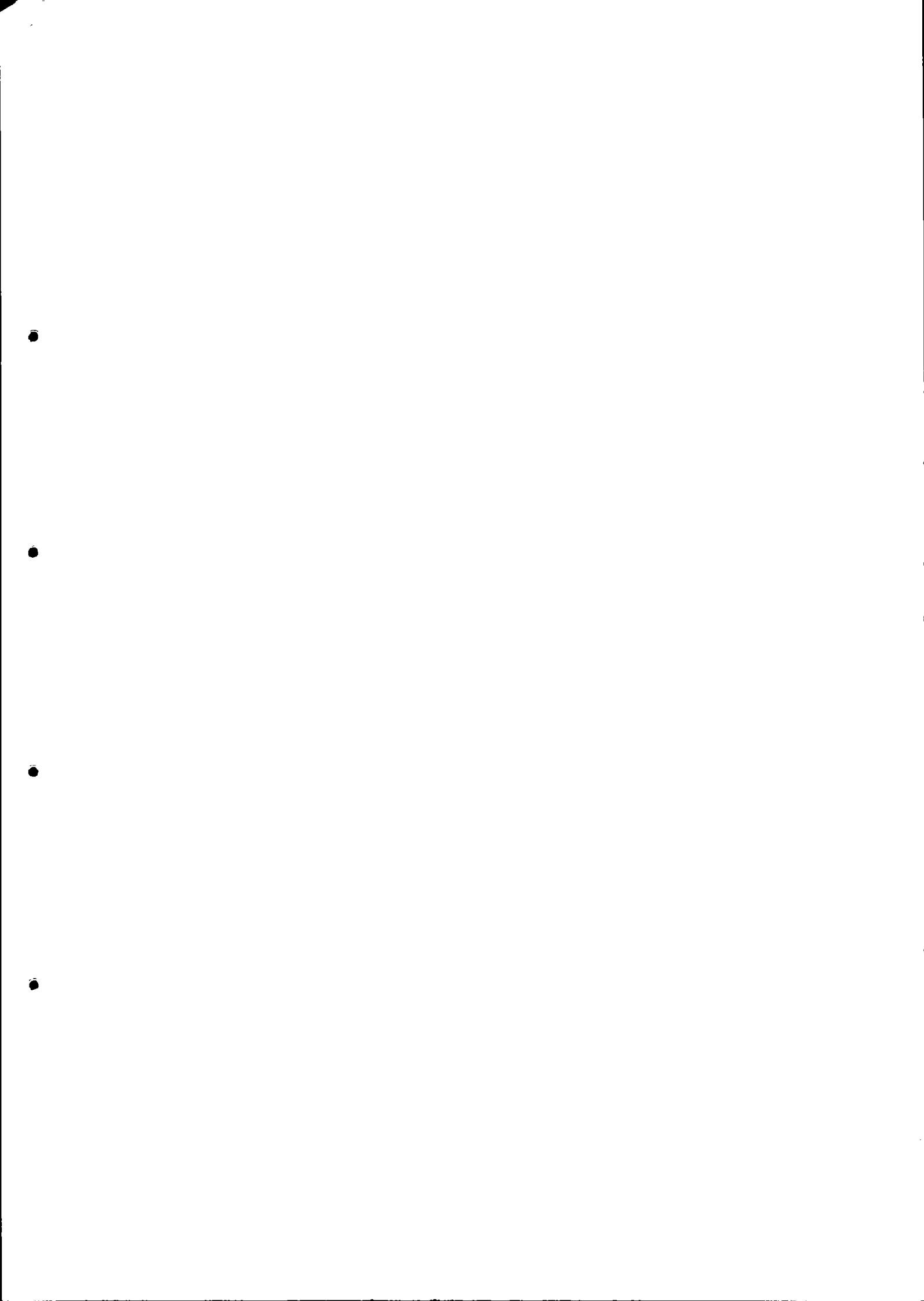
No ano de 1934 e 1942, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem, Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei de n.º 4,048 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, no Decreto-Lei de n.º 8,621 de 10/01.

Quanto ao ensino superior que teve transformações a partir de (1930) e com a criação das primeiras Universidades. E essa fundada no Estado de São Paulo, em 1934, tornando possível graças aos Estatutos das Universidades Brasileira, através do Decreto de nº 19.851 do ano de 1931, do dia 14/04. Assim, as reivindicações dos professores de obter uma Universidade foi realizada, após vários anos que reivindicavam.

A entrada no sistema de ensino superior significou quatros pontos bastantes relevantes:

- 1º- Caráter indiferente,
- 2º - Caráter utilitário,
- 3º - Da unificação à integração,
- 4º - Estabelecimento de normas.

Quando procedeu-se, à Reforma Universitária em 1968, os Estatutos das Universidades Brasileira, já havia desde, 1931, que vigoraram com poucas transformações.



Aos objetivos, em duas visões podemos mostrar que Francisco Campos, 1931, e de Gustavo Capanema, 1941, sendo quase Ministro de Educação contribuíram ao curso secundário uma dupla finalidade de preparação para o ensino superior e de formação geral.

Em 1931 e 1942, a estrutura do ensino secundário foi planejada, em dois graus com duração de sete anos. E em 1931, instituiu-se um curso fundamental de cinco anos, dando continuidade de um ano complementar ou, Pré-Universitário, de dois anos. O fundamental era comum a todos e pretendia oferecer uma sólida formação geral. Complementar, pretendia adaptar os candidatos aos cursos superiores, e, por isto, mesmo, era dividido em três ramos: "Humanidades, estudos jurídicos; Ciências Naturais e Biológicas, Medicinas Farmácia, e Odontologia; e Matemática Engenharia e Arquiteturas".

A nova medida de ensino em 1942, modificou, e separou os dois graus. Portanto, com a duração de um curso ginasial de quatro anos, sucedia um curso colegial de três anos. Este perdeu o seu caráter exclusivo de preparatório para o ensino superior e a formação geral. Em apenas dois ramos, foram divididos o colegial Clássico e o colegial Científico, com os conteúdos pouquíssimos, de diferença.

CLÁSSICO, Latim e Filosofia no 2º e 3º anos;

CIENTÍFICO, não existia Grego e nem Latim Filosofia só no 3º anos, História, e Ciências Naturais no 2º e 3º anos e estudava-se Espanhol e Desenho. E no Clássico não havia estas matérias. Mas, as outras matérias em comum: (24) "Geografia Geral e Geografia do Brasil; Psicologia, História Geral e história do Brasil; Inglês, Matemática, Português, Francês e Química. E entre os dois colegiais, que havia predominou-se o CIENTÍFICO com 90% dos alunos; sendo, o outro 10% dos alunos matriculados. Mas, a área de Humanidades teve uma nova queda de participação no que diz respeito aos conteúdos curriculares.

Os índices em 1942, apontava: Estudos Sociais, 22,8%; Matemática e Ciências, 24,3%; Comunicação e Expressão, 34,3% e 18,6% e para as outras ficaram com esta porcentagem.

•

•

•

•

Verificamos que essas funções tiveram o lado positivo, criou-se um sistema nacional de educação, e por outro lado o negativo, determinaram a centralização das competências havendo ma dependência das autoridades superiores; aumentaram-se os órgãos, os regulamentos, as leis, as portaria, etc. dentro da autonomia dos Estados e dos diversos sistemas educacionais que tiveram limitado. Mas, a limitação das ações de escolas e de educadores; tornaram-se burocráticas e rígidas as funções de controle, e de supervisão e fiscalização assumindo muitas vezes, um caráter de vigia nos aspetos legais normativos, e burocrático. Para a formação de pessoas humanas relegaram e esqueceram a um plano secundário o objetivo fundamental da educação, que é o de determinar as condições.

Em 1930, o Governo que assumiu o poder em relação ao ensino primário e secundário não elaborou um projeto legal, único, que disciplinasse a educação em seu conjunto. Anteriormente editou leis separadas e, porém, uniformizou os diversos graus e modalidade de ensino.

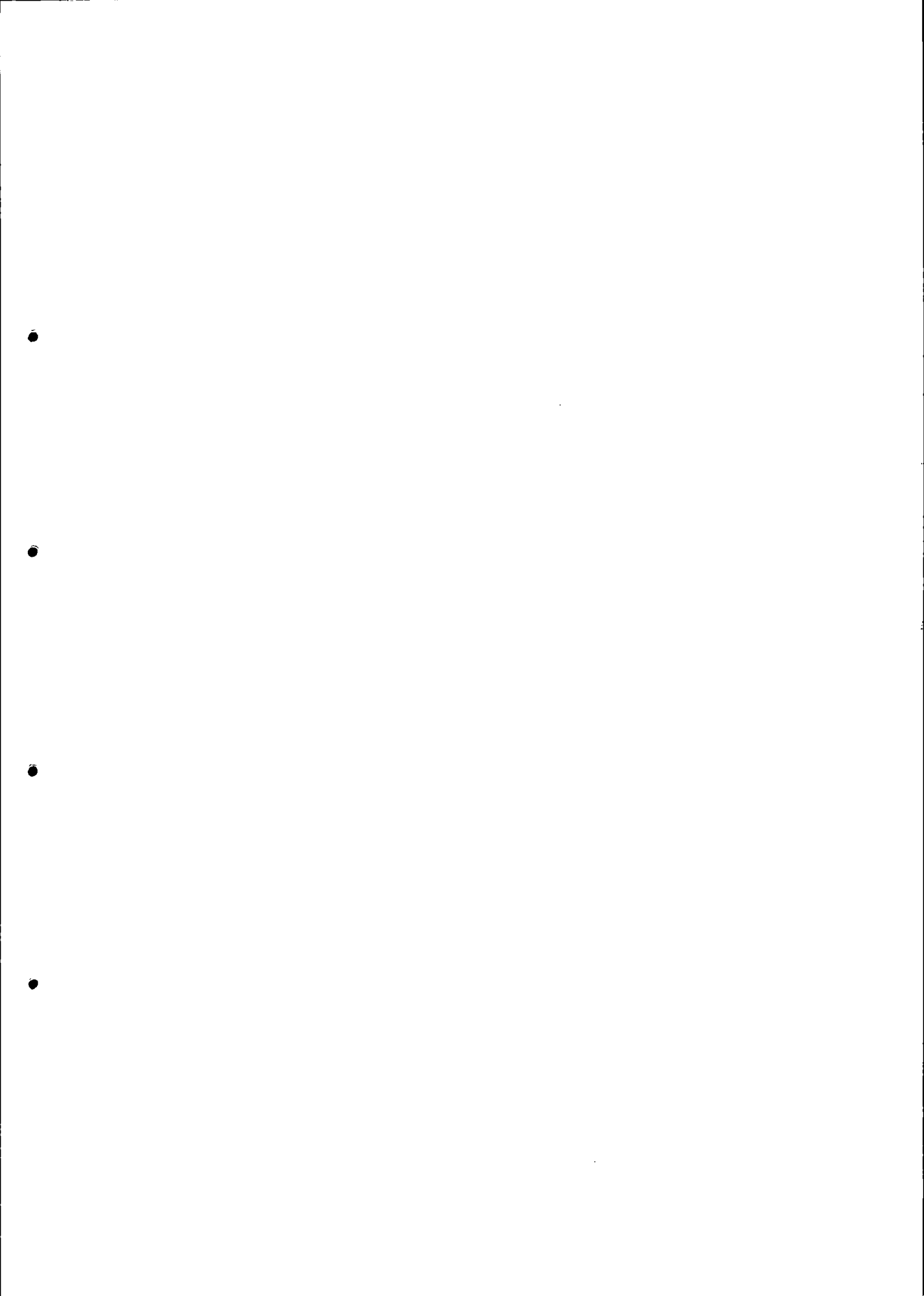
Somente no dia 2/01/1946, foi promulgada a Lei do ensino primário (Decreto-lei de n.o 8.529). Antes, apenas em (1827 constituía a primeira regulamentação nacional do ensino primário)

Para Valnir Chagas, aparece três objetivos de medrar a personalidade, preparação vida cultural e familiar e à defesa da saúde, e de iniciação ao trabalho, tudo com um sentido acentuadamente brasileira na visão da Lei do Ensino Primário.

Dividi-se a escolarização: Ensino Fundamental para as crianças 7 a 12 anos e supletivo aos adolescentes e adultos maiores de 13 anos.

O Ensino Fundamental compreendia em quatro anos e 1 complementar, que se resumia em cursinhos para a seleção ginasial.

Duas reformas o ensino secundário sofreu: Decreto, n.o 19.890 e 1804/1931, e a outra Decreto-Lei n.o 4.244, do 9/04/1942. Pois, essas reformas devemos-nos verificar os objetivos, os conteúdos e a estrutura e no atribuídos ao curso secundário.



3.1- A Reforma de 1930

O Ministério da Educação e as Secretárias de Educação dos Estados foram a primeira iniciativa da Revolução de 1930. Para ocupar este cargo escolheu, Francisco Campo, que na década anterior, era um dos reformadores da Educação do Estado de Minas Gerais. Além, deste cargo o Governo Federal, procurou alcançar três objetivos:

- a. Tornar vasto a sua faixa de participação no desenvolvimento da Educação Nacional;
- b. Medrar os instrumentos determinados a unir, disciplinar e dar a articulação e inclusão aos sistemas isolados estaduais.
- c. Instituir os mecanismos destinados das causas o relacionamento Federal, com diversos Sistemas.

Em 1934, foi elaborada a primeira Constituição a incluir um capítulo exclusivo sobre a educação determinando alguns pontos importantes: assistências aos estudantes necessitados; a gratuidade do ensino primário; a obrigatoriedade da escola primária integral; a educação como direito de todos; ect.

O governo Federal a partir da Constituição de 1934, passou a exercer uma nova atribuição educacional. Citaremos quatro delas:

- 1ª Dá educação brasileira a função de integração e de planejamento global. O Art. 150 determinou que Fixar o plano nacional de educação, completo do ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país.
- 2ª Para todos os níveis e para todos os territórios nacional a função normativa. O Art. 5º determinou: Compete privativamente à União, XIV traçar as Diretrizes da Educação Nacional.
- 3ª Onde existissem deficiência de iniciativa ou de recursos, assistência técnica e de supletivo de estímulo seria uma outra função dentro do Art. 150.
- 4ª Fiscalização do cumprimento das regras federais e de supervisão, teria a função de controle.

•

•

•

•

Império: o ensino profissional permaneceu e as escolas superiores isoladas em pequenos números, subordinadas a Legislação Federal.

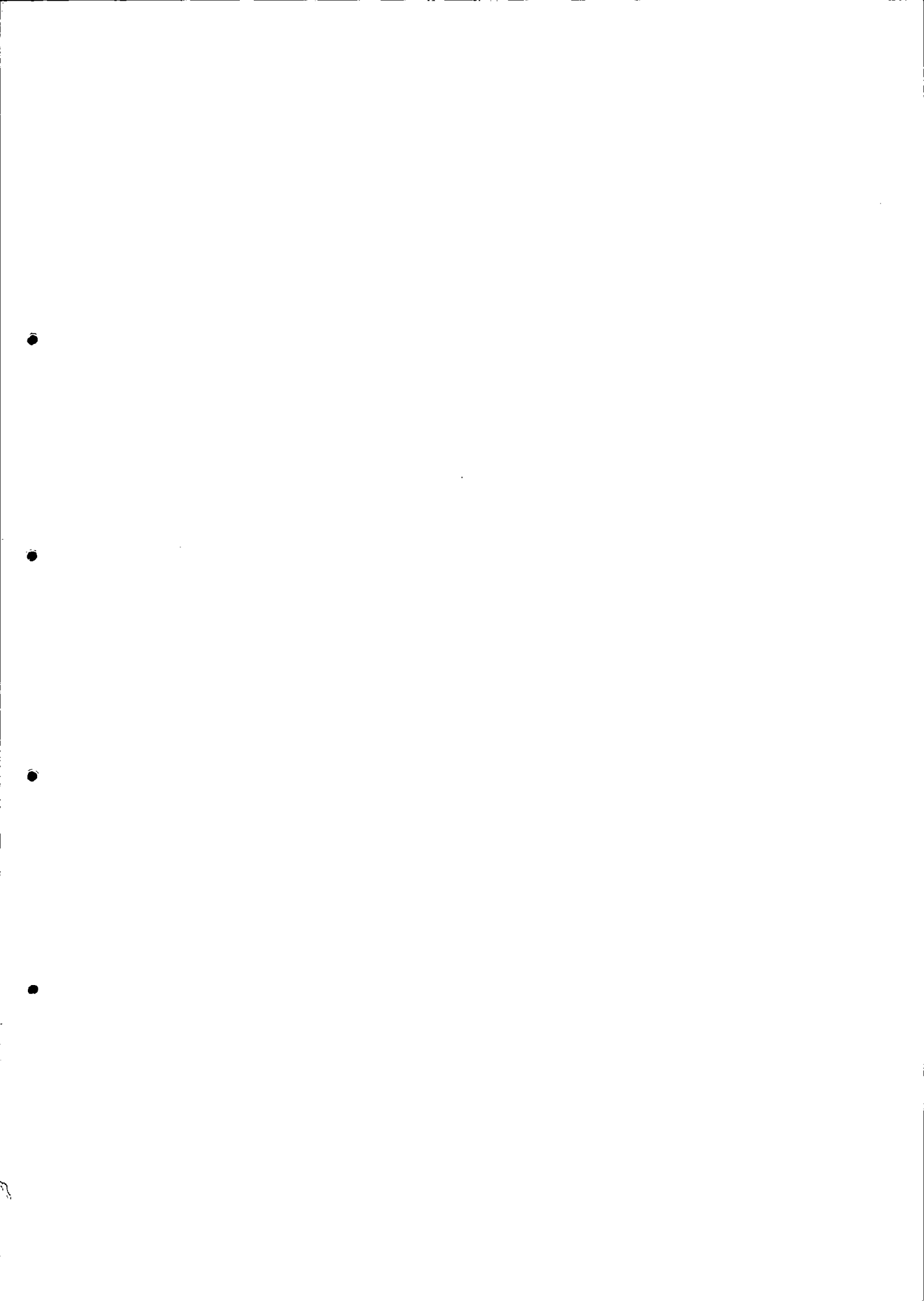
Destacaremos algumas escolas criadas durante o Império:

- SUPERIOR - Escola Politécnica, (1896) São Paulo, Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, (1905) e Faculdade de Medicina (1913).
- CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE, Secundário GINASIAL – três em Riberão Preto e de Campinas, curso normal de caráter de formação de professores primário. PARA um indivíduo formar-se professor primário ao final da Primeira República, deveria passar pelas seguintes etapas:
 - 1º Curso primário (preliminar);
 - 2º Curso Complementar;
 - 3º Curso Normal.

Mas, foi através da Reformas de Francisco Campos, (1931), que foi possível expandir-se os cursos ginasiais, e ampliou o n.o de ginásios do Estado e assim, aboliu-se o Curso Complementar, e substituindo-o pelo ginásio.

Definido como um ramo específico e pedagógico, o curso passou a ser um curso de segundo ciclo.

Observamos que o curso Técnico-Profissionalizante continuou marginalizado pelo Governo central no período da Primeira Republicas, da mesma forma do Império. Era destinado a cegos, surdos-mudos e (menores abandonados do sexos masculino). Art. 28 do Decreto n.o 16.782 - A de 13/01/1925.



obtenção de do grau de bacharel, em Ciência e Letras”. Reformista, EPITÁCIO PESSOA (1901) Apud.

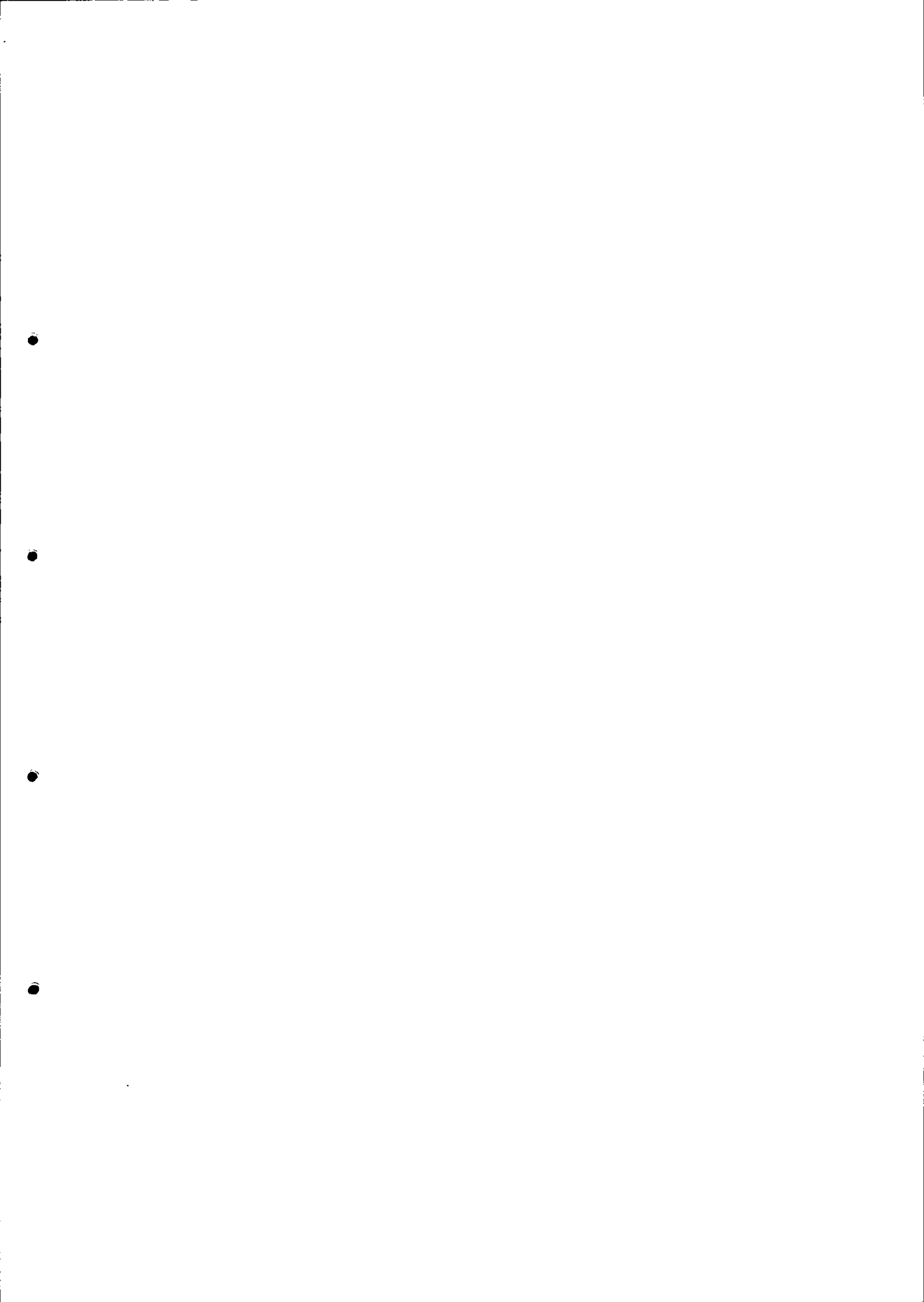
- Art. 1º do Decreto de nº 8.660, de 05/04/1911), “Proporcionar uma cultura geral de caráter essencialmente prático, aplicável a todas evidências da vida e difundir o ensino das Ciências e das Letras libertando-o da preocupação subalterna de cursos preparatório”. Reformista, RIVADÁVIA CORREIA (1911) Apud.
- Art. 158 do Decreto de nº 11.530 de 18/03/ 1915, “Ministrar aos estudantes sólida instrução fundamental, habilitando-os a prestar em qualquer academia, rigoroso exames do vestibular”. Reformista , Carlos Maximiliano (1915) Apud.
- Art. 47 do Decreto nº 16/782/A, de 13/01/1925), “Base indispensável para a matrícula nos cursos superiores.

Quanto ao período da Primeira República, no ensino secundário o tempo de permanecer no curso era de quatro ou de sete anos como citaremos:

- BENJAMIN CONSTANT - (1890)/sete anos;
- EPITÁCIO PESSOA - (1901)/seis anos;
- RIVADÁVIA CORREIA - (1915)/externato/seis anos/internato/quatro anos;
- CARLOS MAXILIANO 1915 - cinco anos;
- JOÃO LUÍS ALVES (1925) - cinco anos/certificado de aprovação, seis anos/bacharelado em Ciências e Letras.

Podemos dizer quanto aos conteúdos que permaneceu no período republicano a uma redução da carga horária dedicada à Humanidades e aos Estudos Sociais, em prioridade nas áreas de Matemática e Ciências. E chegando em várias outras áreas. Portanto os índices médios foram:

- Estudos Sociais - 13.300; Comunicação e Expressão, - 41.200; Matemática, - 27.300”; e outras atividades, os índice obteve: 18.200. E o ensino superior manteve durante a Primeira República as mesmas características do tempo do

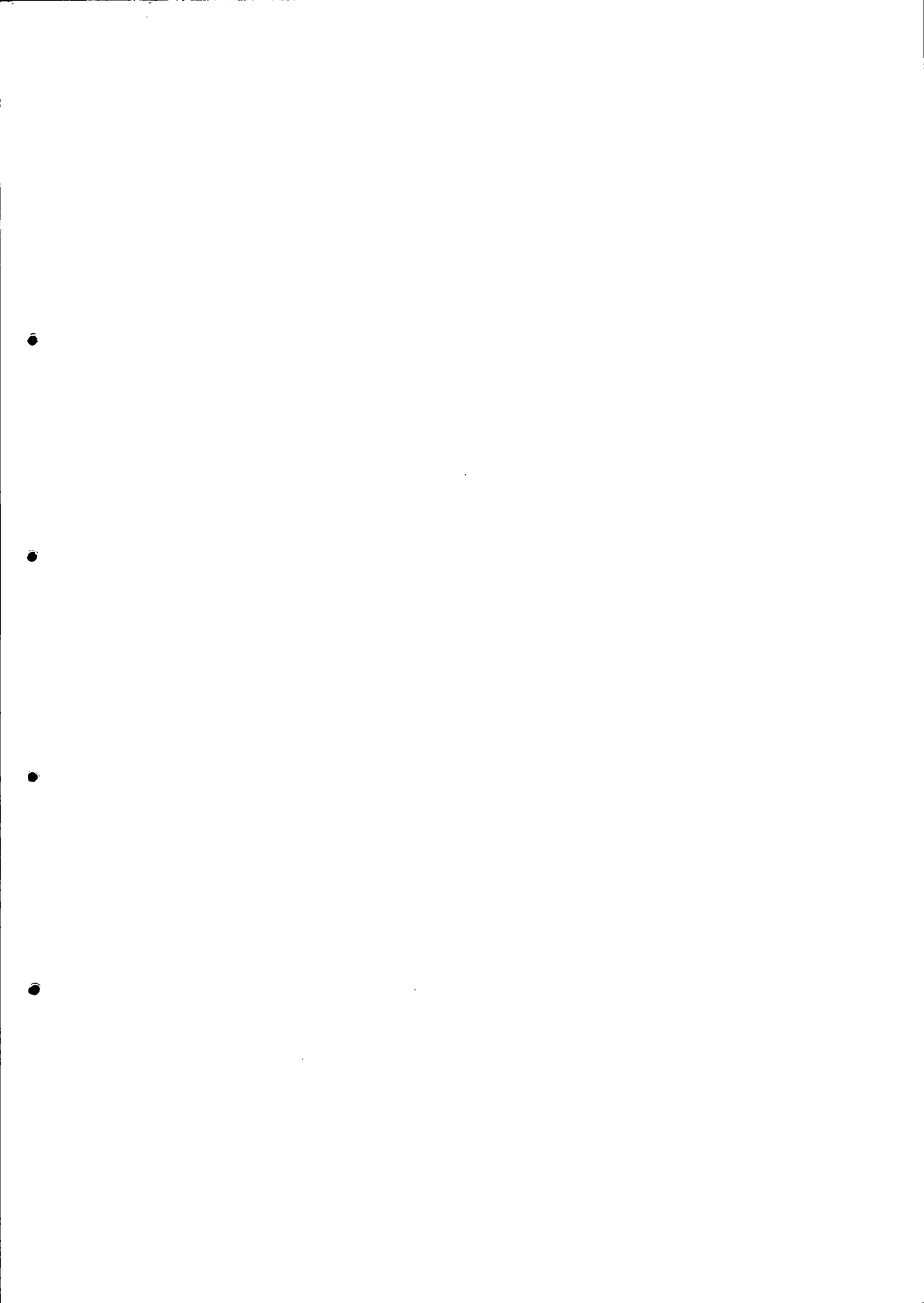


Ao Governo Federal, competia legislar sobre o ensino secundário por ele mantido. As duas tendências mais importantes dessas legislações indiretamente atingiam também os estabelecimentos mantidos pelos Estados e pela iniciativa privada: Aqueles estabelecimentos estaduais e privados que permanecem no perfil das normas federais que seria na visão do Colégio Dom Pedro II, ou seja, se formarem nele teriam os mesmos direitos que os formados pelo o Colégio Dom Pedro II, com o direito de adentrar um curso superior sem ter que fazer qualquer exame, o Governo Federal regulamentava e controlava a entrada nos cursos superiores, forçando assim, o ensino secundário a se adequarem. Verificamos que o ensino mantido pelo Governo Federal fosse de responsabilidade do Congresso Nacional, este abandonando e passando ao Poder Executivo a autorização para seguir a tal legislação. Essas foram as cinco principais a que foram submetidos o ensino secundário e o superior no período da Primeira República, sendo a forma promovida pelo Poder Executivo, a autorização do Legislativo. Quanto a esse período observamos algumas considerações sobre os objetivos, e o conteúdo do curso secundário.

Aos objetivos, o curso secundário existia em função do curso superior e funcionava mais como preparatório para ter uma base melhor para adentrar no ensino superior. Porém, sendo assim, as reformas eram as mesmas que o ensino secundário e o superior. A partir de 1930, em relação ao ensino secundário passou a ser reformado por Decreto ao passo que o legislativo manteve a independência.

Citaremos os objetivos dos cursos:

- Secundário, 1890 a 1931 (Art. 1º do Decreto nº 1.075, de 22/11/1890);
- Proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente. Assim, para as matrículas nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres dos cidadãos na vida social". Reformista, (BENJAMIN CONSTANT 1890) (Apud)
- Decreto nº 3.914, de 26/01/1901, " Proporcionar a cultura intelectual necessária para as matrículas nos cursos de ensino superior e para



- Sistema Federal - a principal preocupação era a formação das elites, através dos cursos superiores e secundários. Acima de tudo a precariedade era muita.

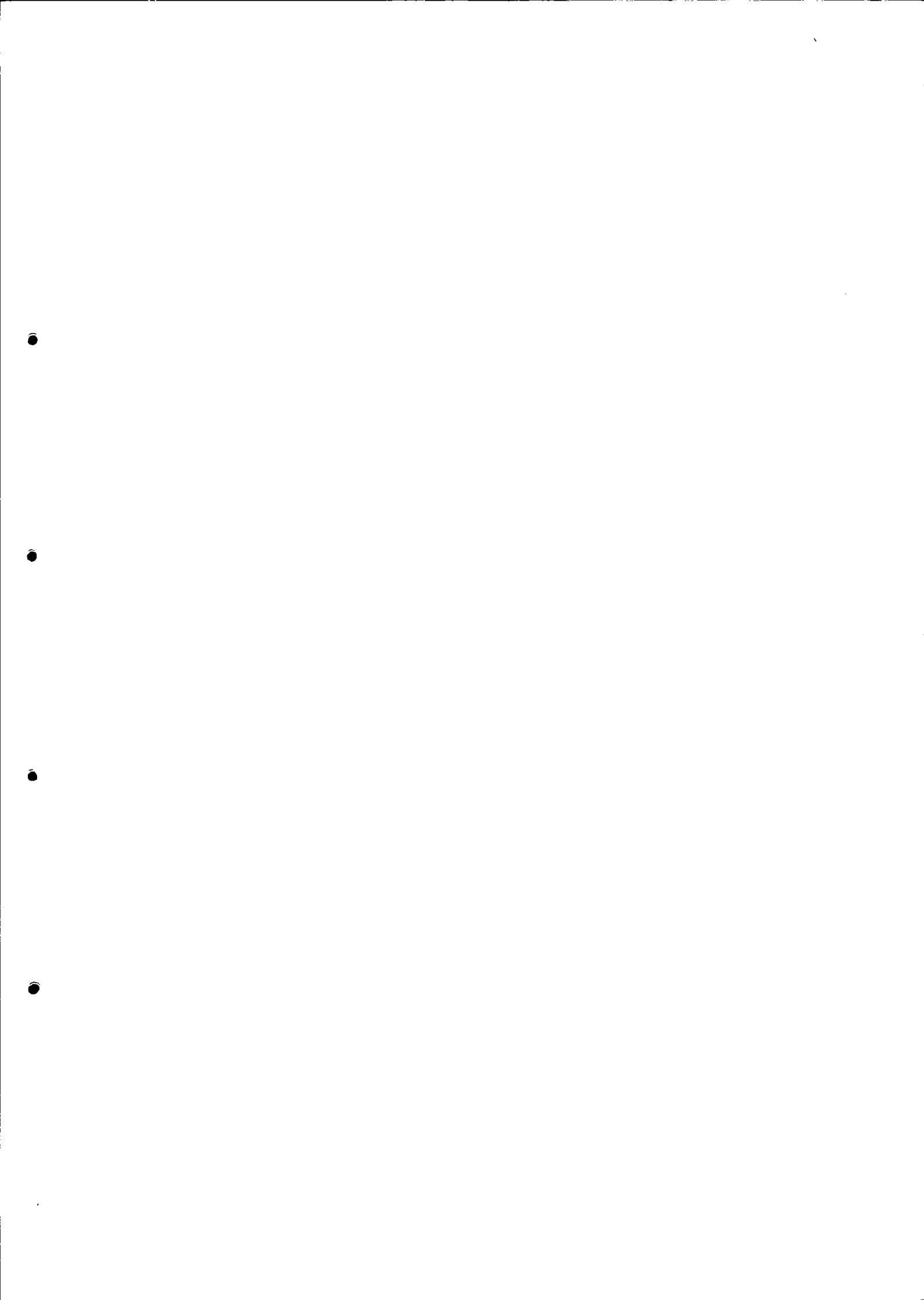
Esses duplos sistemas trouxeram a consagração, pela Constituição de 1891, da ordem que fora criada pelo Ato Adicional de 1834, à mudança da instrução primárias aos Estados, ficando de responsabilidade da União, particularmente, a faculdade, fazer instituições de ensino secundário e superior nas Províncias e orientar os Municípios das capitais.

A Constituição de 1891, em seu Art. 45, estabeleceu ser da competência privativa do Congresso Federal, e não do Executivo (10) "Legislar sobre o ensino superior e os demais serviços que na capital que forem reservado para o Governo da União" e no Era. 35, "Criar instituição de ensino superior e secundário nos Estados" e prover a instrução secundário no Distrito Federal¹¹.

O Governo da União, durante a Primeira República, limitou-se a manter o ensino superior e a "prover a instrução secundário no Distrito Federal", ou, seja, a sustentar o antigo Colégio Dom Pedro II, e verificamos que na época o Governo Federal não assumiu a responsabilidade não criou escolas secundárias nos Estados; extinguiu os que existiam, e que era mantidos pelo o Governo Federal, como os cursos anexos às Faculdades de Direito do Estado de São Paulo e do Estado de Recife. Estes foram fechados em 1896. Pois, não existia nenhum interesse para promover e melhorar a educação. Com a intervenção do Governo da União que ocorreu em 1917, pela conseqüência da guerra, através do Decreto Federal de nº 13.014 de 4 de maio, o governo substituiu as escolas estrangeiras do sul do Brasil, por instituição nacionais.

No período da Primeira República, o ensino secundário substituiu em matéria e o primeiro regulamento que passou a existir sobre a luta entre o regime regular e o regime de parceladas por Decretos do Poder Executivo baixado com autorização do legislativo, geralmente atendendo a interesses particulares, que tinham as intenções de facilitar o acesso aos cursos superiores.

¹¹ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. Filosofia e História da Educação. p. 483.



Quanto a manutenção foi divididas a responsabilidade: "A União e os Municípios nunca aplicaram menos de 10% e os Estados juntamente com o Distrito Federal com 20% de renda resultado dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos Sistemas Educativos". Este Art. encontra-se explicitas no 156. O Art. 15, que teve alteração com a Emenda Constitucional, do ano de 1969, limitou-se a obrigar os Municípios à aplicação 20% de sua receita tributária no ensino primário, está correspondeu a Emenda de nº 1.

O ensino religioso no período do Império era obrigatório, dentro do aspecto da doutrina católica. Era obrigatório e ao mesmo tempo era também oficial do Estado.

A Constituição de 1891, instituiu, o ensino leigo com a República e a separação entre Igreja e Estados nas escolas públicas, ou, seja, não existia ensino religioso. Reintroduziu o ensino religioso a Constituição de 1934; mas, de caráter facultativo milticonfessional: (8) "O ensino religioso, será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis. Ficou também como matéria nas escolas para as fase primária, secundário profissional e normal". A partir da Revolução de 1930, os princípios já tina passado a fazer parte da Constituição; os quais, foram largamente discutidos durante a Primeira República¹⁰.

Vários educadores durante a última fase da Primeira República, tinham participados de movimentos de reformas educacionais e participaram também da Revolução de 1930, aproveitaram para transformar em leis os princípios que lhes davam direitos de defesas.

Na duração da Primeira República às competências educacionais manteve-se no país a dualidade de sistemas, e de competências em matéria educacional: de um lado, os sistemas estaduais e do outro sistema federativo.

- Sistemas Estaduais - podiam instituir escolas de todos os graus e modalidades, limitavam-se a organizar e manter a educação das camadas populosas profissionais e primárias.

¹⁰ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. Filosofia e História da Educação. p. 478.

•

•

•

•

Foi durante o período republicano, principalmente de 1930 em diante, que se construiu o sistema educativo brasileiro elaborado a partir de alguns princípios básicos, discutidos no decorrer da Primeira República e inscritos nas Constituições, de modo especial a partir de 1934, embora muitas vezes desrespeitados na prática. Estes são os princípios: Direito a educação, liberdade de ensino, gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau, obrigação do Estado e da família no tocante à educação e ensino religioso de caráter interconfessional, ou seja, não era obrigatório.

Agora especificamos o que diz cada uma delas baseando-se nas Constituições a partir de 1924 a 1934: Gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau, esta lei já se encontrava na Constituição desde 1824.

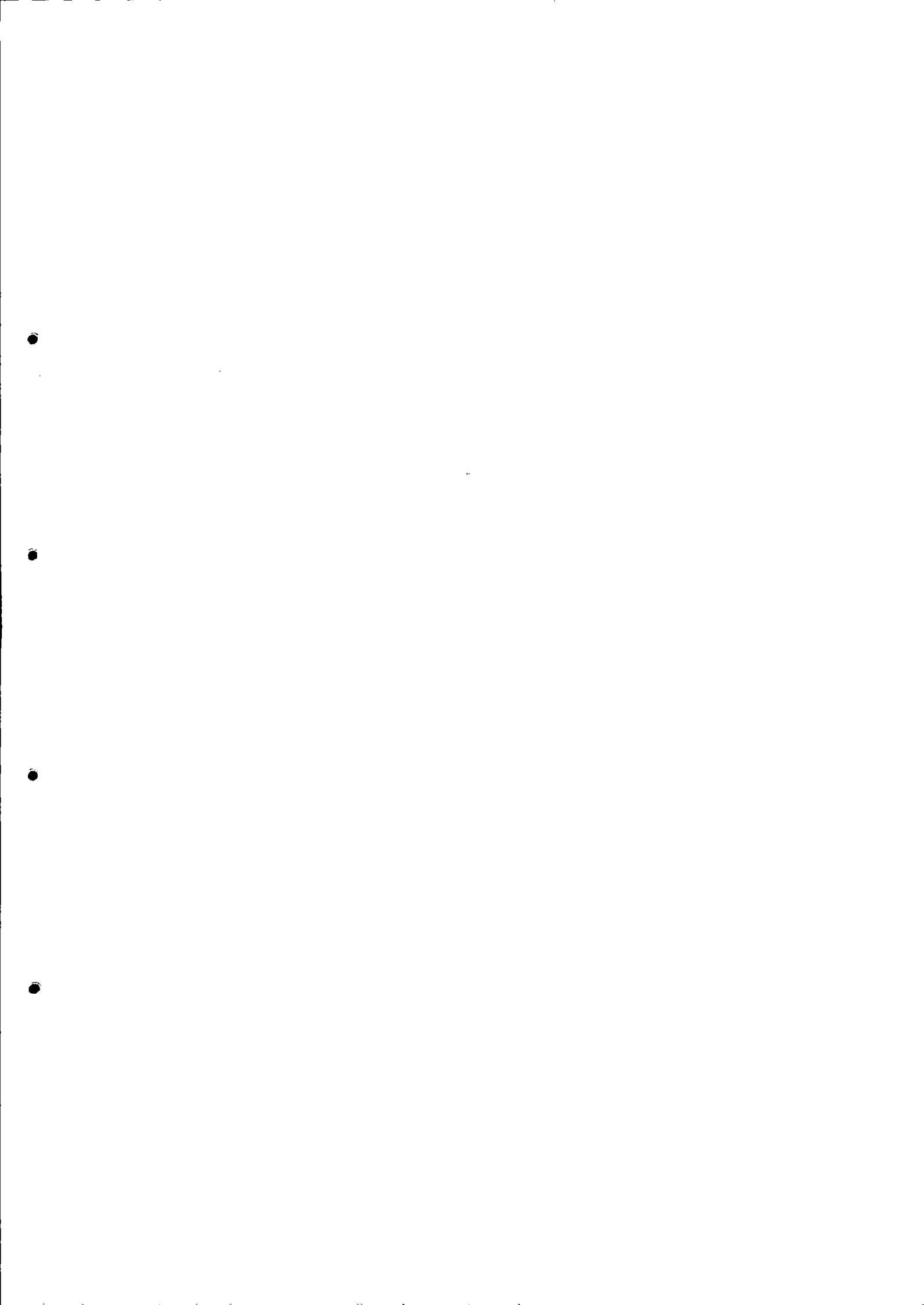
A Constituição de 1891, nada declara-se deixando aos Estados a responsabilidade, cabendo a ele toda as decisões necessárias do ensino primário. Porém, já na Constituição de 1934, aparece mais uma vez o ensino a gratuidade e a obrigatoriedade pela primeira vez, que em seu artigo 150 instituir o (5). Ensino Primário integral gratuito e a frequência obrigatória e extensiva aos adultos. Na Constituição de 1934, aparece pela primeira vez o direito à educação: A educação é um direito de todos. Apesar dela existir desde 1934, foi extinta no ano de 1937, mas, voltou em 1846⁹.

De três maneiras o ensino foi interpretado: Como direito dos particulares de se dedicarem à educação; Autonomia das instituições educativas e como independência de opinião.

A obrigação do Estado e da Família em relação à educação a parece pela primeira vez na Constituição de 1934, que estabeleceu a responsabilidade solidária da família e dos Poderes Públicos, no (Art.) 149 está contido.

Dever e obrigação do Distrito Federal e ao Estados de (6) "Organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitando as Diretrizes estabelecidas pela a União". Tudo isto no (Art.) 151, e, junto caberia um pouco a responsabilidade mínima da participação do Poder Público.

⁹ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. Filosofia e História da Educação. p. 473.



democrático. Todos deveriam cumprir com o que estava decretado, só podia votar quem tinha acima de 21 anos do sexo masculino, as eleições eram fraudadas, isto, era para manter os mesmos nos poderes, falsificando as atas eleitorais, pessoas que votavam sempre duas vezes e também os mortos votavam.

A classe média e os trabalhadores que eram explorados e oprimidos, viu-se, frustrados por não participarem das estruturas do poder. Apartir deste momento a convivência ficou abalada.

Já no final da primeira República, a dependência do café e dos mercados internacionais frustrou o progresso econômico, levando o Brasil a enfrentar dura crise e depressão economia, principalmente no final da Primeira República.

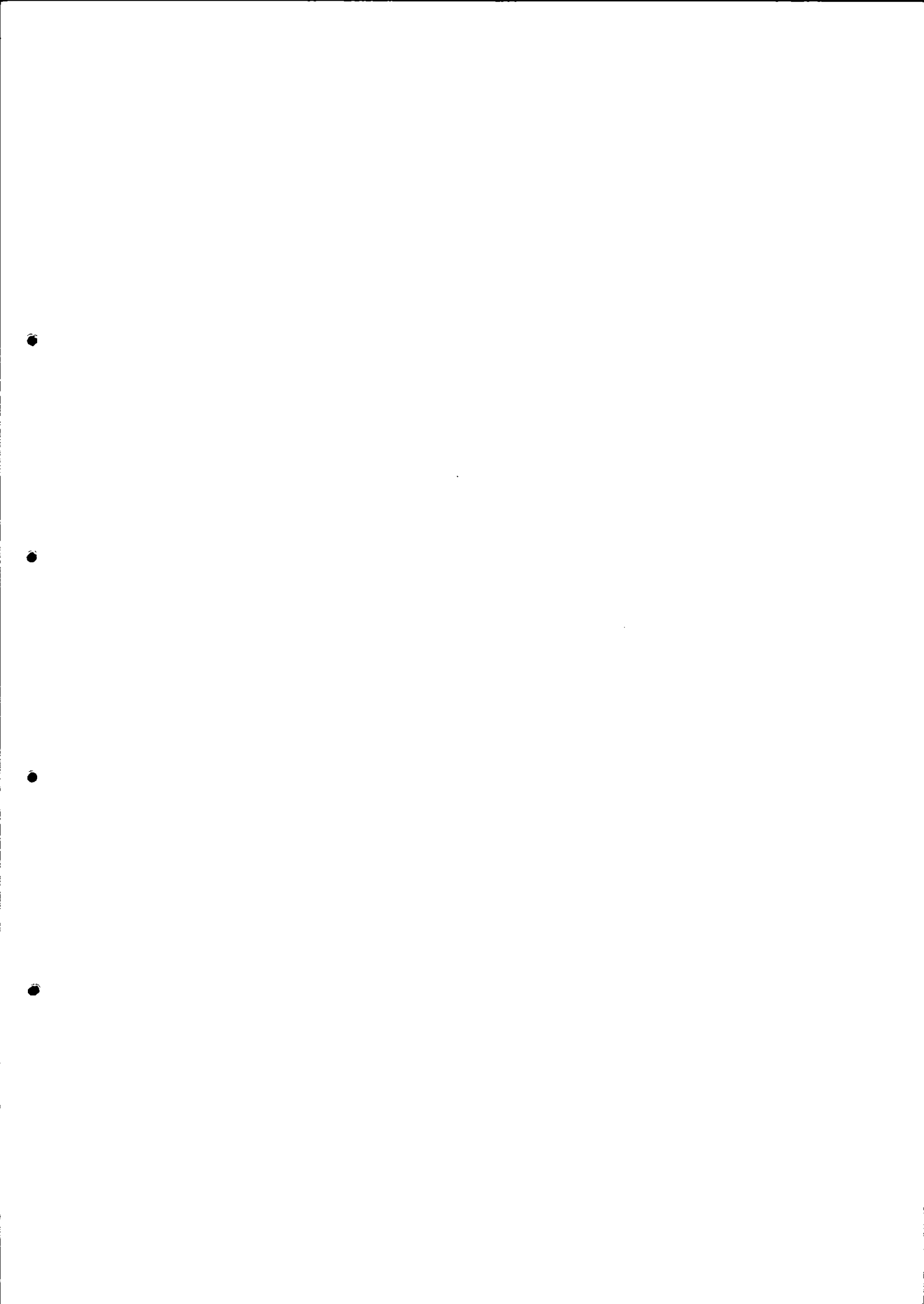
Quanto à cultura podemos dizer que o povo já cansado de modelos europeus, e também alienados revoltou e através da Semana da Arte Moderna, em 1922, propôs uma cultura⁸.

Várias defraudações em que se viram obscura, os ideais republicanos, merece ser considerada para desunir e tornar vitoriosa a Revolução de 1930, tendo o apoio da classe média principalmente. Depois, os mesmos, ideais democráticos e modernizadores da Revolução de 1930, seriam enganados: o próprio grupo agarrou-se ao poder estabelecendo a ditadura do Estado Novo, em 1937, e impedindo a participação do povo, ou, seja, da população.

Portanto não podemos desprezar e nem esquecer que foi no ano de 1930, que começaram as grandes conquistas democráticas e nos trabalhos: jornada de oito horas de trabalho, votos para os maiores de dezoito anos de ambos os sexos, férias remuneradas, salário mínimo etc. E no campo educacional importantes mudanças obtivemos como o estabelecimento de uma política educativa nacional.

Ao frisarmos sobre os princípios educacionais, vimos que a herança do Império, em matéria educacional foi muito insuficiente: só tinha poucas unidades de ensino primário e nada mais, algumas escolas isoladas de ensino secundária e superior. Não tínhamos um sistema nacional articulado de educação pública ao iniciar-se a República.

⁸ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. *Filosofia e História da Educação*. p. 469.



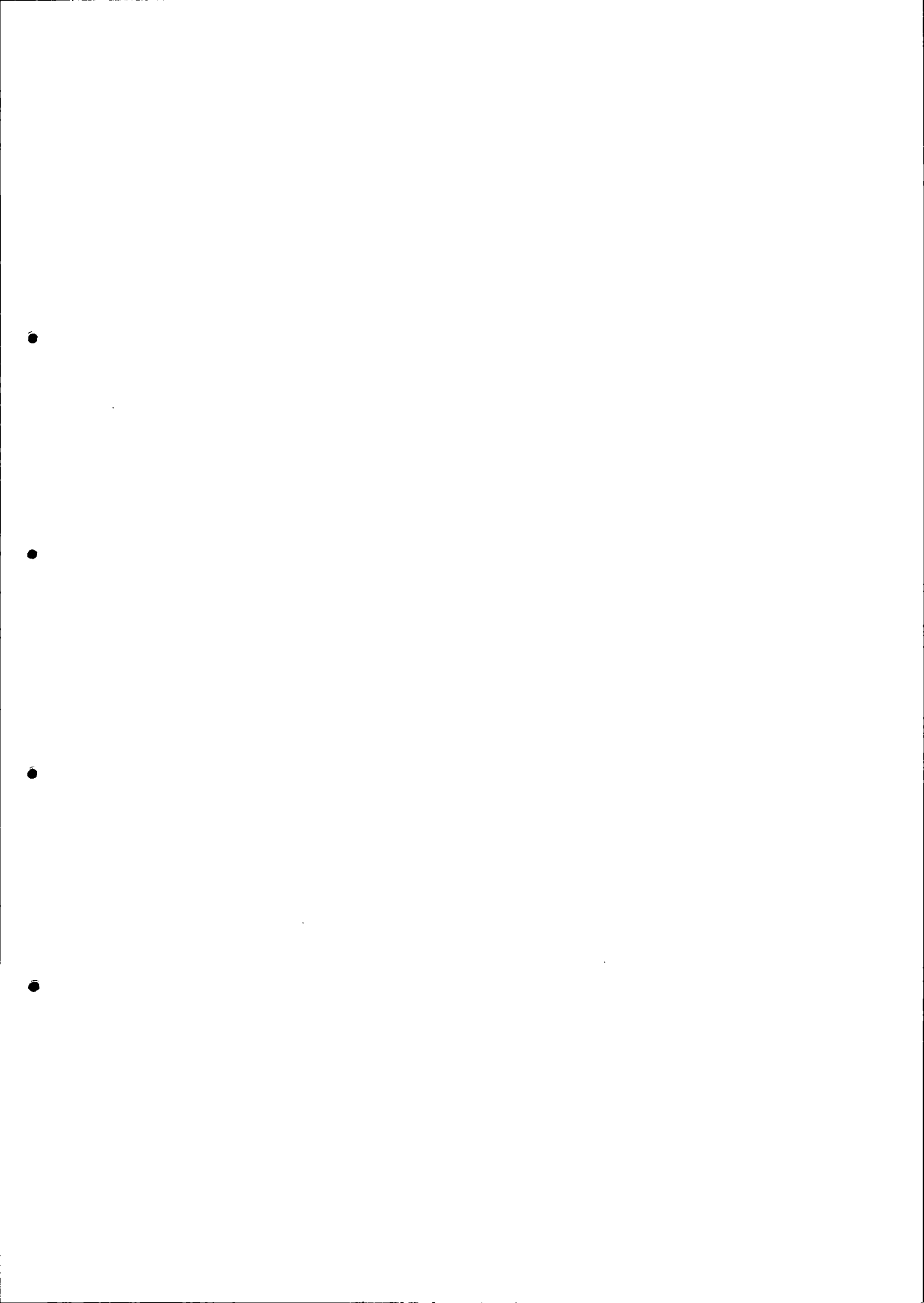
CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA REPÚBLICA

A educação no período do Império dava maior ênfase em uma educação eletrizada, a qual era a primeira República. Foi neste período que houve os questionamentos e indagando o modelo educacional herdado do Império. Todos os ensinos, secundários e superiores, visavam um prejuízo educacional popular (primário e profissional). De modo especial na década de 1920, a educação elitista entrou em crise quando tornou-se também mais aguda a crise, atingia vida dos brasileiros, dentro do contexto: na cultura, na economia, na política e no social.

Somente em 1930, a educação elitista teve uma transformação que fizeram avançar o processo educacional brasileiro, mas os ideais e os ideais republicanos alimentaram intensamente projetos de um novo Brasil: uma federação democrática que favorecesse a convivência social de todos os brasileiros, promovesse o progresso econômico e a independência cultural.

Vejamos o quanto estes movimento fez com que o Brasil novamente passasse por um processo de desenvolvimento. Entretanto, o que se viu na realidade foi bem diferente. A frustração dos ideais republicanos conduziu o Brasil, às vésperas da Revolução de 1930, a enfrentar sérias crises em todos os setores da vida nacional. A federação foi frustrada pela centralização do poder, quais estes eram os coronéis, governadores e também pelo o movimento café-com-leite. Entre esses fatos outros contribuíram para a frustração do ideal

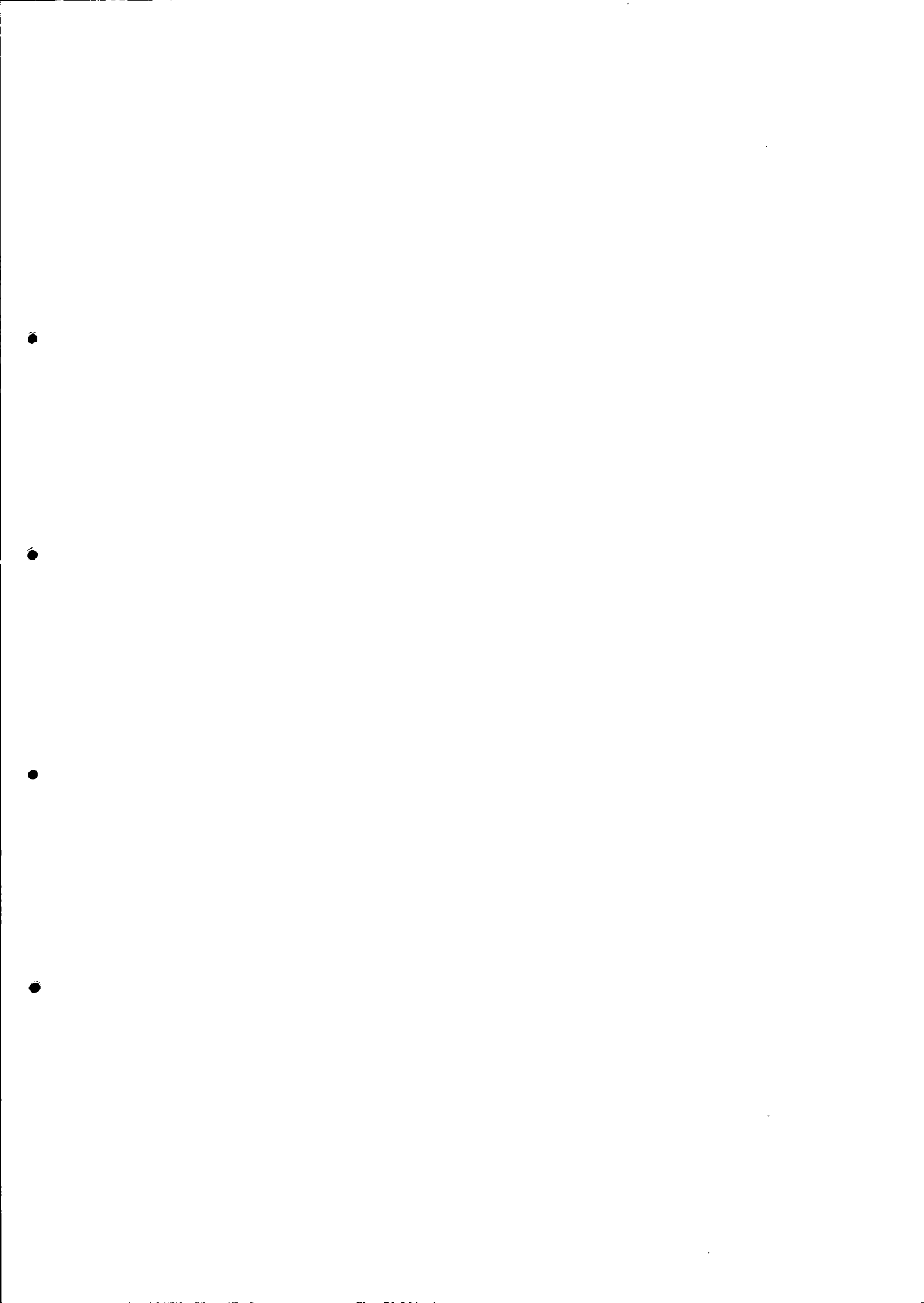


promissores. Se duas escolas foram instituídas na capital do Império, que dava abertura para mais um curso normal e divididas em escolas para meninas e escolas para meninos, depois, transformadas em escolas únicas 1880, quando se iniciou realmente o desenvolvimento das escolas normais no Brasil.

Os estudos normais abrangiam além do ensino literário, característica do curso secundário. Algumas matérias, relacionam às funções docentes. Os Municípios das Capitais que as escolas eram mantidas pelo o poder central e sendo os conteúdos relacionados as áreas de Direito, Economia Doméstica, Agricultura e Pedagogia. Além, destes controles das matérias, também, eram divididas o que podia ensinar para meninas e para os meninos. Os meninos aprendi ginásticas e prática manual enquanto as meninas aprendia o corte de costura. Todos só podiam freqüentar quando tivessem 16 anos de idade.

Os cursos de Caligrafia, Desenho, Música Vocal, faziam parte da formação dos alunos. Exigiam-se, exames de admissão ao nível da escola primária elementar e a duração do curso abrangia seis séries em 1880, passou a quatro em 1881 e a três em 1888. O período de funcionamento era noturno, e todos eram obrigados e que os estudos poda ser parcelados, guardando a ordem das séries.

Foram numerosas as dificuldades, enfrentadas pelos cursos normais, a inexistências de prática de ensino e da cadeira de agricultura, sendo, a mais problemática, pois, faltavam professores qualificados para as cadeiras didáticas e o curso era noturno.



Os cursos superiores funcionavam, em escolas isoladas, pois, não tinha Universidade, mas, de nível superior podia encontrar algumas Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, as Faculdades de Medicina de Salvador e a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro.

2.1- Ensino Técnico no Brasil

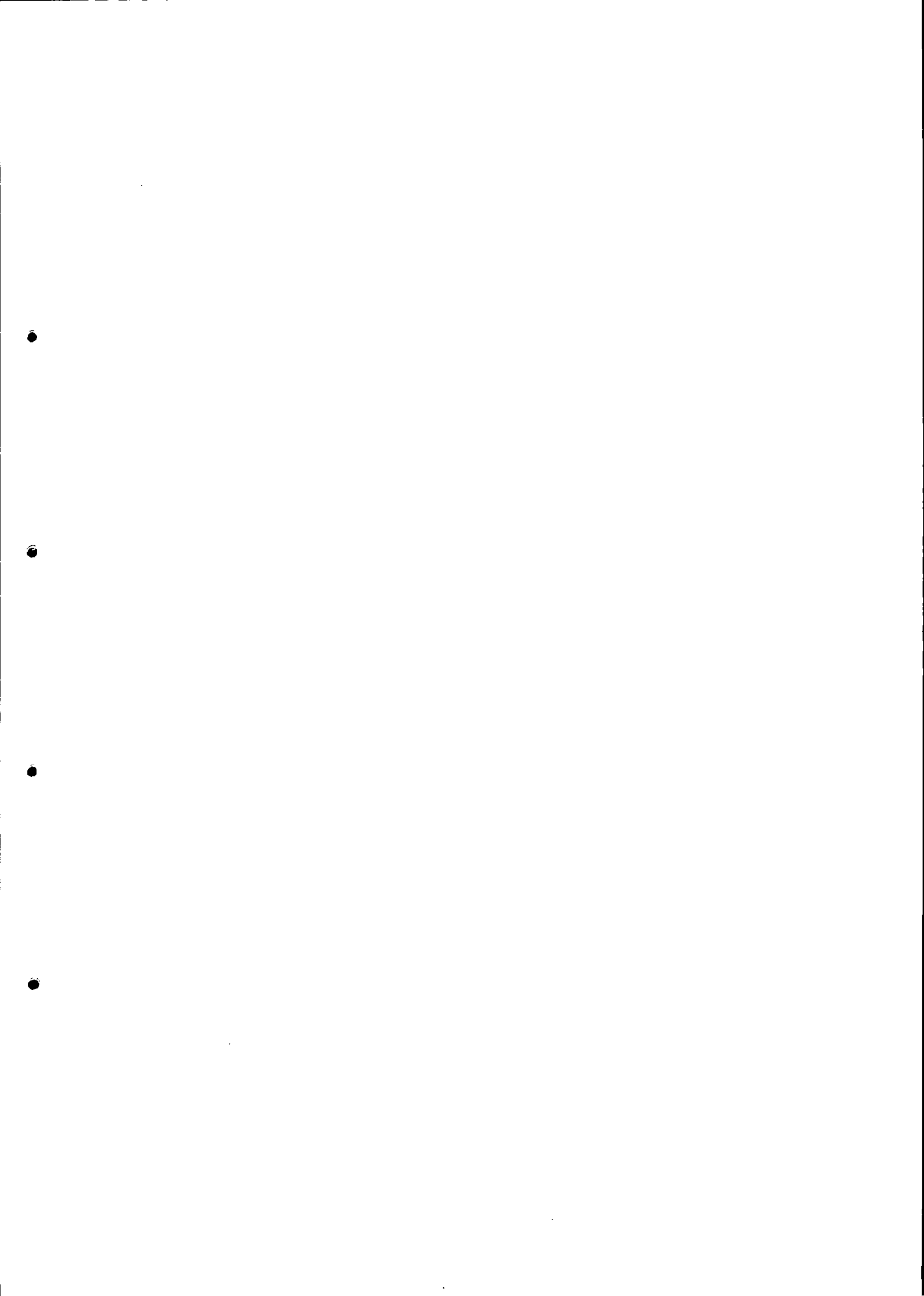
Durante o Período Imperial quase nada se fez, em relação ao ensino Técnico-Profissional e o normal. Portanto, podemos analisar, que o ensino ou seja a forma de executá-lo era precário e que esses cursos estavam duplamente excluído .

Aos concluintes do ensino, profissional não se facultava, o ingresso no ensino superior que já era orientado pelo próprio poder público. Porém na medida, em que aqueles que conseguiam estudar eram descendentes da elite e procuravam a escola como via de acesso ao ensino superior às profissões liberais.

Em relação ao grau médio, dava-se a idéia de situação de abandono, do ensino profissional e pode verificar que no Brasil, apenas 106 alunos, eram matriculados no ensino Técnico. E essas escolas ficavam em quatro Estados brasileiros: Rio de Janeiro com 53 alunos, Pernambuco com 25 alunos; além essas escolas havia no Maranhão e no Pará.

Quanto à formação dos professores, pouco se fez. Explicitar na lei de 15 de outubro de 1827, como toda via o pensamento de melhorar a educação e os quem não estivesse capacitados deveriam instruir-se em pequenos prazos e à custa do próprio salário das escolas que trabalhavam, resultando descaso a quem sempre foi relegado os direitos, o baixo desempenho na inexistência de cursos e estes eram selecionados com base em três condições: capacidades, moralidades e maioridades; sendo, que a primeira vez, eram medidas através de concursos.

As primeiras escolas normais eram criadas nas províncias da Bahia e do Rio de Janeiro na 3ª década do Século XVIII; mas seus resultados foram pouco



cada uma, visualizando a quantitativa de forma educacionais, referente ao período Imperial que são escassas.

Vejamos que a partir de 1864, 8.600 alunos estavam matriculados nas escolas públicas e privadas. Estes números eram somente para os secundários e na faculdade de Direito do Recife. O número no Estado de São Paulo, era de 826 alunos inscritos; mas na Escola técnica era de 116 alunos matriculados.

No ano de 1867, matriculados nas escolas primárias de todo o Brasil, correspondia aproximadamente 10% das crianças em idade recebe instrução primária, dando a totalidade de 107.483 alunos.

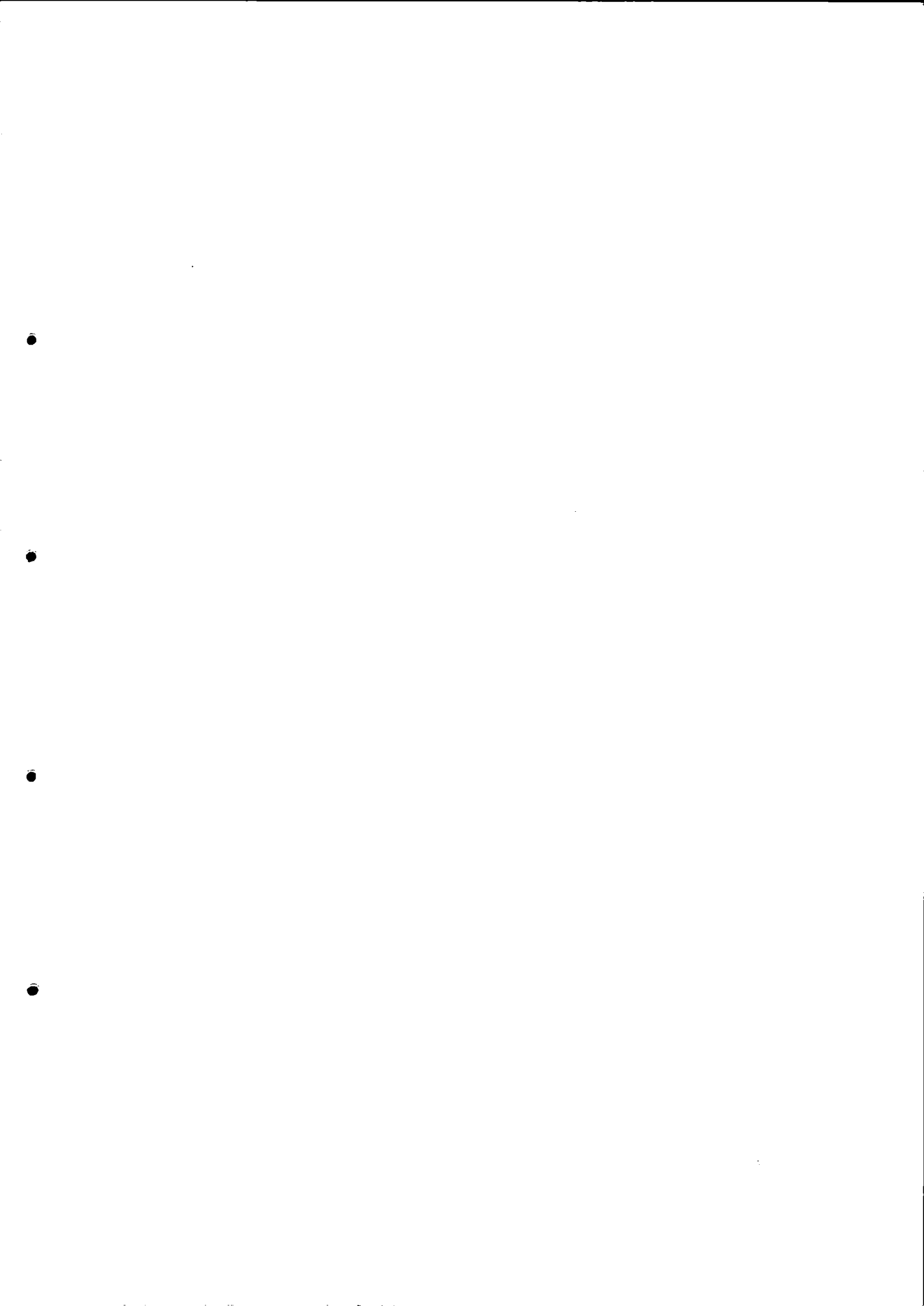
Em 1870, do ensino secundário 1.769 inscritos em escolas oficiais e 8.142 em escolas particulares, dando o total de 10.911 estudantes.

A população, no fim do Império era de 14 milhões de habitantes, tinha aproximadamente 150.000 matriculados nas escolas primárias. Se todos os estudantes unissem chegariam há 300.000 aproximadamente 15% da população que teria a idade escolar, dentro do aspecto quantitativo.

No aspecto qualitativo, citaremos o ensino no tempo do Império no Brasil:

- O ensino primário. Já que não havia escolas normais para a preparação daqueles que se destinassem ao magistério, ministrado em grande parte por professores leigos.
- O ensino secundário. Ênfase nas matérias de Humanidades e predominância dos cursos de freqüência livre, sem nenhuma ordem.
- O ensino superior. Destinadas à formação de profissionais liberais, reduzidos a uma pouca escolas isoladas, especialmente no campo do Direito.

Chegando ao fim do período Imperial, o Brasil não tinha um sistema educacional organizado, ou seja, sistema integrador de ensino. Mas, para entendermos melhor exemplificamos que o ensino primário não tinha a ver com o secundário, para cursá-lo o aluno não precisava concluir o primário. Porém, a mesma situação existia para ingressar em um curso superior.



Portanto Dom João fez vários movimentos, possibilitando a fundação da Imprensa Régia, em 1808, colocando em circulação a Gazeta do Rio de Janeiro, que inaugurou o jornalismo. Criou, a primeira Biblioteca Pública, em 1814, com 66.000 em volumes doado pelo próprio Príncipe.

No campo de ensino das primeiras Letras, poucas foram as tomadas de resolução da parte do governo da União durante o Império.

Através do Decreto de 1823 do dia 1º de março, foi criada no Rio de Janeiro, uma escola que deveria trabalhar segundo o método. E baseado na obra JOSEPH LANCASTER - Sistema - Monitorial 1798 havendo somente um professor por escola, e cada grupo de dez alunos dava-se o nome de "decúria", tendo um aluno menos ignorante, chamado de "curião" que ensinava os demais.

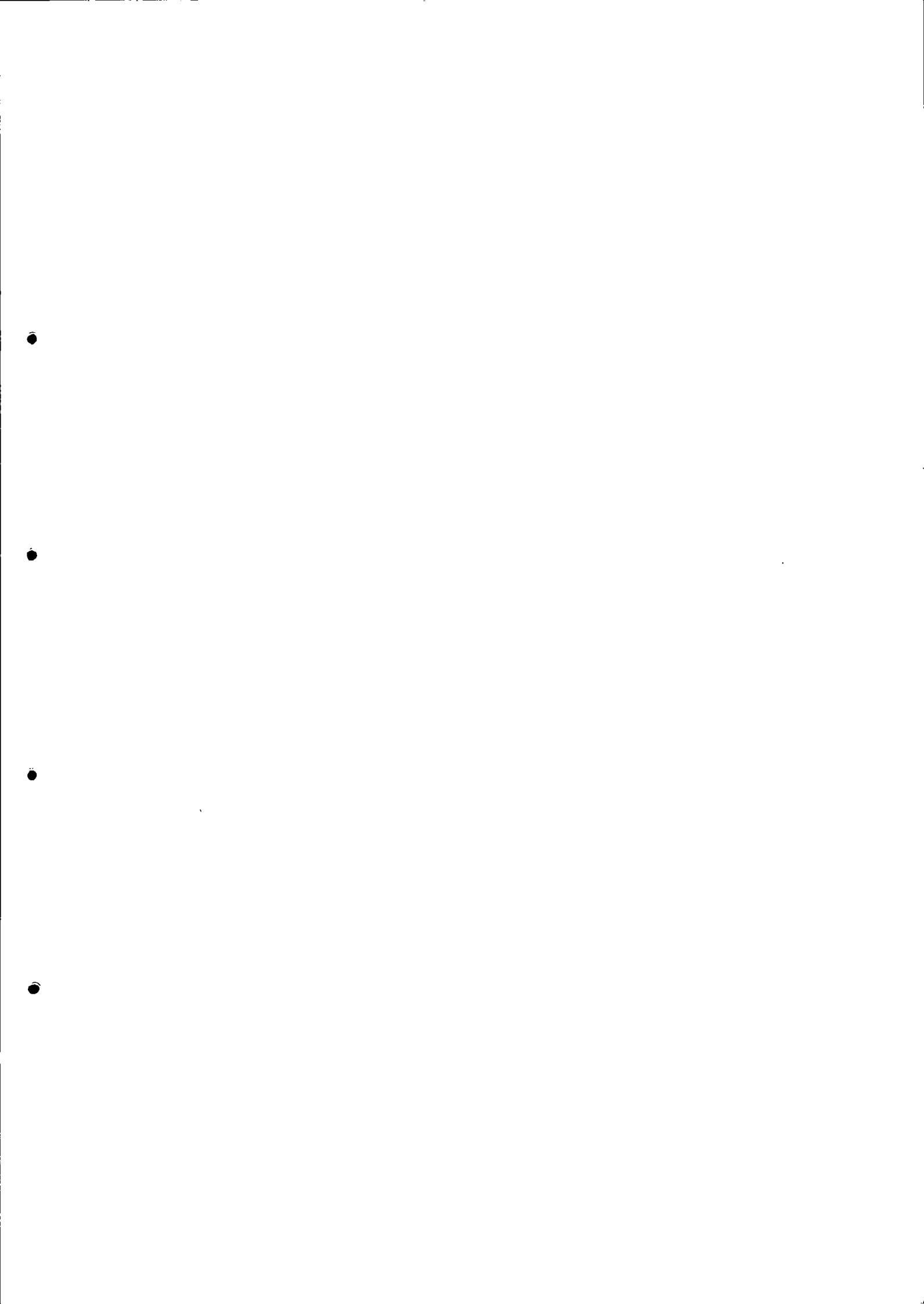
O Art. 179, da Constituição de 1824, foi ortogada, e, se tratava que o ensino deveria ser para todos, mas, em 1827, determinava que deveriam ser criadas as escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, escolas para as meninas nas cidades mais populosas, dispositivos que nunca chegaram a ser cumpridos.

O ensino primário em 1854, foi dividido em duas linhas: a elementar, que ensinava-se, as instruções morais e religiosas, leituras e escritas, noções essenciais da Gramática, princípios elementares de Aritmética e o sistema de medidas; no superior, incluía-se, dez disciplinas, desdobradas no ensino elementar.

Sobre o controle das províncias, o ensino primário era pouco esclarecido, entre outras, pelas razões que citaremos: não era exigido o curso primário para ingressar no curso secundário: os orçamentos provinciais que eram escassos; também os escravos eram proibidos de freqüentar as escolas.

Pois, o que levou a concentrar seus esforços no ensino secundário e superior, sendo, a principal preocupação do governo, no que diz respeito à educação, era a formação da elite dirigente, que lutava para alcançar os objetivos.

O Império legou à República a herança educacional, que pode ser vista em dois aspectos: qualitativo e quantitativo. Damos, a esses aspectos que modela,



crescimento nas cidades, em torno das fábricas. Surgindo então as novas classes, a dos proletários.

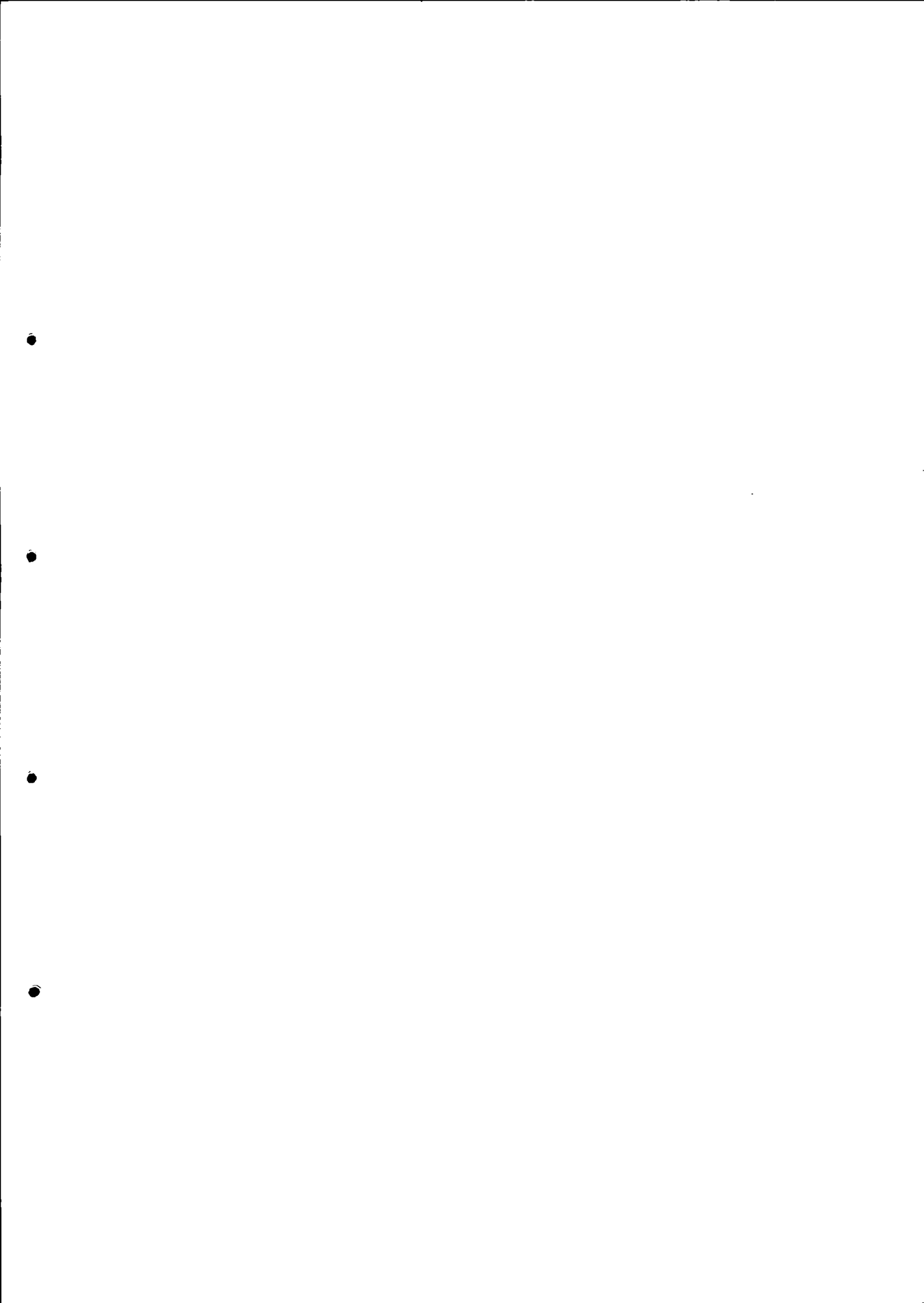
O grande interesse pela a independência das Colônias Espanholas e Portuguesas, foi a Revolução Industrial, que tinha enorme interesse no mercado, onde pudesse comprar a preços baixos das matérias-primas para suas indústrias e onde pudesse vender com grandes lucros, seus produtos manufatureiros. Para o Brasil, a Família Real Portuguesa, com seus 15.000 funcionários, em troca, entre outras coisas, do auxílio que prestou a Inglaterra consolidou sua posição privilegiada de domínio sobre a economia brasileira.

Foi assinado em 1810, um tratado, os produtos que eram produzidos na Inglaterra, vendido no Brasil, seria como forma de pagamentos, tendo uma taxa alfandegária de 15%. E além desta pagava-se uma tarifa de 16% sobre os produtos Portugueses e de 24% sobre os produtos de outros países. Já em 1844, criou-se uma nova norma de taxa de produção única de 30%.

Já vimos que com a vinda da Família Real Portuguesa e com a Independência do Brasil, muitas mudança a educação obteve. Podemos afirmar, que o objetivo da Reforma Pombalina, era de planejar a escola útil aos fins do Estados, passaria a ser concreta; mas, porém, no que diz respeito ao ensino superior. E neste sentido, a formação da elite dirigente do país, era de suma importância no processo de crescimento e de desenvolvimento no Brasil.

Com a elite, Dom João criou diversos cursos acadêmicos, entre eles vimos:

- Academia de Marinha (1808);
- Academia Real Militar (1810);
- Os cursos de Anatomia e Cirúrgico (1808);
- Laboratório de Química (1812). Além destes vários cursos: Agricultura, (1814), Escola Real de Ciências Artes e Ofícios (1816). Os cursos foram todos executados no Rio de Janeiro. Na Bahia, Curso de Cirurgia (1808), Curso de Agricultura (1812), Cadeira de Economia (1808), Cursos de Química e de Desenho Técnico (1817).



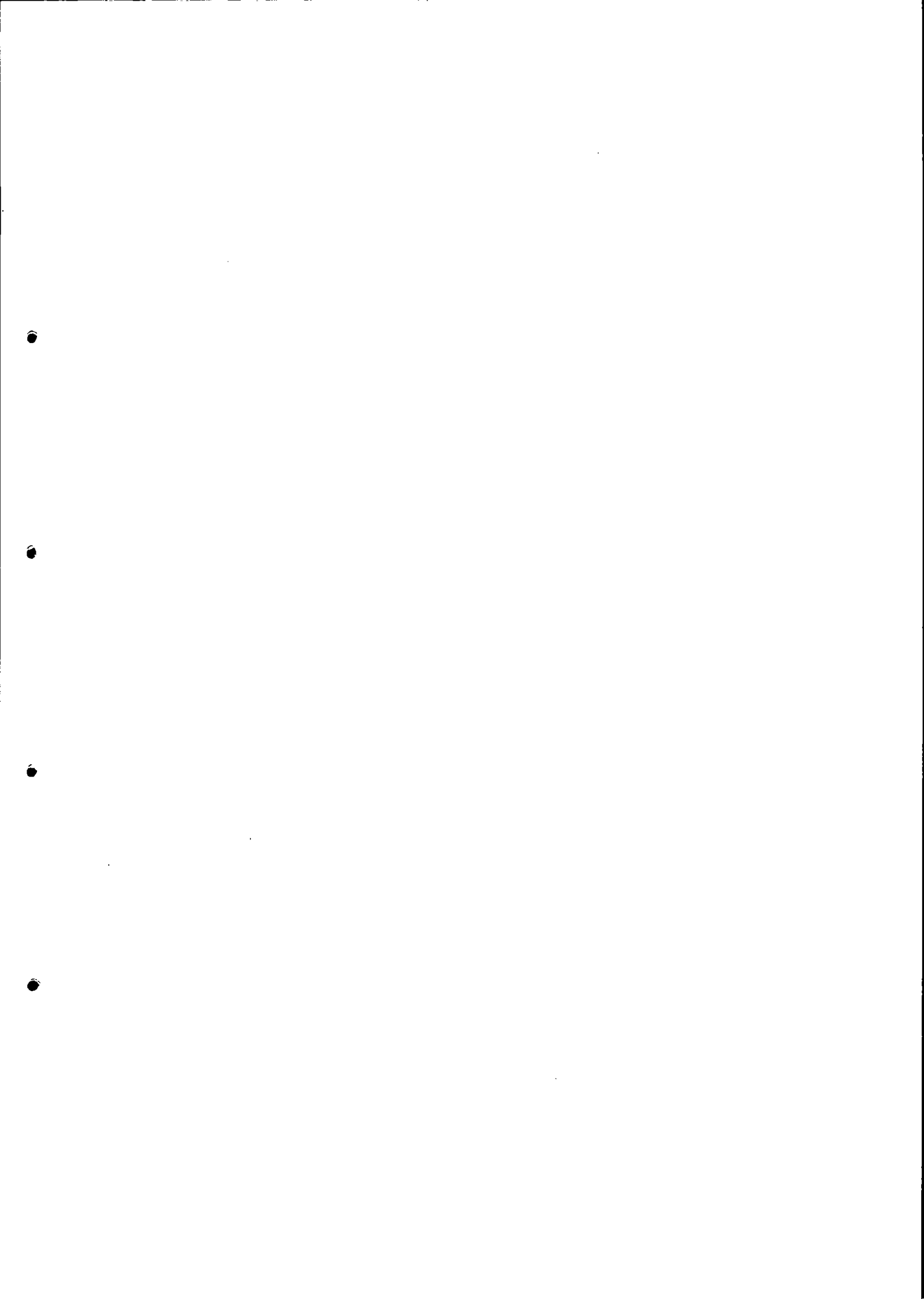
CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO NO BRASIL MONÁRQUICO

Em 1808, com a vinda da Família Real Português para o Brasil houve uma grande movimentação. Com a conquista da Independência em 1822, e, o governo reocupou fundamentalmente, no que se refere à educação. Então passou a existir a formação das elites no Brasil. O administradores, preocuparam-se, mais em criar algumas escolas superiores do que regulamentar as vias de acesso, aos cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior ao invés de procurar elaborar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modelos.

Nas últimas décadas do Século XVIII, várias transformações que mudaram radicalmente a face do mundo, tanto, no plano político, na economia e no aspecto social. E estes movimentos adentraram nos conteúdos das Ciências Humanas, como: Sociologia, Psicologia, História, Antropologia e outras.

Exemplificando a influência da política, podemos citar que ela abrangia na Revolução Francesa de 1789, com a queda da nobreza e assumindo o poder do Estado, a burguesia. E já no campo econômico encontra-se a Reforma Industrial, iniciada na segunda metade do Século XVIII com o aparecimento das máquinas e a produção em grande proporção, dando ao capitalismo um grande avanço paralelamente às miseráveis condições de trabalhos da vida daqueles que dependem dessa remuneração baixa. Porém no aspecto social houve um grande



Em Pernambuco 1772, sabem-se, com certeza da existência de algumas aulas régias de Latim; pois, os jesuítas já tinham recebido o decreto em 1759.

A partir deste ano, foi criado o imposto no ensino, o subsídio literário. Foram instituídas dezessete aulas de ler e escrever, quinze aulas de Gramática Latina, seis aulas de Retóricas, três aulas de Língua Grega e três de Filosofia em vários pontos do país.

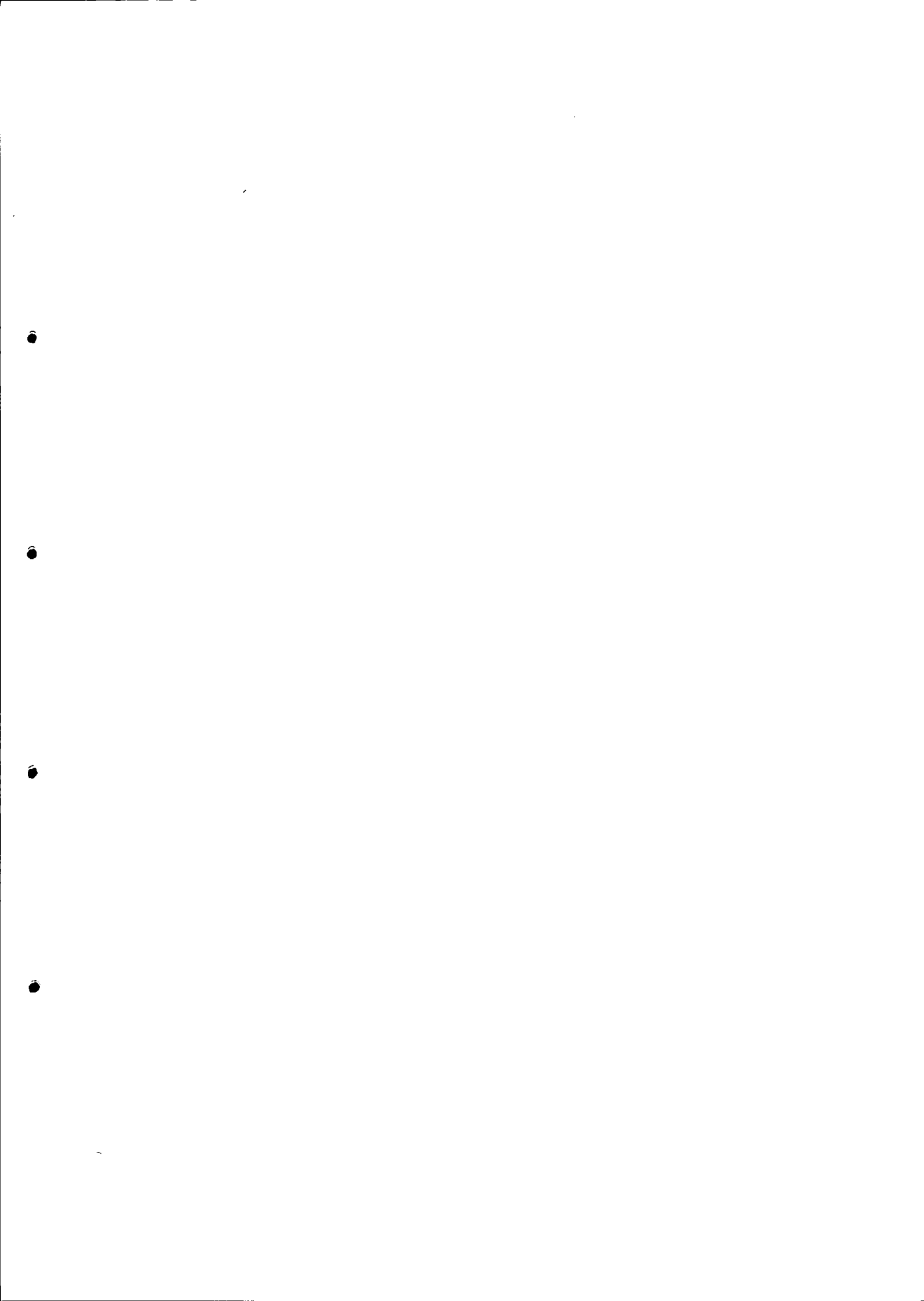
Os estudos continuaram, paralelamente sendo ministradas as aulas régias nos seminários das ordens religiosas. Porém o Seminário de Olinda, merece destaques, por ser fundado em 1798 e instalado em 1800, por Dom Azeredo Coutinho, Governador interino e Bispo de Pernambuco. Este Seminário tornou-se, centro.

O de difusão das idéias livres e tão chamadas liberais, dando ênfase aos estudos das duas áreas: Matemáticas e das Ciências Naturais. Vários movimentos revolucionários partiram dos alunos e dos padres, como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador em 1824.

Podem-se afirmar, que o ensino em uma visão formal, secundário do Seminário de Olinda tinha uma estrutura escolar própria, em que as matérias apresentava uma seqüência lógica, os cursos tinham a duração determinada e os alunos eram divididos em classes e praticavam de acordo com um plano de aula ou seja, de ensinamentos estabelecidos.

Como conseqüência do desmantelamento do sistema jesuítico, o ensino Brasileiro estava reduzido a pouco mais que nada ao iniciar-se, no Século XIX, sem que nada de similar fosse organizado em seu lugar. Portanto, concluímos que com a expulsão dos jesuítas em 1759, repentinamente deixaram de existir, 25 escolas de ler e escrever e 18 estabelecimentos de ensino secundário. Sem nenhuma ordenação as aulas régias passaram a ser instituídas de forma desordenada.

Durante duzentos e dez anos a Educação esteve sobre o comando dos padres jesuítas, que nela foram implantando, se os, seus decantados colégios às margens dos litorais e alguns historiadores tem os números das escolas variadas, tais, como estar citado neste texto acima e agora temos os seguintes números: 17 e 24 Unidades de Ensino, implica uma matrícula hipotética de dois mil (2000) alunos no auge de sua expansão e cada colégio comportava em cerca de cem (100) alunos.



também em Portugal. E assim o domínio do Marquês de Pombal foi sobre total obediência.

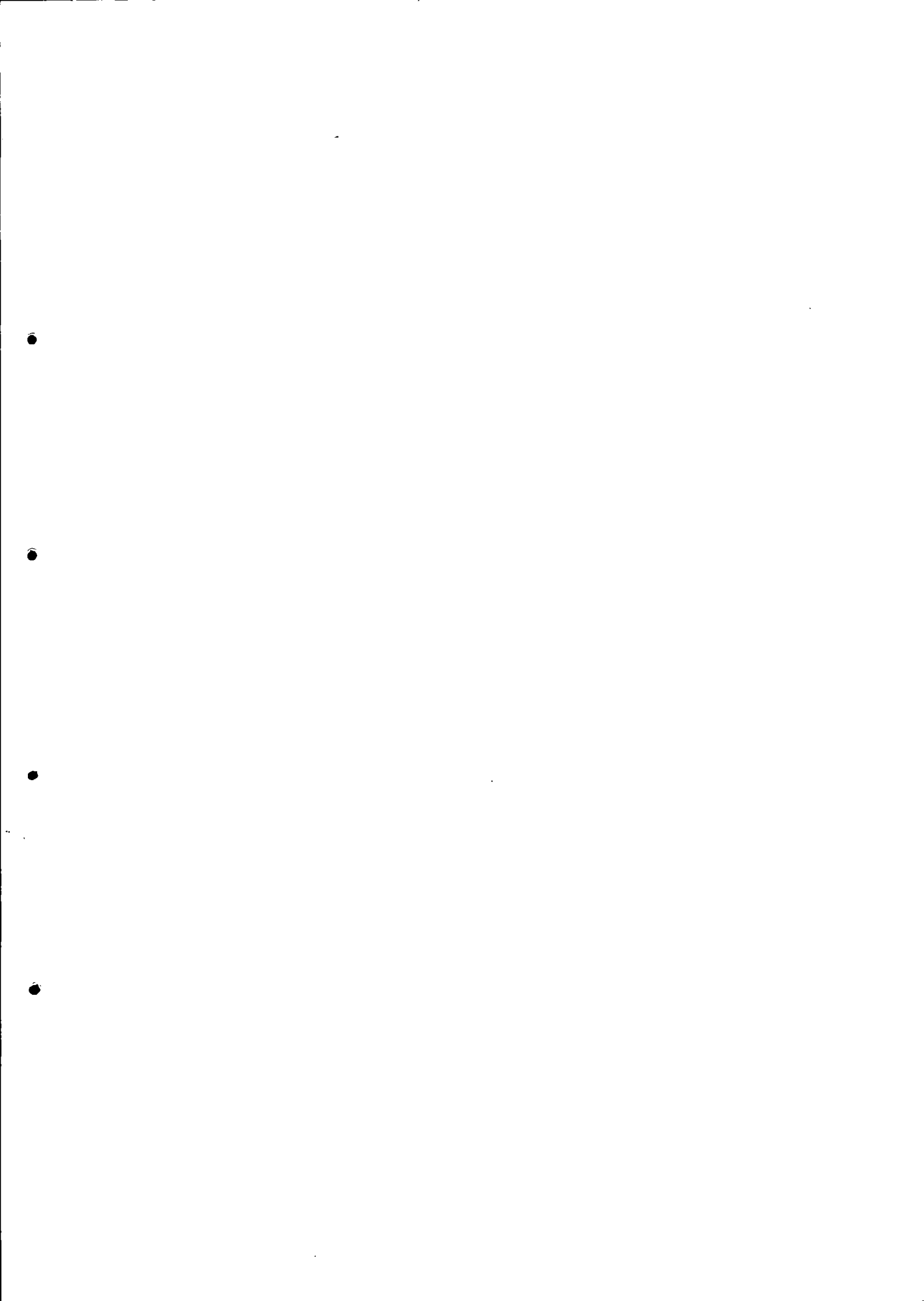
O Marquês implantou: as aulas régias de Latim, Grego e a Retórica. Portanto essas aulas nem de longe chegava a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus

Passamos agora a verificar duas idéias opostas: os jesuítas que teria servir antes o interesse da fé e os de Portugal que teria que servir aos imperativos da Coroa.

Valnir Chagas, faz uma análise, do resultado da expulsão dos jesuítas em relação ao ensino no Brasil: "Pior é que, para substituir a monolítica organização da Companhia de Fesus, algo tão fluido se concebeu, que, em última análise, nenhum sistema passou a existir. No reino seria instalada uma longínqua e ausente Diretoria de Estudos que, em rigor que só começaria a operar após o afastamento de Pombal; na colônia imensa, uma congérie de aulas régias superentendidas pelo Vice-Rei"⁷.

As aulas régias eram constituídas em uma unidade de ensino, com professores únicos e determinadas disciplinas. Era autônoma e isoladas, porém, não se organizavam, com outras nem se juntava a qualquer escola. Também não havia planos, ou seja, currículos no sentido de formar um conjunto de estudos, eram ordenados e hierarquizados, o a duração não era planejada, se condicionava ao desenvolvimento de qualquer disciplina. Quem fosse estudar podia fazer sua matrícula conforme o tanto de matéria que queria. Percebemos a gravidade da decadência do ensino, era por que os professores tinham baixo nível, improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos jesuítas. Este por sua vez era prejudicado pelo Bispo e tornava-se "proprietários", das respectivas aulas régias que lhes eram atribuídas, vitaliciamente como "sesmarias" ou títulos de nobreza. Além dos Bispos os jesuítas também eram escolhidos e nomeados em regras por indicação ou sob concordância, cujo, o preparo chegava ao requinte.

⁷ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História da Educação. p.443.



Em Portugal, a Universidade de Coimbra era a mais famosa na área das Ciências Jurídicas e nas Teologias. Já na França, a Universidade Montellier, a mais procurada no campo de medicina.

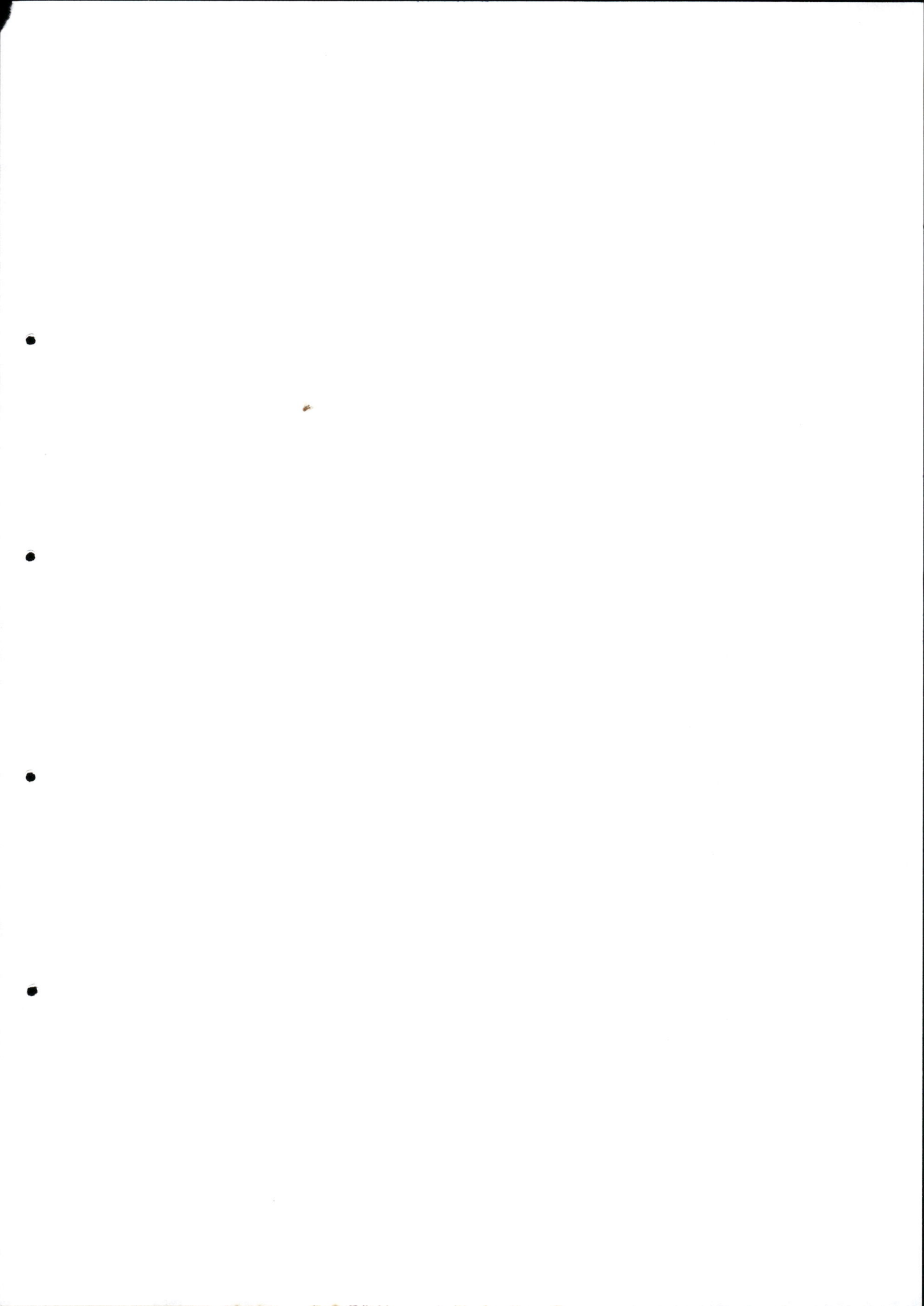
A Gramática Latina, Humana e a Retórica abrangiam estes conteúdos dentro do curso de Letras Humanas. Em três classes a Gramática era dividida no ensino: (ínfima, média e suprema.) Os elementos e as regras gerais da sintaxe aprendiam-se na ínfima. Os cursos de grau médios eram dentro das Letras Humanas e Filosofia que tinha aproximadamente a duração de nove anos.

1.5- A Expulsão dos Jesuítas

Em 1570 a 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo, e Marques de Pombal foi o Primeiro-Ministro de Portugal. Na sua administração, tomou varas medidas:

- A administração das colônias de forma que pudesse ser por ele controlada de maneira mais prática;
- Atendeu o sistema de Capitanias Hereditária, alcançando até suprir as necessidades que por ali encontradas;
- Elevou o Brasil à categoria de Vice-Reinado;
- Assinou a transferência da Capital do Brasil para o Rio de Janeiro, que era antes Salvador;
- E a expulsão dos jesuítas.

O governo a partir deste momento passou a ter conflito com os jesuítas, os quais teriam idéias contrárias a do ministro, pois, o governo mantinha preso a ele, total obediência, e os jesuítas já tentavam mostrar a independência daqueles povos. Mas, apenas o que restou do conflito foi o rompimento, chegando através de um documento nomeado de Alvará, do dia 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimiu as escolas que os jesuítas trabalhavam não só no Brasil mas



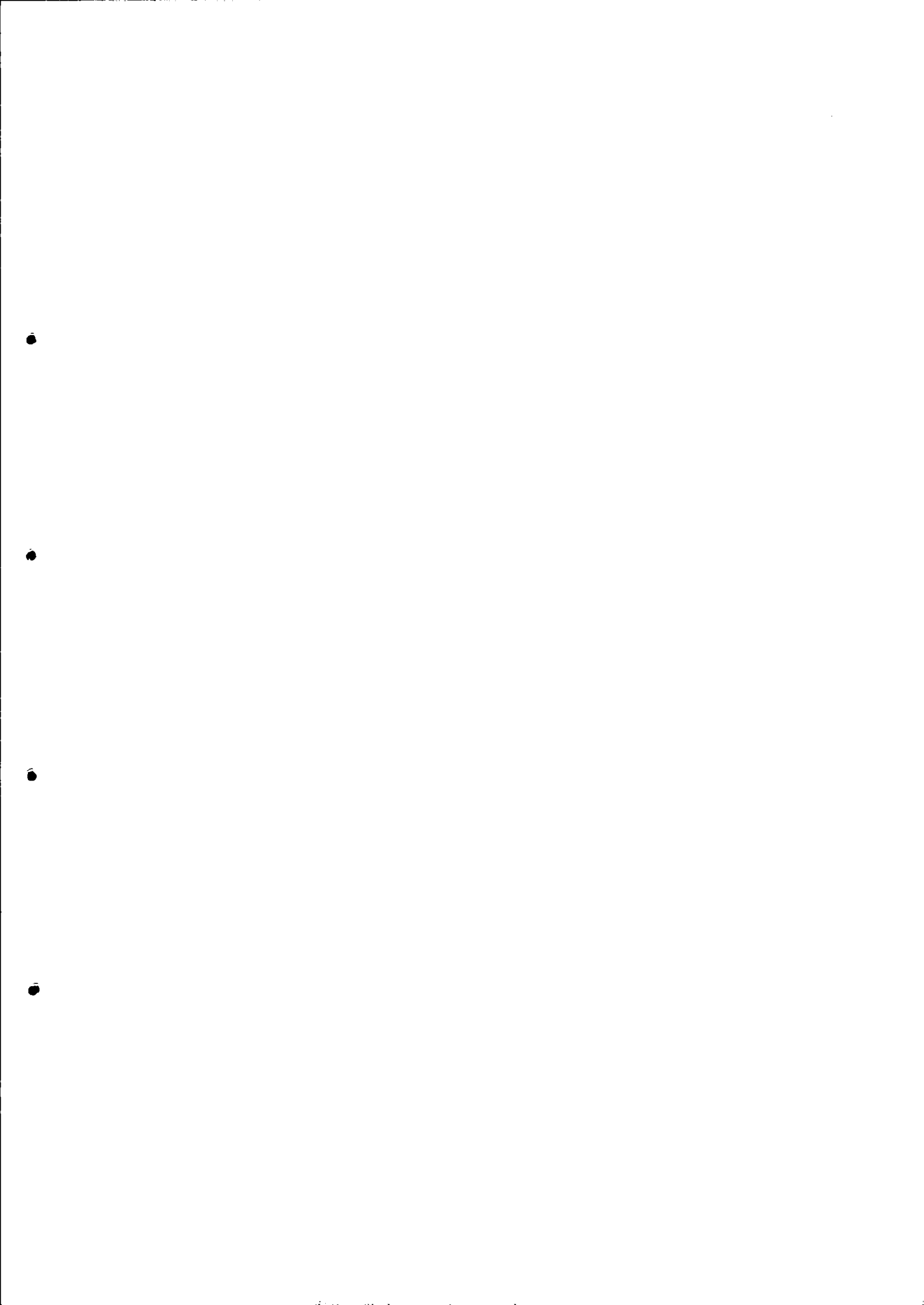
1.4- As Primeiras Escolas no Brasil

No contexto histórico as escolas de primeiras letras passaram a existir quando os jesuítas, compreenderam que não seria possível converter os índios à fé católica sem, ter que ensinar-lhes a leitura e a escrita. Portanto, organizavam, ao lado da catequese, nas aldeias escolas de ler e escrever, nas quais também se transmitiam o idioma e os costumes de Portugal.

Os jesuítas mostravam facilidade de dominar e de verificar a capacidade de se adaptar ao meio. Eles tinham livre acesso de andar nas aldeias indígenas. Nas casas-grande, dos Senhores de Engenhos, nas senzalas dos escravos nas aldeias indígenas. Através da fé católica, pensavam, em ensinar as primeiras letras para os jovens, adultos e as crianças que teria que apreender cedo as lições adaptando-se às condições, sendo também específicas de cada grupo. Em todos os ambientes procuravam orientar os adultos e com um trabalho, em conjunto, fazendo que os índios apreendessem e repassavam-se a sua linguagem para eles. Mas este trabalho já estava avançado, pois eles ensinavam as suas forma de falar e de compreender o que dizia nos colégios. Para os jesuítas conseguir conquistar os índios foi preciso trazer crianças de ruas de Portugal, sendo uma maneira de atrair eles. Só assim facilitaria a conquista dos índios, portanto, as crianças que aqui chegavam aproximava das outras e o pai das crianças índio amolecia o coração e a forma de induzir os adultos ficou mais fácil.

Depois de alguns anos, passaram há existir, o ensino secundário e superior. Segundo, a *Ratio-Studiorum* - plano completo dos estudos mantidos pela Companhia de Jesuítas – porém, não só havia as aulas, elementares de ler e escrever, eram também oferecidos três cursos: Letras, Filosofia e Ciências, considerados de nível secundários. O curso de Teologia, e de Ciências Sagradas, de níveis superiores e destinado principalmente à formação de sacerdotes.

Os jovens depois de concluírem os cursos de: Letras Humanas, Filosofia e Ciências, mas que não pretendessem continuar seus estudos e que não se orientasse nos cursos faria outro na Europa.



Às margens do rio Paranapanema as primeiras missões estabeleceram-se; depois surgiram outras em diversas regiões da Amazônia e em parte dos atuais estados, tais como: Rio Grande do Sul, (sete) e no Mato Grosso do Sul, onde sete missões formavam as Reduções do Guairá.

As missões foram utilizadas pelos jesuítas para catequizar a exploração do trabalho indígena. Boa parte dessas missões eram dirigidas por jesuítas escanhoes e reunia grande quantidade de índios.

A exploração acontecia no trabalho de extração das riquezas naturais conhecidas como drogas do sertão (guaraná, pimenta, baunilha, cravo, castanhas, plantas aromáticas e medicinais). As plantas aromáticas eram aquelas que tinha perfumes.

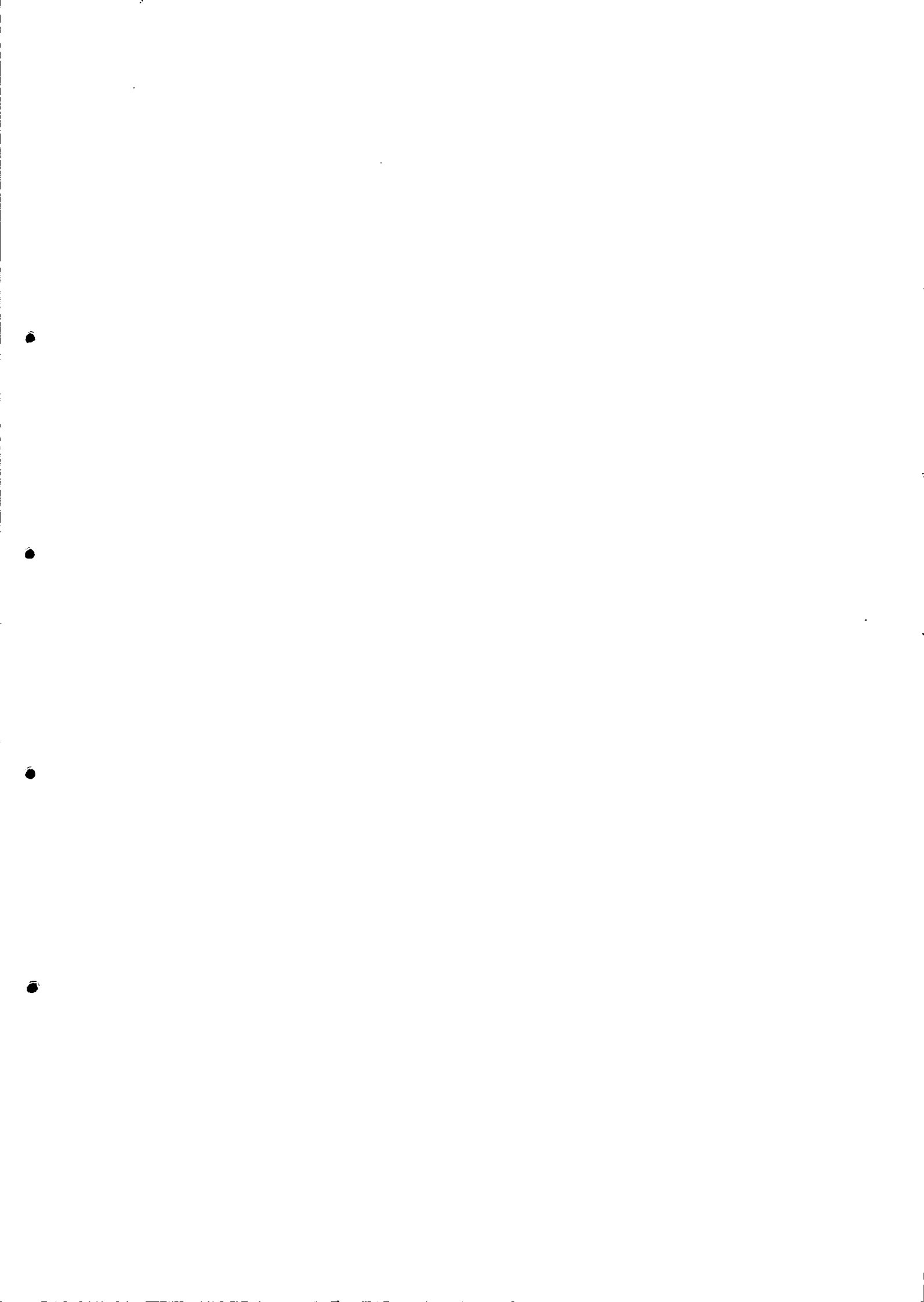
Pois, os jesuítas obtinham grandes lucros explorando o trabalho indígenas e tendo as drogas dos sertões.

Os bandeirantes que ali atacavam as aldeias sabendo que alguns índios já se encontravam se a sua característica e com conhecimentos de diversos ofícios, que os jesuítas lhes ensinavam; mas sendo algo predileto dos ataques dos bandeirantes, que aprisionavam eles para também, escraviza-los. Para prender os índios eram considerados as tarefas mais fácil e menos arriscado nas aldeias do que, aprisiona-los nas matas virgens. Estes ofícios eram uma forma de contrato que servia como venda dos escravos no mercado de negócios⁶.

Entre 1580 a 1640, os jesuítas conseguiram junto a União Ibérica e à Metrópoles a edição de norma proibindo a guerra naquele período, contra a escravidão dos índios.

Uma forma de proteger os índios os jesuítas concordavam por forças que queriam ajudar os indígenas, mas, o que por trás estava a exploração vindo deles. Para os jesuítas chegarem até os índios e preciso enganá-los, difícil, e quando conseguia o local que ficava em total destruição.

⁶ MONTHRE, Paulo. História da Educação. p. 297.



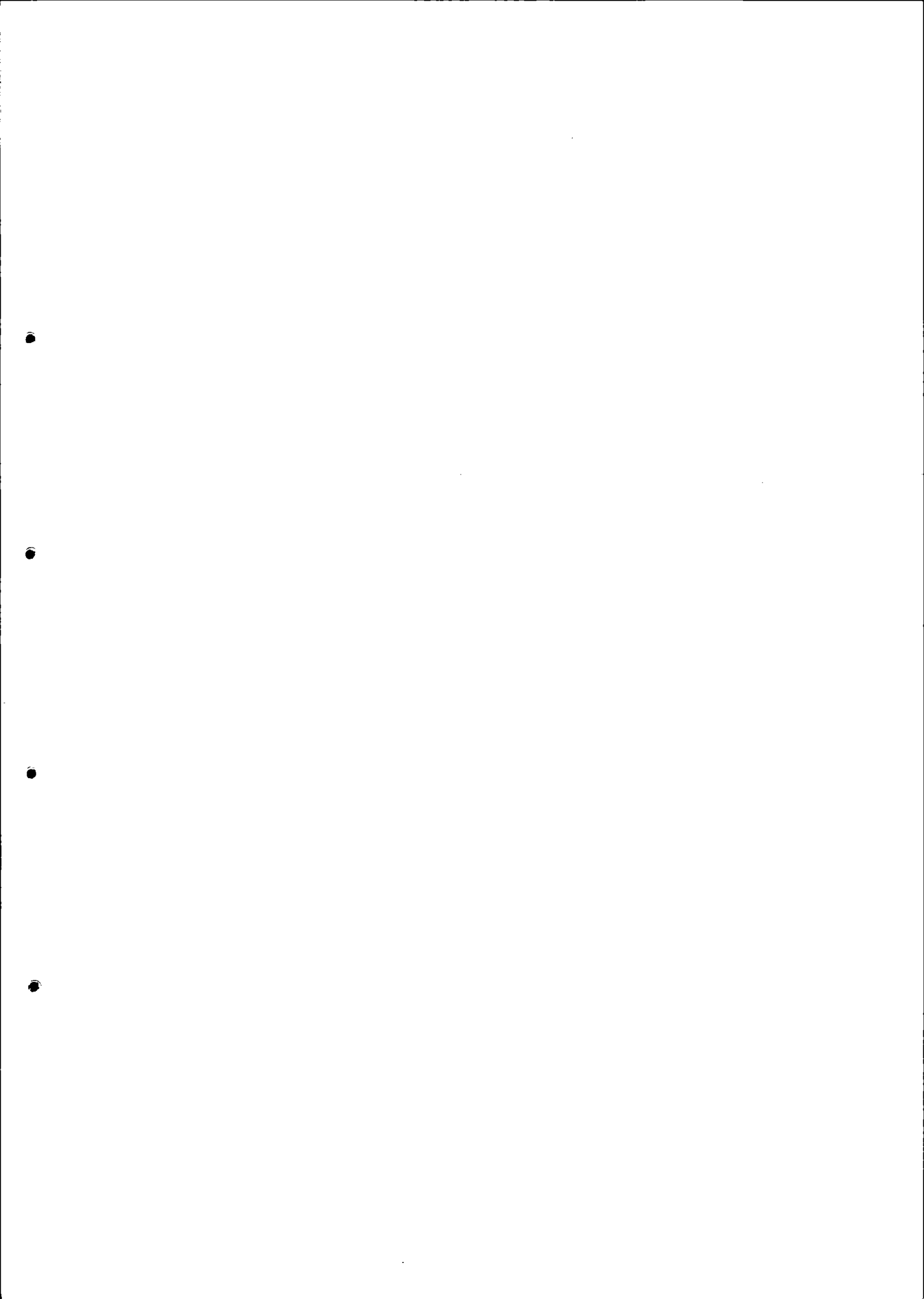
Assumindo o papel de soldados da religião, os jesuítas tinham como objetivo conquistar os índios e os colonos, convertendo-os ao catolicismo. A educação escolar serviu como base para a conquista espiritual, sendo assim, a arma utilizada que enfatizou o ensino religioso, a catequização. Imediatamente após, a sua chegada à Bahia, fundaram-se escolas de nível elementar para os colonos, durante o Governo-geral de Tomé de Sousa. O padre Vicente Rodrigues designado para lecionar nessa escola, tornou-se um dos primeiros professores do Brasil. E o outro padre que merece destaque é João Aspicuelta Navarro, que destacou no trabalho pioneiro de catequização dos indígenas e o primeiro aprender idioma (tupi-guarani).

Verificamos também que os jesuítas não só catequizavam, mas ao mesmo tempo, em que se integravam à política colonizadora, do rei de Portugal. O raciocínio era simples: seria mais fácil submeter aos índios, conquistando suas terras, em nome de Deus, abençoando no nome da Igreja. Dessa forma a Igreja e a realeza juntaram-se na conquista do Novo Mundo, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos: o rei facilitava o trabalho missionário da Igreja e esta procurava converter os índios aos costumes europeus, e, a religião católica, facilitando o trabalho colonizador da Coroa Portuguesa.

Os jesuítas dedicaram-se aqui no Brasil, a duas tarefas: a pregação da fé católica e o trabalho de educar os índios. Com o seu trabalho missionário, procurava salvar as almas, mostrando abertura de caminho. Com o seu trabalho educativo, ao mesmo tempo que ensinavam as primeiras letras e a Gramática Latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus.

Já no segundo Governo-geral, Duarte da Costa, em 1561, chegou ao Brasil. E entre eles o padre: José de Anchieta, o apostole do Brasil. Portanto, o quadro de trabalhadores ficou completo e reforçado sob dinâmico comando do padre, Manuel da Nóbrega, as obras dos jesuítas espalhou-se rapidamente por várias regiões, do sul ao norte do Brasil.

Nos locais onde a exploração que os homens penetravam em busca de tribos, alcançando várias regiões do norte ao sul do Brasil. Os padres jesuítas alcançavam cada vez mais o território do sertão, fundando apartir destes movimentos em volta de 1610 aldeias chamadas de Missões, ou seja, Reduções.



O Conselho Indiginista, Missionário nos relata: "No aldeamento dos índios eram obrigados a aprender os costumes dos brancos. Eram proibidos de praticarem os seus próprios costumes. Eram proibidos de usar os enfeites deles, de fazer festas, de tratar os doentes como pajé. Os missionários ensinavam a religião deles. Eles ensinavam para a gente grande e principalmente para as crianças. Os índios apreendiam muitas vezes o que eles nem entendiam direito. Mas essa reza de branco não era reza de índio." Além desses abusos os índios tinham que submeter aos ensinamentos malucos dos missionários: Os índios tinham que manter com suas palavras; Cristão bom tem que ser manso; Cristão bom não podia se revoltar; Cristão bom tem que respeitar os padres; Tem que respeitar os governadores; Cristão bom tem que respeitar toda autoridade; Suportar todo o sofrimento aqui na terra para ser feliz depois lá no céu⁵.

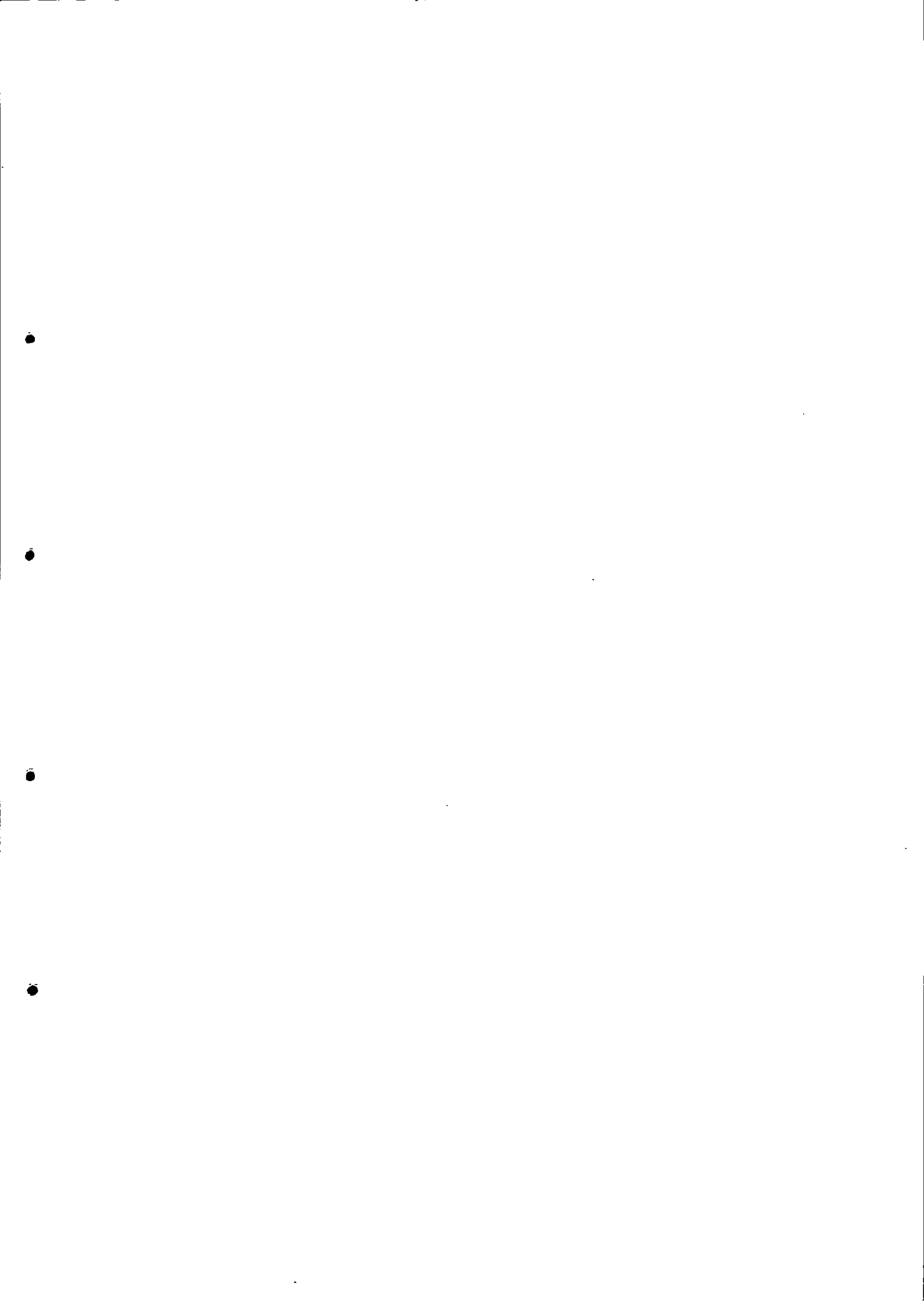
Com tudo isto o índio passou a ficar manso, muito calado e trabalhavam sem revoltar. Mas quando eles não viviam do jeito que os missionários ensinavam eles eram castigados. O castigo que recebia eram duro e penoso. Os missionários mandavam prender no pau, levavam chicotadas. Os motivos que elevavam os índios aos castigos eram que não queria entregar suas crianças para a missão, mudar seu jeito de trabalhar e seu jeito de fazer casa.

1.3- Os Jesuítas no Brasil

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534, cujos os seus membros eram chamados de Jesuítas. Era uma organização religiosa inspirada em modelo militares, disposta a tudo para deter a avanço do protestantismo e que também chegavam ao Brasil.

Ao desembarcar no Brasil sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega em 1549 os Jesuítas já traziam consigo idéias planejadas para cumprir cuidadosamente sua missão. As participações destes Jesuítas foram de suma importância para nós, os quais dedicavam-se a duas tarefas: a pregação da fé Católica e o trabalho educativo.

5 INDÍGINA, Conselho. História e Conselho no Brasil. São Paulo: Ed. Saraiva. 1994. p. 249.



lista formal da Educação, a escola, Jesuítica perdeu a sua superioridade e muito do seu prestígio.

Ao fazermos uma análise podemos apontar ou explicitar de forma transparente e abrangente que os Jesuítas eram simplesmente, (Soldados de Deus) inspirado em moldes militares, disposta a tudo para deter o avanço do protestantismo e espalhava pelo mundo os princípios⁴.

1.2- Obediência à Igreja Católica

Através destas verificamos o que contradisseram os Jesuítas em relação à escravidão dos índios e negros, eles eram contra a escravidão do índio, mas admitiu a escravidão do negro.

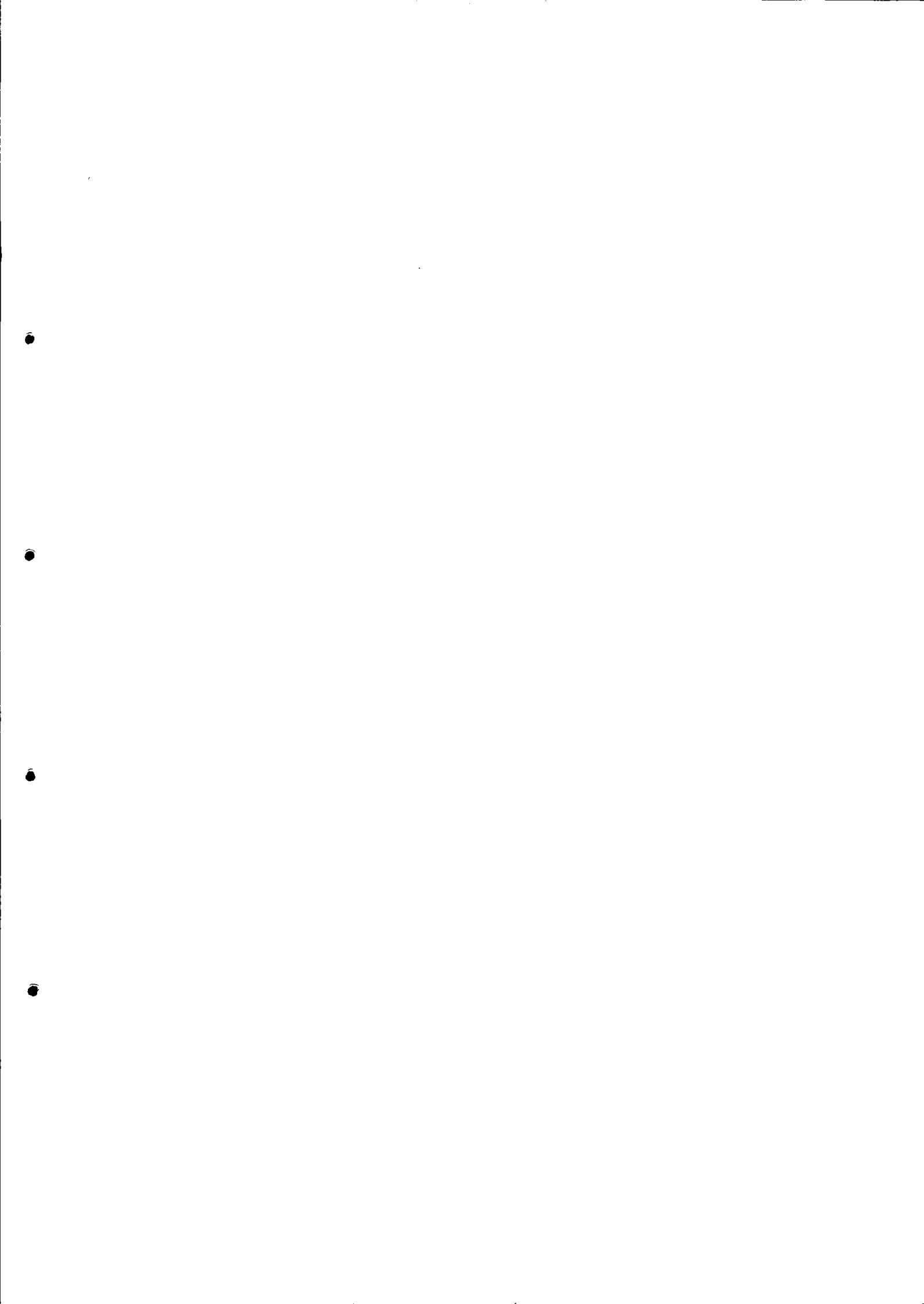
Contentavam a escravidão indígena porque não dava lucros ao sistema colonial mercantilismo. Silenciavam sobre a escravidão do negro, pois rendia lucros aos traficantes e ao Governo Português.

Porém através do dia-a-dia da aldeia, os padres católicos buscavam mudar os hábitos dos índios para os padrões cristãos e europeus.

Todos os dias bem cedo os índios participavam de uma celebração (Missa), e depois eram separados em grupos, que iam uns para a poça cuidar da plantação e da colheita em quanto, na aldeia os outros faziam artesanato. As crianças estudavam, aprendiam a ler, escrever e sem contar que os adultos supriam todas as necessidades materiais da aldeia. Além dessas aulas as crianças recebiam por serem também mais receptivas, o conteúdo de Moral e de religião. E, assim, esperavam delas influências sobre os mais velhos.

De uma forma romperam com os costumes das tribos dando a cada família indígena uma casa, de tal, maneira, que houvesse a desintegração da aquele povo. Isto interferiu na estruturação social daquela vida tribal, onde viviam em harmonia há mais de 100 índios.

⁴ INDÍGINA, Conselho. História e Consciência no Brasil. São Paulo. Ed. Saraiva. 1994. p.247.

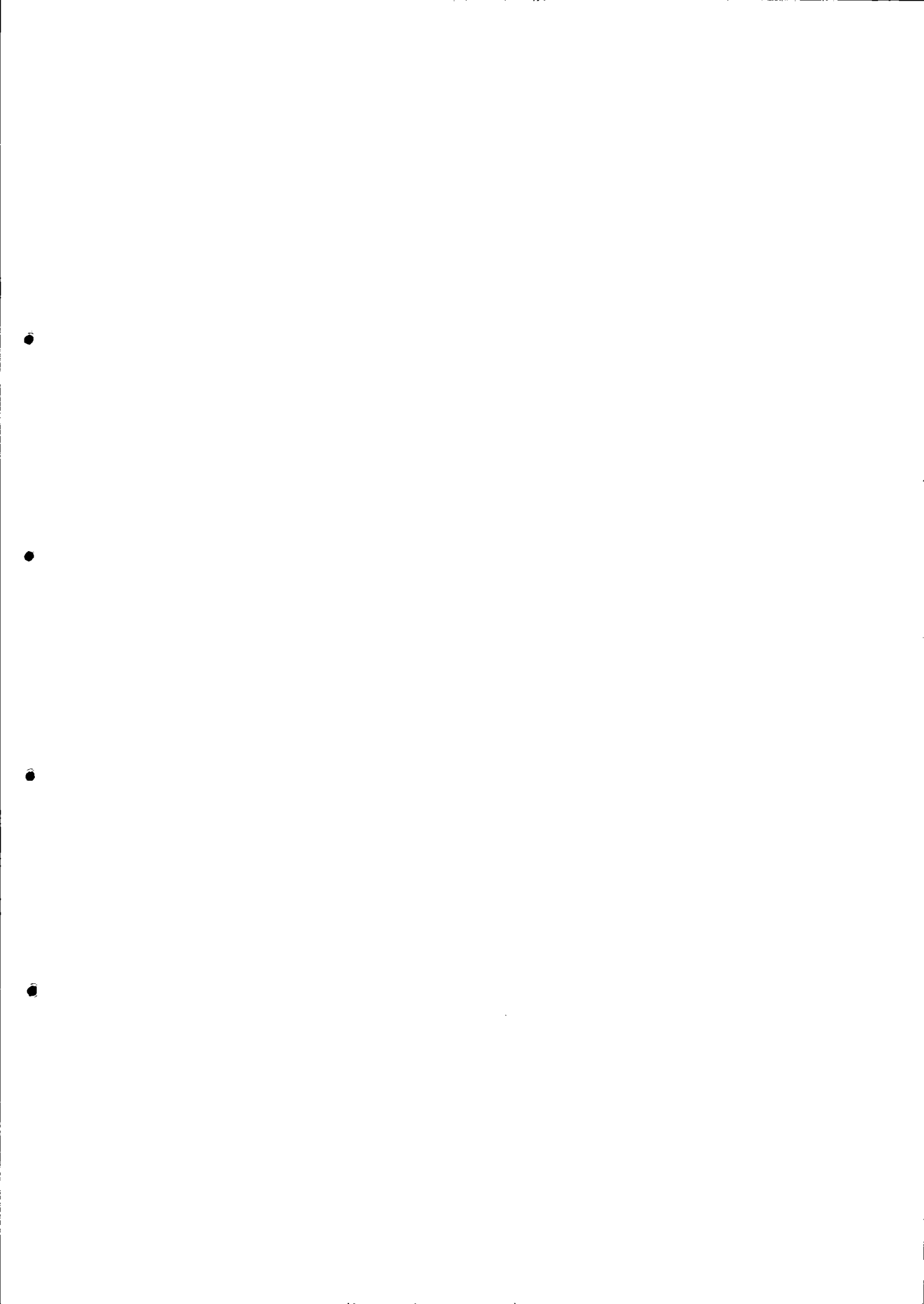


conduta. Quanto ao estudo da gramática, retórica e história, fazia-se, uma divisão maior das classes em grupos, para discussão de pontos relevantes. Mas essas discussões eram denominadas dissertação. Os alunos mais capacitados se agrupavam em (ACADEMIA) onde a dissertação se transformava em autênticas discussões chamadas de dialética. Além destes trabalhos, destacavam-se, os temas, ensaios, traduções e discussões de assuntos clássicos. A afiliação a essas academias era voluntária e constituía maneiras de recompensa ao mérito.

Baseava-se, o trabalho no pensamento que "Melhor dar pouco e bom, do que muito e mau, e aprendendo apenas parcial e perfeitamente." Essa educação não foi com total amplitude, mais sim, completa e muito eficiente, que seja, as palavras mais simples.

Porém essa eficiência não durou muito tempo, chegando então os defeitos e as decadências, percebendo-se, através de uma análise, do valor excepcional dessas escolas, explicando a extrema hostilidade suscitada por eles entre os protestantes e a oposição da Igreja Católica Romana, e sendo, assim, determinou a supressão por algum tempo, dentro do regime da Ordem. Devido às atividades políticas da Ordem, tinham da aplicação do princípio fundamental do que tudo há de ser feito; isto, é para a glória de Deus em parte dessa hostilidade que foi. E assim, assegurava a essa glória por meio do progresso dos interesses das Igrejas. O princípio na prática significava a completa subordinação da pessoa à Ordem, e desta todos os que o educava ou sobre a quem dominava a Igreja. Tanto no começo, quanto na prática, a pessoa tinha de desaparecer completamente, antes da sua instituição. O princípio declarado pela Ordem de sua obra, e expresso nos votos dos membros, era a completa subordinação do individuo. Isto tinha como base em seu plano educativo.

Aos novos ideais de período do Renascimento a educação jesuítica, estava de oposição, quanto à prática e o princípio. O método, perfeito a seu modo inibia todos inícios e impedindo o desenvolvimento de toda liberdade e de toda opinião. Esta administração, ou seja, organizada durou enquanto não havia nem uma modificação no espírito da educação. Mas, com a chegada do século XVIII surgiu com um decidido movimento fora do espírito teológico, trazendo o conteúdo uma



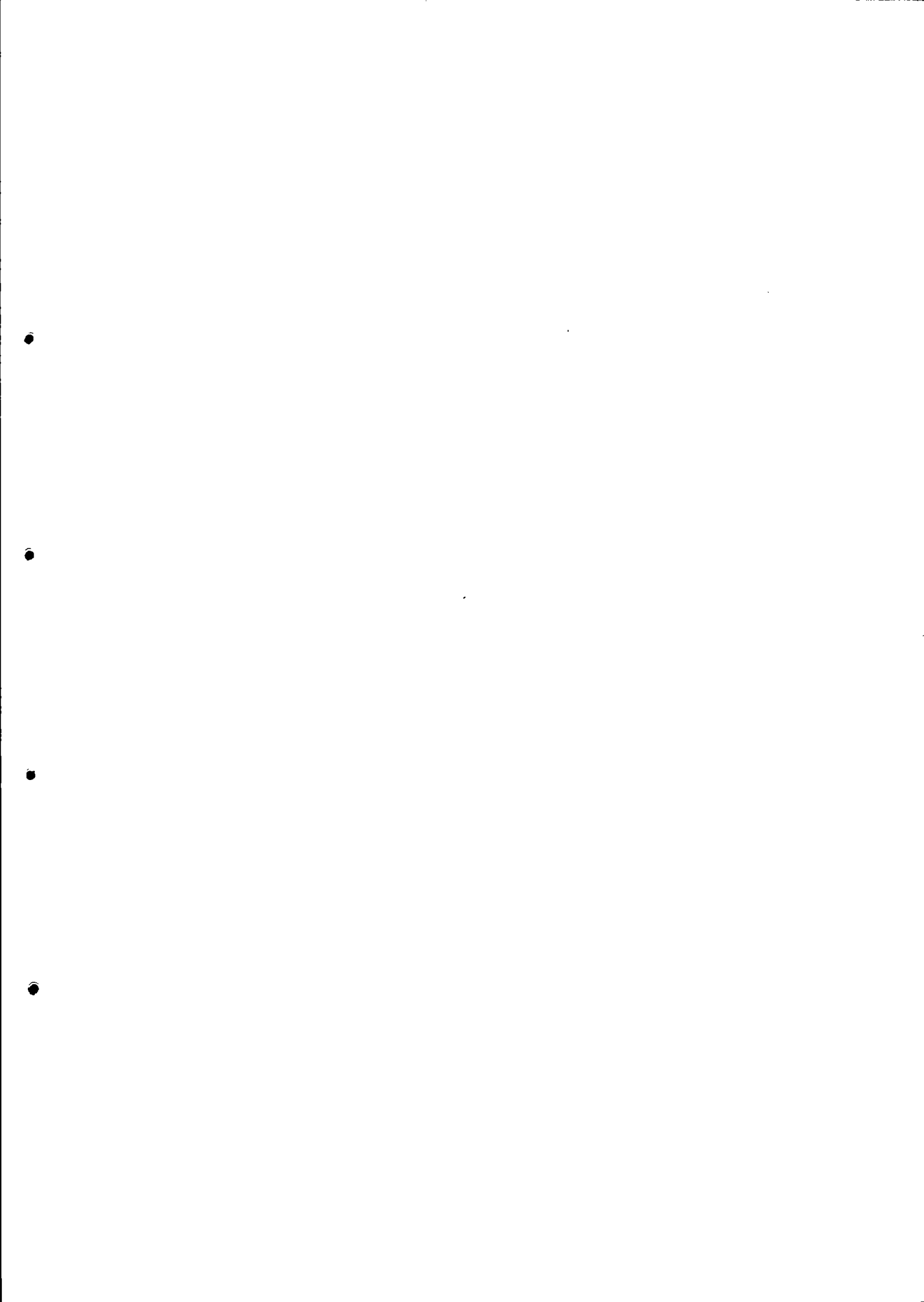
As repressões e as espionagens eram também características da direção, sendo nas escolas uma fiscalização severa. Porém os alunos divididos em grupos sob a administração monitorada e aos pares, de maneira que um podia exercer fiscalização sobre o outro. Assim, a Ordem era assegurada e atingia-se um respeito aberto pela autoridade, respeito que quase chegava a um resultado na eliminação da individualidade. Mas a disciplina posta pela presença contínua da autoridade e dominada como um dever religioso, trouxe como início de perca, ou seja, quase eliminava o grande abuso da punição corporal, tão conhecida naquela época. Os Jesuítas em vez de usar à força física, elaboraram uma outra estratégia muito bem organizada, no ensino, como sistema de recompensa.

Depois de algum tempo passaram aperfeiçoar os educadores, tendo êxito educativo. Resultado do preparo minucioso dos seus mestres. O ensino era ministrado pelos os que já tinham eliminado o curso rígido do colégio superior e antes deveriam ter o inferior. Os quais eram supervisionados pelos professores que tinham preparados por um curso universitário e normal. E os melhores eram contratados efetivamente. Assim, houve acúmulo de pessoas com a mesma formação.

As matérias de estudos das escolas dos Jesuítas eram caracterizadas de Ordem Humana. Por esse lado que diferencia das outras escolas do tempo, nem quanto à natureza das matérias, nem quanto aos objetivos a serem alcançado. A superioridade delas vinha de que mantinham o alto pagão do RATIO, enquanto que a mantinha hesitação prevalecia entre as escolas seculares, no que se refere aos métodos e à escolha das matérias e cada dia começava, começava com a revisão do dia anterior, a cada semana a revisão do dia e a cada ano com a revisão de todo o trabalho. E os estudantes felizmente, destinados à Ordem reviam o curso inteiro. Porém, essa seria a características pelas as revisões freqüente da matéria, sendo, assim, o método de ensino jesuítico³.

Visamos a formação dessas atividades, nas classes que eram: dividia-se em grupos, lideradas por decisões, que tomavam a lição dos meninos sob administração geral do mestre e a outra divisão era em grupos de dois. Portanto, havia, uma certa competição de rivalidade que de incentivo para seu companheiro, cabendo-lhe, manter a vigilância sobre seus estudos, e sobre sua

³ MONTHRE, Paulo. História da Educação, p.405.



também com uma completa educação secundário da época, e com todo este movimento atraíram os protestantes. A Ordem consagrava-se à educação de líderes, tendo pouco interesse pela educação elementar e pela educação das massas.

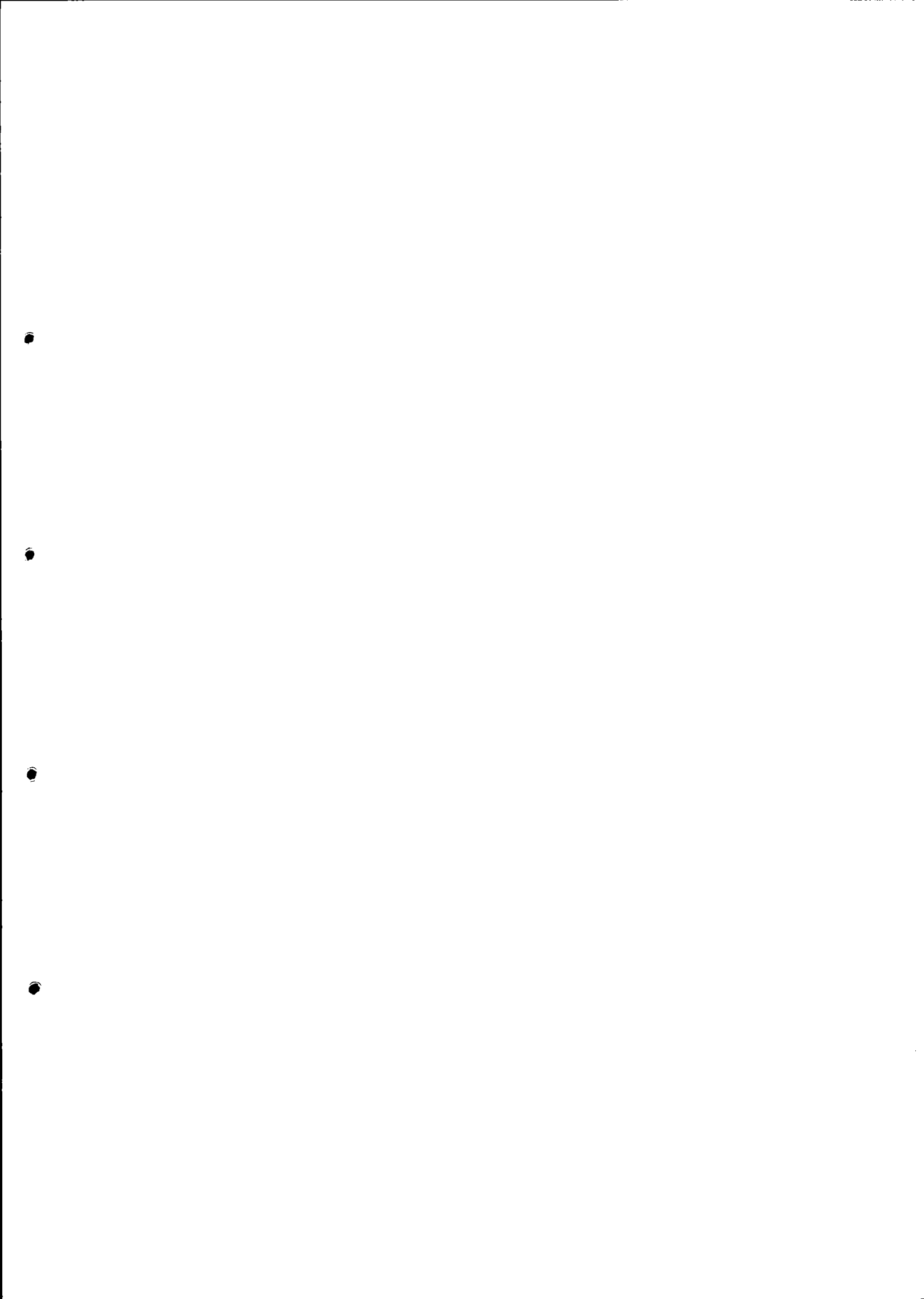
Agora vejamos as duas classes que foram criadas como suporte para a organização do ensino:

Colégios Inferiores, que baseava no ginásial e o Colégios Superiores que compreendia à universidades. No decorrer do Século a Ordem foi tentar várias extensões de suas influências durante o Século XVII, os números dos colégios tinham aumentado para 372. Já no início do Século XVIII, 612 colégios, 157 escolas normais, 24 colégios de nível superiores (Universidades) e 200 Missões. Já na metade do Século XVIII, as somas de todos os colégios eram de 728. Nesses colégios a frequência passava de 2000, (estatística do Departamento de Paris). Mas com o decorrer dos anos chegou há 13.000, e, nos diversos colégios nacionais, em Roma, a mais de 2000 aluno. A frequência total no departamento de Paris foi acima de 13.000. A ordem na época da supressão contava com 2.200 membros, a maior parte consagrada ao trabalho da Educação.

O grande sucesso dessas escolas era a organização da administração perfeita e contínua e da Ordem. De modo geral foi dividido em províncias cada um no comando por um provincial subordinado diretamente. Abaixo desses estavam subordinado os reitores dos diversos colégios, mas nomeados pelo geral. Os prefeitos eram supervisionados e estavam abaixo dos reitores e davam a eles títulos de prefeito de estudo e os inspetores de ensino que eram dominado pelos provinciais.

Os professores estavam sob a direta inspeção do reitor e do prefeito, devendo o último fazer visitas freqüentes a cada classe. Essa fiscalização constante e a representação exercida por um funcionamento sobre outros juntos à preparação adequada de todos os seus mestres, concorreram para uma precisão de processo e uma certeza de resultado que não tiveram paralelo nas escolas daquele ou de qualquer outro tempo².

² MONTHRE, Paulo. História da Educação, p. 401.



ia além da escola. Deveria a própria escola ser mais, do que existia, e bem mais ampla ainda do que as estabelecidas pelos seus adeptos dos séculos XVI e XVII.

A educação universal era primordial para Lutero. A Reforma preconizou e era existente em sua pregação. Todos deveriam ter uma educação de igual para igual e o Estado criasse leis para freqüência obrigatória. Mas aprovava essas escolas que levariam de 20 ate 30 anos estudando (Donato ou Alexandre) sem nada aprender.

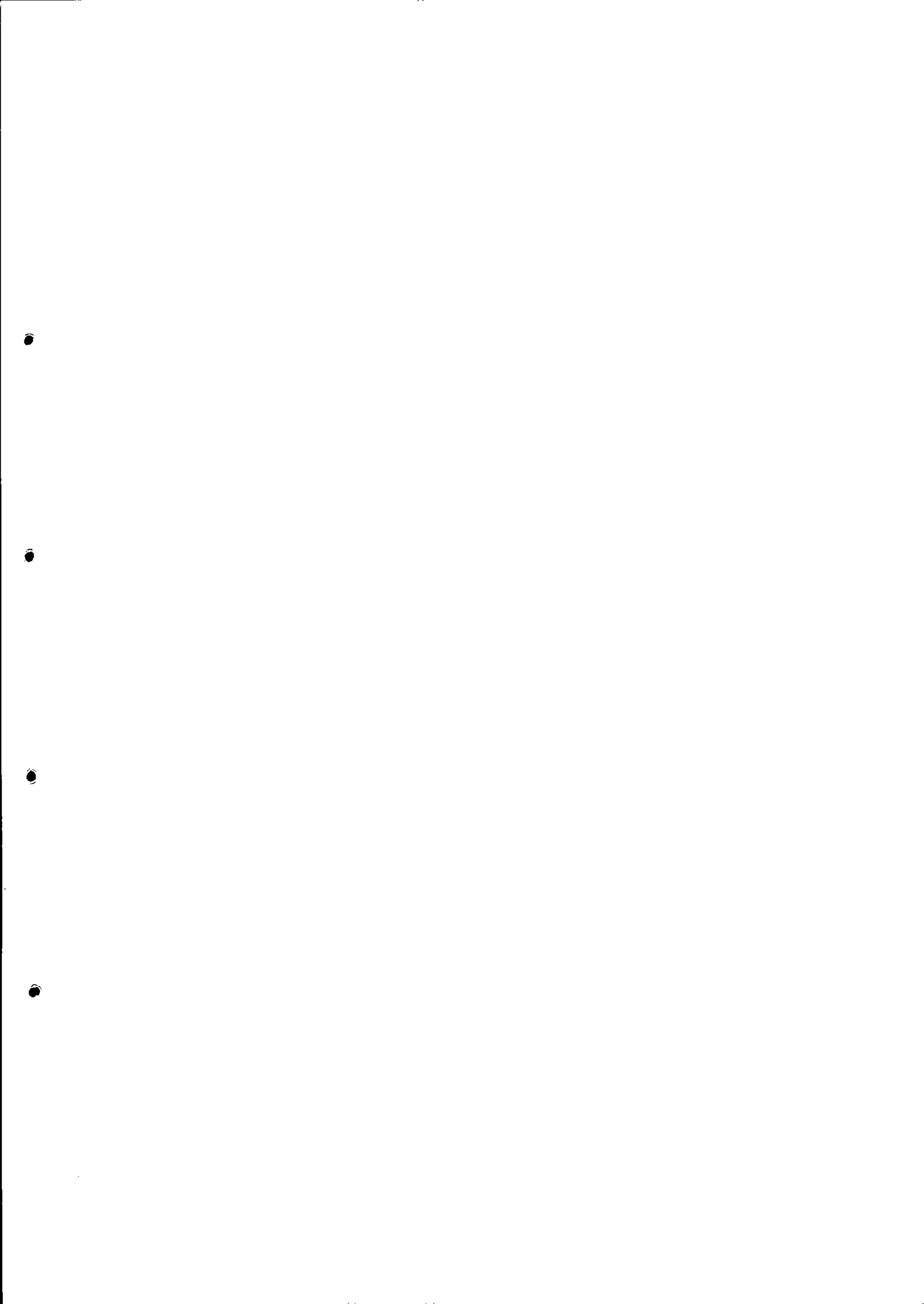
1.1- A Ordem dos Jesuítas

Em 1534, Inácio de Loyola, fundador a Companhia de Jesus, mas somente em 1540, tornou-se o principal instrumento da Igreja Católica na Contra-Reforma impedindo o avanço do protestantismo. Para a consecução dos seus propósitos foram adotados os meios pelos quais a Ordem fazia a pregação a confissão e o ensino.

As instituições educativas de maior êxito duraram 200 anos e educaram muitos dos líderes Europeus, julgando-se favoravelmente essa educação sem estar de acordo com o seu espírito e visando o incontestável mérito dessas escolas.

O sistema de Estudo, ou seja, *RATIO STUDIORUM* pertence ao Estatuto da Ordem que se resume em dez leis em que a quarta foi concluída e usou sem nem uma alteração até 1832. Representava a experiência da Ordem ao não ser reformulada em mais de meio século de ensino, sendo como uma análise experimental de outros. A Ordem, tinha a vantagem de poder dar continuidade e atenção aos problemas educativo, dedicava-se à mais global experimentação e seguindo de perto os grandes trabalhos em Educação. Tais vantagens nem um grupo ou educador poderia ter.

A Ordem tinha neste estilo, a função de preparar os membros e educar a juventude em geral. Eles não só se preocupavam com a Educação religiosa, mas



CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ONTEM

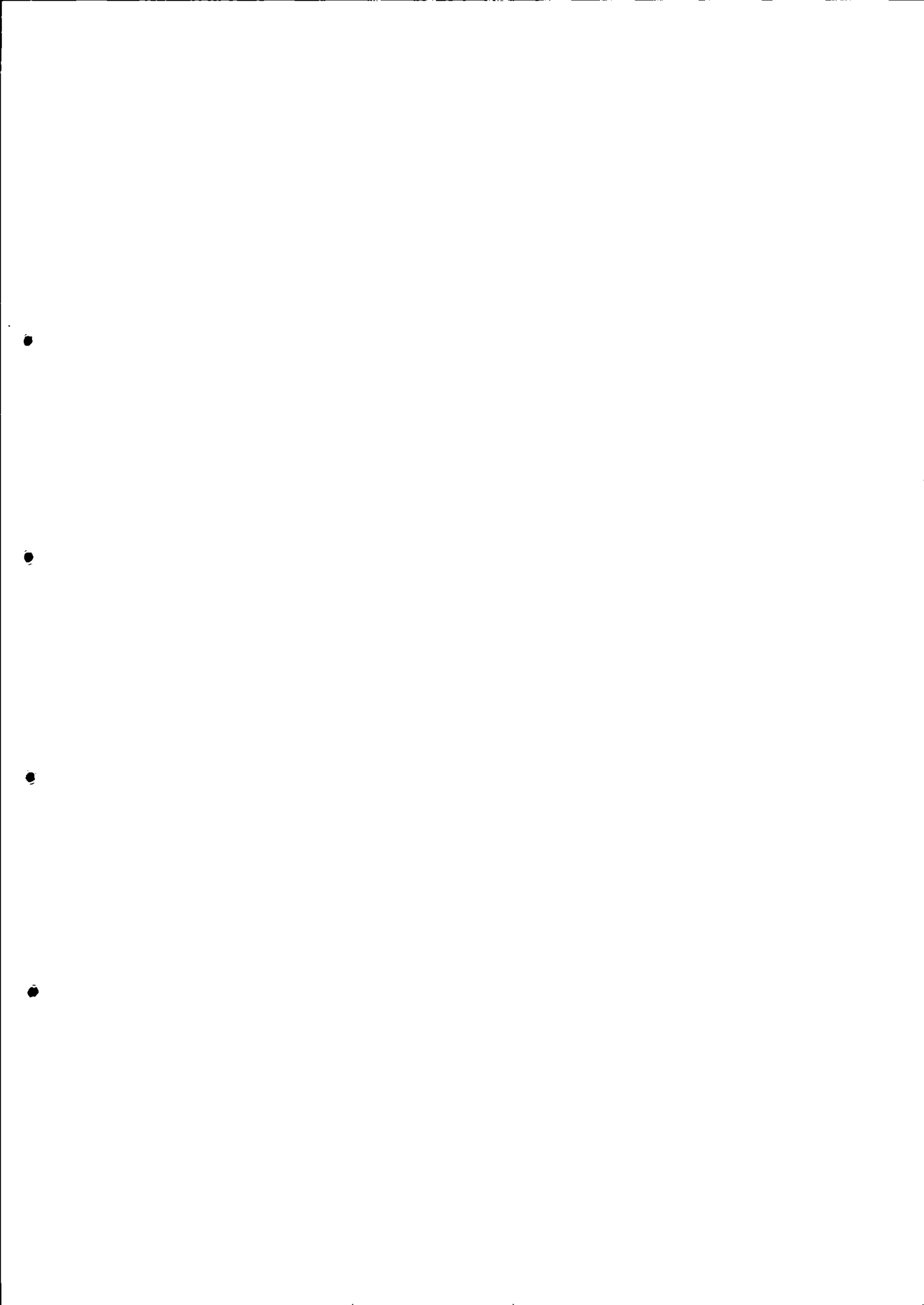
A História da Educação vem passando por transformação a milhares e milhares de anos. Qual partiremos a entendê-la, a partir da Reforma do Protestantismo entre 1483-1546, quando Martinho Lutero, revoltado com a forma do ensino que começara na Alemanha, foi o grande protagonista da Reforma e liderou o movimento educacional.

Os objetivos cruciais desse movimento foram:

- Lutar para libertar a educação, através do Estado, da peias que a Igreja viera forjando durante séculos;
- Empenhavam-se para a disseminação mais ampla das oportunidades para a educação;
- Sustentava uma concepção mais educação na vida religiosa e secular.

O protagonista do protestantismo afirma na carta que enviou ao prefeito e conselheiros da Alemanha que (1º) "ainda que não houvesse alma, ou céu, nem inferno, seria necessário haver escolas para a segurança dos negócios desse mundo, como a história dos gregos e Romanos claramente nos ensina. O mundo tem necessidade de homens passam governar o país e as mulheres ensinar as filhas o trabalho que serviria a elas...".

Ele via a família como uma instituição educativa tão importante tendo também a visualizado dentro da concepção escolar, e na sua opinião a educação



A educação compreende as normas culturais necessárias à manutenção e à permanência do grupo: educação intelectual, disciplina, manutenção dos valores culturais, continuidade dos hábitos e usos comuns.

O método pedagógico criado por João Bosco, se baseia na participação do mestre na vida do discípulo, "colocando-o na impossibilidade de cometer faltas", e deve ser compreendido mais como um meio de manter justo o educador e o educando do que como um plano de princípios e normas pedagógicas convicto do que só a bondade educa, o sistema procura desenvolver as faculdades afetivas do educando, transferindo-lhes o sentido de ver pela continuidade das boas práticas. Assim, João Bosco, é o apóstolo da educação pelo "amor" e sua pedagogia, é da "brandura" e da "convivência feliz"¹.

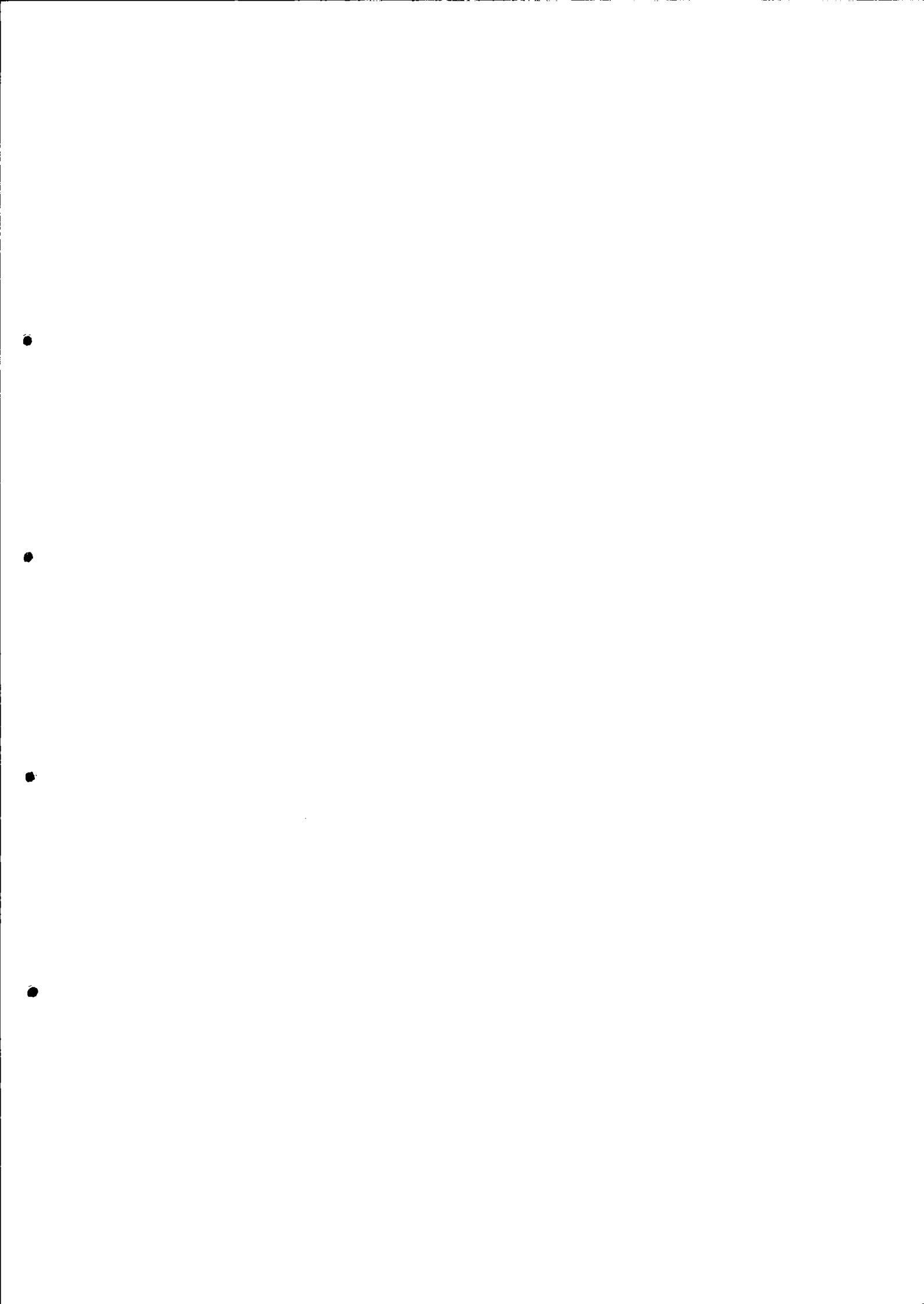
Educação em geral designa com esse termo a transmissão e o aprendizado das técnicas de uso de produção e comportamento, mediante as quais um grupo de homens é capaz de satisfazer suas necessidades, proteger contra a hostilidade do ambiente físico, biológico e trabalhar em conjunto, de modo relativamente pacífico.

A legislação brasileira da educação tem sido elaborada conforme a este conceito: "A educação no Brasil, hoje é normalizada por dois diplomas legais LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL e o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO para todos."

No Brasil Colonial, o conceito de educação era "ler e escrever era apenas para os filhos dos Senhores de Engenhos do sexo masculino, e hoje abrange desde a criança até a terceira idade."

Podemos encontrar na educação idéias críticas sobre a História da Educação, desde o embasamento até a pós-graduação, mostrando a Educação brasileira de maneira clara e objetiva, relatando fatos que envolveram do início do movimento educacional com os jesuítas até as atuais Leis.

¹ NICOLA, Abbagnano, Dicionário de Filosofia. p. 305.



CONCEITOS

Ampliar os conhecimentos pelos conceitos: "EDUCAÇÃO - do Latim educativo - aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano, processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício". Processo vital de desenvolvimento e formação da personalidade, a educação não se confunde com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora e abrange o homem em todos os seus aspectos. Começa na família, continua na escola e só prolonga por toda a existência humana.

Educação é o processo pelo qual uma pessoa ou grupos de pessoas que adquirem conhecimentos gerais, científicos, técnicos ou especializados, com o objetivo de desenvolver sua capacidade ou aptidões. Além, de conhecimentos, a pessoa adquire também, pela educação, certos hábitos e atitudes. Pode ser recebida em estabelecimentos de ensino especialmente organizados para esse fim, como a escola elementar, colégios conservatórios musicais, universidades ou através da experiência cotidiana, por intermédio dos contatos pessoais leituras de jornais, revistas, livros, apreciação de pinturas, esculturas, filmes, peças musicais e de teatro, viagens e conferências.

Os objetivos primordiais da educação são dotar, o homem de instrumentos culturais capazes de impulsionar as transformações materiais e espirituais exigidas pela dinâmica da sociedade.



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, mostraremos um pouco do que foi o movimento da História Filosófica da Educação Ontem e hoje, destacaremos o que estudamos dentro deste processo filosófico educativo.

Deixaremos claro para os leitores mergulharem na História porque somente através desse retorno ao passado é que faremos o presente; pois o futuro só dependerá de um bom desenvolvimento imediato facilitando assim o fazer da História.

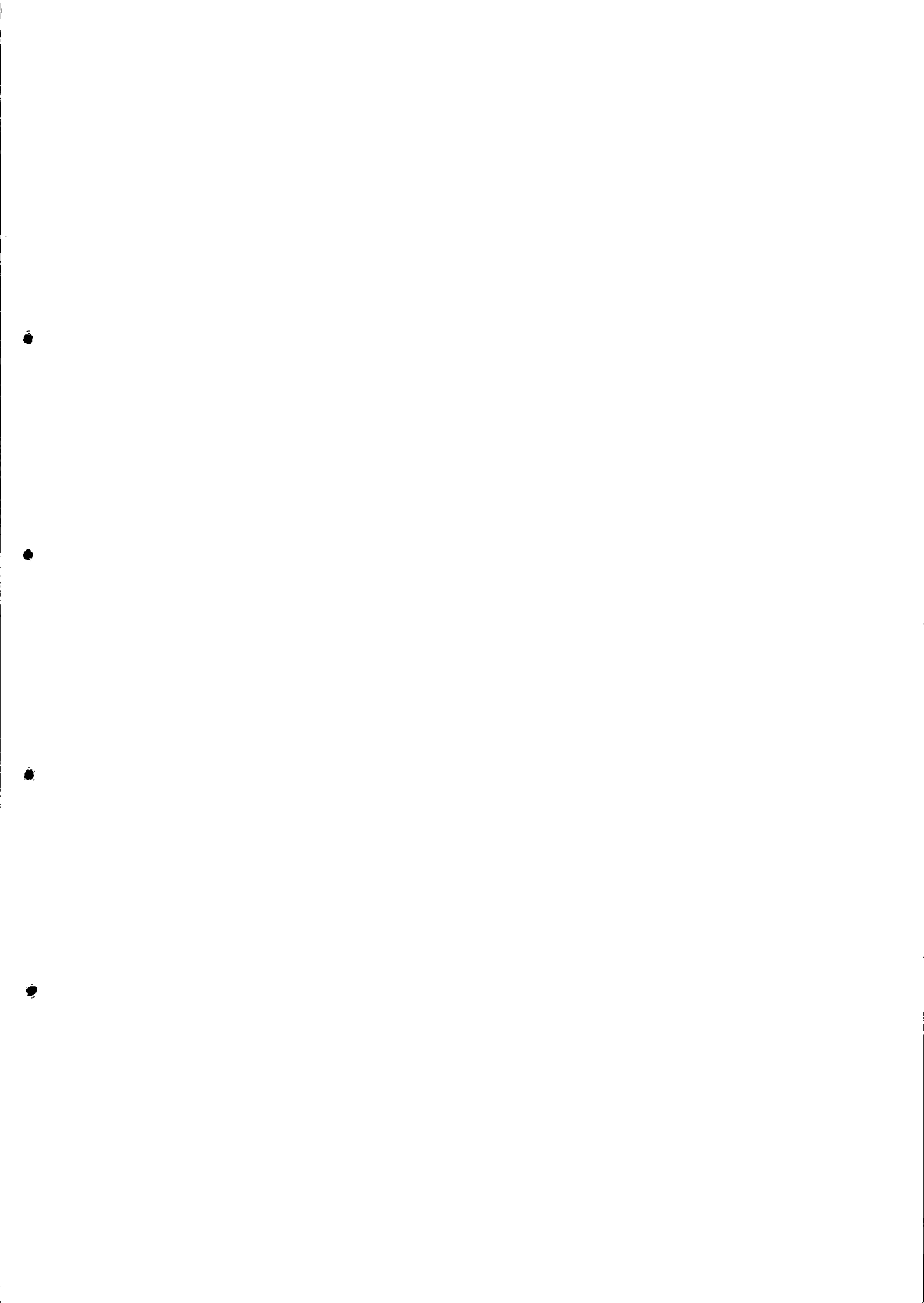
Ficaremos com os conteúdos medrados nestas páginas simples, mas, com grandes transparências. Mostraremos para você leitor a viagem que faremos do passado até hoje:

O protestantismo de Martinho Lutero a partir de 1483-a-1534, a fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola em 1534, o ensino da Ordem dos jesuítas, os jesuítas no Brasil desde 1549 para a catequização dos índios e colonos, a expulsão dos jesuítas em 1759 por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a *educação no Brasil monárquico 1808 a família real* e a sua preocupação em criar escola maior do que regulamentar o que já existia, o ensino técnico normal para a profissionalização do professor, a educação na República Velha (Federal e Estadual), a República Nova 1930 com a criação do Ministério e da Secretaria de Estado com os objetivos mais voltados para o povo, a educação nos anos 60, sendo as reivindicações dos estudantes e a luta por uma democracia nas Universidades, as reformas de bases das Constituições e a LDB com a educação atual.

Em anexo, uma pesquisa de campo; além também de algumas dicas em relação aos Reitores das Universidades.

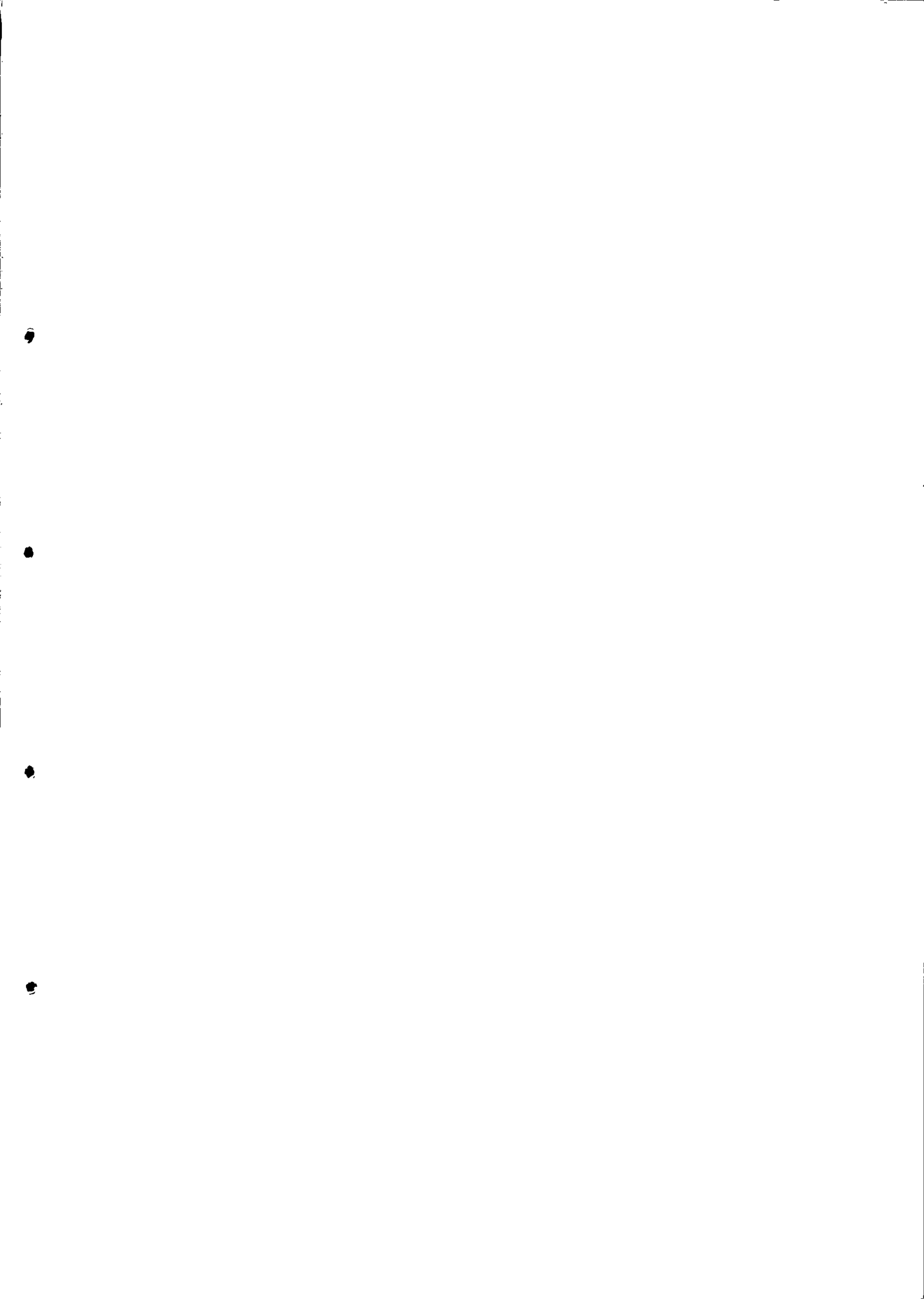


CAPÍTULO V	46
A DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	46
5.1- Objetivos.....	45
5.2- Estrutura	46
5.3- Conteúdos Curriculares.....	48
5.4. Comunidades indígenas	53
CONCLUSÃO.....	55
BIBLIOGRAFIA	56
ANEXOS	57



SUMÁRIO

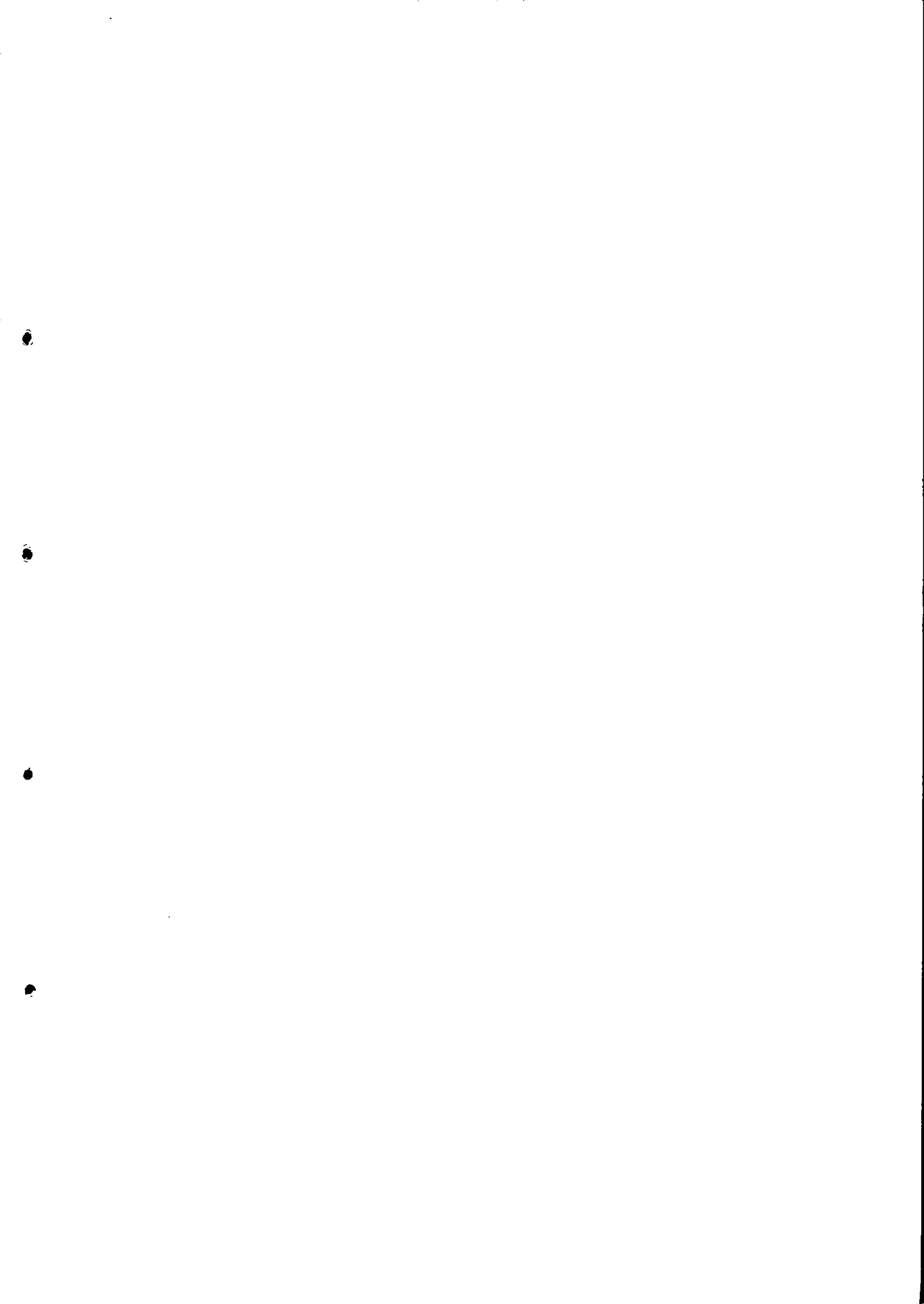
INTRODUÇÃO	05
CONCEITOS	06
CAPÍTULO I	08
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ONTEM.....	08
1.1- A Ordem dos Jesuítas	09
1.2- Obediência à Igreja Católica	13
1.3- Os Jesuítas no Brasil.....	14
1.4- As Primeiras Escolas no Brasil.....	17
1.5- A Expulsão dos Jesuítas	18
CAPÍTULO II	21
A EDUCAÇÃO NO BRASIL MONÁRQUICO	21
2.1- Ensino Técnico no Brasil.....	25
CAPÍTULO III	27
A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA REPÚBLICA	27
3.1- A Reforma de 1930.....	35
CAPÍTULO IV	39
REFORMAS NO ENSINO DE 1964.....	39
4.1- Objetivos.....	41
4.2- Estrutura.....	42
4.3- Conteúdos	43



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho com todo o meu coração a Deus que me iluminou nesta estrada de conhecimento que nós seres humanos só buscamos nas horas de dificuldades, em segundo lugar para os meus pais que me deram a liberdade de caminhar para a fonte do saber, buscando o que há de mais rico para nós, em terceiro lugar para todos os meus irmãos e irmãs que de um modo indireto contribuíram para a minha formação. Para as minhas sobrinhas: Ludmyla, Mônica e Thaís que muitas vezes sem saber ler e escrever devido serem pequenas deram a sua contribuição para a minha formação de um modo muito especial; e a todos os meus colegas de sala principalmente a colega: Maria Aparecida Costa que juntas trabalhamos e juntas chegamos com a graça de Deus, dedico também aos meus Professores deste Estabelecimento de Ensino (FACER).

Àqueles que um dia estenderam as mãos para a minha formação, mesmo sem saber quem era a pessoa, não só na vida acadêmica; mas desde o início de meus estudos.



SALMO: (121)

Levantarei os meus olhos para os montes, de onde vem o meu socorro.

O meu socorro vem do Senhor que fez o céu e a terra.

Não deixará vacilar o teu pé; aquele que te guarda não tosquenejará.

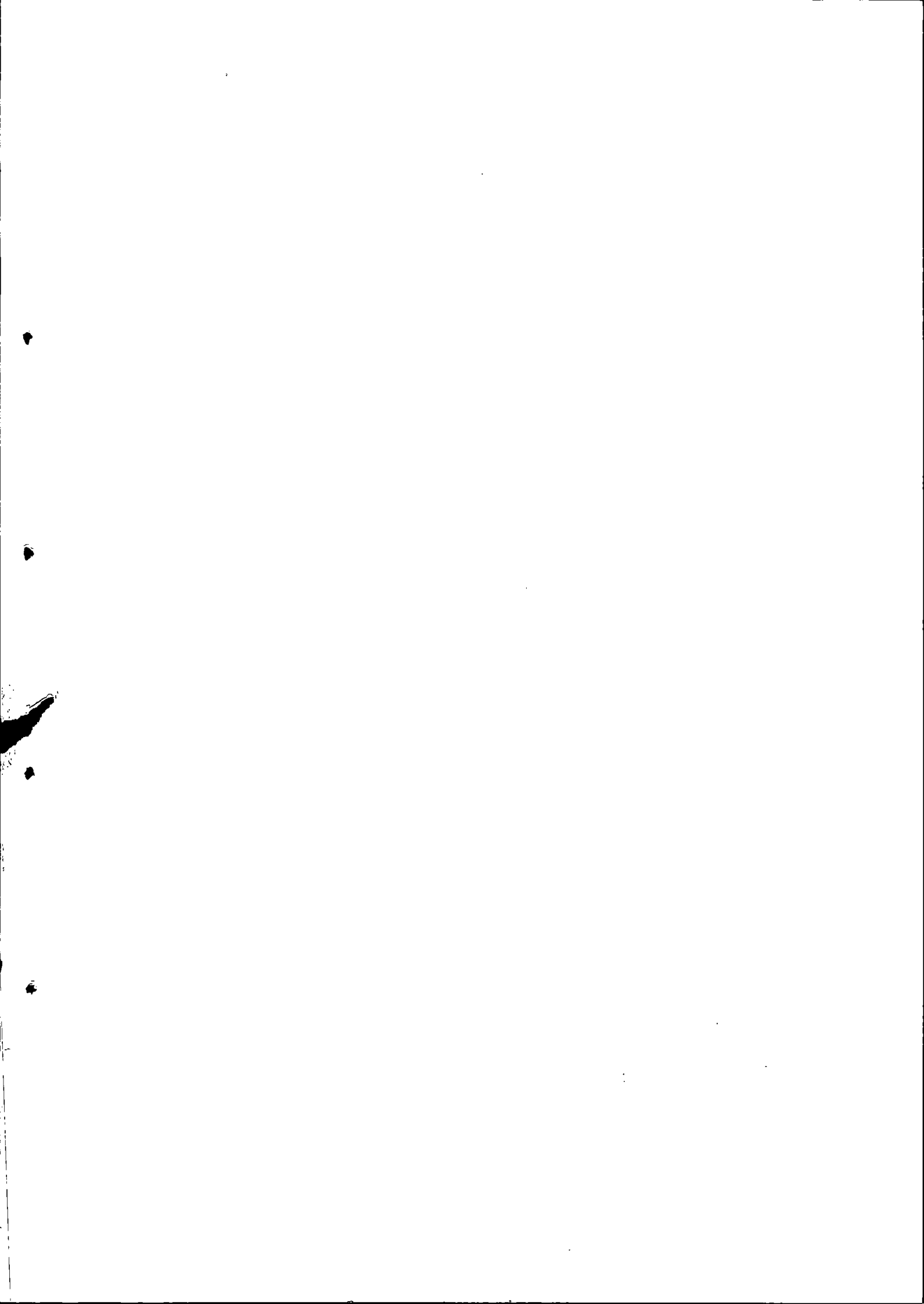
Eis que não tosquenijará nem dormirá o guarda de Israel.

O Senhor é quem te guarda; o Senhor é atual sombra à tua direita.

O sol não te molestará de dia nem a lua de noite.

O Senhor te guardará de todo o mal; guardará a tua alma.

O Senhor guardará a tua entrada e a tua saída, desde agora e para sempre.



DIRLENE SOUSA DA CONCEIÇÃO



HISTÓRIA FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO ONTEM E HOJE

Trabalho apresentado à FACER, como requisito parcial a disciplina Dissertativa Filosófica II, para Fins avaliativos do Professor: Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

30769
Sobri

Tombo nº	10231
Classif.:	
Ex.:	1
Origem:	d
Data:	02.06.05

RUBIATABA/2002

M
1
C744h

139451

DIRLENE SOUSA DA CONCEIÇÃO

**HISTÓRIA FILOSÓFICA DA EDUCAÇÃO
ONTEM E HOJE**

RUBIATABA/2002